



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

JOÃO PAULO DOS SANTOS GARCIA

**SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

MACEIÓ

2021

JOÃO PAULO DOS SANTOS GARCIA

**SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Informação, Comunicação, Processos Tecnológicos.

Orientador: Profa. Dra Nelma Camêlo de Araujo.

MACEIÓ

2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

G216s

Garcia, João Paulo dos Santos.

Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil : um estudo à luz da ciência da informação / João Paulo dos Santos Garcia. – 2021.

109 f. : il.

Orientadora: Nelma Camêlo de Araujo.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió.

Bibliografia: f. 83-90.

Anexos: f. 91-109.

1. Informação em saúde. 2. Política de saúde. 3. LGBTQI+. 4. Ciência da informação - LGBTQI+. I. Título.

CDU: 02:61

JOÃO PAULO DOS SANTOS GARCIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

**SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação.

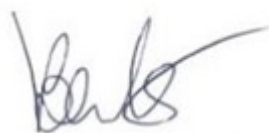
Aprovada em: 29/07/2021



Prof. Dra. Nelma Camêlo de Araujo – PPGCI/UFAL (Presidente/Orientador)



Prof. Dra. Francisca Rosaline Leite Mota – PPGCI/UFAL (Membro Examinador Interno)



Prof. Dra. Virgínia Bentes Pinto – PPGCI/UFC (Membro Examinador Externo)

Prof. Dra. Magnólia Rejane Andrade dos Santos – PPGCI/UFAL (Suplente interno)

Prof. Dra. Isa Maria Freire – PPGCI/UFPB (Suplente externo)

“Dedico este trabalho primeiramente à Deus, aos meus pais e familiares, a minha orientadora, professores e amigos do PPGCI-UFAL. Sem vocês nada seria possível.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos meus pais, (pai semianalfabeto, mãe professora), pessoas que me motivam a cada dia a buscar mais conhecimento. Minha mãe sempre foi minha maior motivação nos estudos, mulher guerreira que após 40 anos voltou a estudar e conseguiu concluir uma graduação na busca de dar uma melhor condição de vida aos seus filhos.

Agradeço a Coordenação do PPGCI, em especial ao Prof^o Dr^o Edivânio Duarte de Souza pelo brilhantismo como conduz o PPGCI, percebemos em sua fala, seu olhar, e nos puxões de orelha nos discentes que o intuito sempre é fazer o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas crescer ganhando notoriedade pela excelência no ensino e nas produções dos discente e docentes.

Aos meus amigos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas por todos os momentos que passamos no percurso, em especial ao grupo da Transdisciplinaridade, Karisse com seu sorriso cativante e suas belíssimas apresentações em PowerPoint. Daniela Pontes pelas maravilhosas conversas e lanchinhos ofertados a turma. Janielly estendida ao seu esposo Bruno pela receptividade e pelas caronas ofertadas. Mayara Wasty, pelas companhias nos passeios e pelos momentos bons que passamos juntos. João Rodrigo pela paz que passa as pessoas que estão próximas e ao meu grande amigo que ganhei na UFAL Paulo Ricardo, fonte de admiração pela trajetória de vida e pelas conquistas de hoje e as que virão, você é um ser de luz e alcançará muitos espaços. Também gostaria de agradecer aos demais colegas discentes do programa que formaram a turma 2019. Cada um com sua peculiaridade esteve presente em meu percurso formativo.

Em especial a minha Orientadora Prof^a Dr^a Nelma Camêlo de Araujo, por algumas vezes ela tentou desistir de mim, e eu agradeço por não ter desistido, o caminho foi conturbado, reflexivo e acredito que ganhei uma amiga com uma virtude que se desenvolveu ainda mais em minha orientadora foi a paciência. Grato por não ter desistido deste trabalho. Palavras não serão suficientes para agradece e por não desacreditar desta pesquisa, pela paciência e pelas contribuições realizadas.

Aos meus amigos mais próximos que sempre torceram e incentivaram nesse processo, Alinne Ferreira, e Yolanda Kallyne, a quem tive o privilégio de poder cursar uma disciplina no mestrado e tornar-se minha companheira de viagens, nas vans no percurso Palmeira/Maceió.

A CAPES por proporcionar o financiamento deste trabalho, contribuído de forma significativa para o andamento e possível concretização desta pesquisa, visto o caminho cansativo que sempre trilhava a cada dia, nos primeiros meses viajava três dias na semana um percurso a cada dia de quase 400km entre idas e vindas para assistir as aulas.

As professoras: Dra. Virgínia Bentes Pinto, Dr^a Isa Maria Freire, Dra. Francisca Rosaline Leite Mota e Dra. Magnólia Rejane Andrade dos Santos, pelo aceite em participar deste processo de defesa e proporcionar grandes contribuições para a finalização desta pesquisa.

“A escuridão não pode expulsar a escuridão, apenas a luz pode fazer isso.

O ódio não pode expulsar o ódio, só o amor pode fazer isso.”

Martin Luther King Jr. (1963)

RESUMO

A sexualidade é abordada pela medicina, antropologia, biologia, história e psicologia, cada área do conhecimento discutindo-a de acordo com sua peculiaridade. Assim, é necessário refletir sobre a história da sexualidade humana acompanhando a evolução da sociedade no decurso dos períodos históricos, bem como a ciência veio problematizando esse conhecimento, em especial a Ciência da Informação, por ser considerada uma ciência interdisciplinar. As políticas públicas de saúde foram ganhando espaço a partir de 1988 com a Constituição Brasileira, quando em seu texto constitucional delimita-se os princípios para implantação e implementação ao atendimento no tocante a saúde do povo brasileiro. A política de saúde integral para lésbicas, gays, travestis e transsexuais emergem diante de movimentos sociais que discutiam a necessidade de um atendimento humanizado às pessoas que estavam inseridas nesse contexto, até que a portaria ministerial 2.836 de 01 de dezembro de 2011 apresenta as orientações quanto ao atendimento aos serviços de saúde dessa população. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou analisar a literatura científica da área da Ciência da Informação publicada em periódicos brasileiros A1, A2, B1 e B2, de 2010 a 2020 e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB acerca da saúde LGBTQIA+ e sua relação com a Política Nacional Integral de Saúde voltada a essa população. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e de cunho exploratória, cuja metodologia de análise pautou-se na revisão integrativa. Para seleção dos artigos foram utilizadas as expressões: diversidade sexual, orientação sexual; orientação de gênero, opção sexual, LGBT, LGBTQIA+, GLS, gay, lésbica, travesti, transsexuais e saúde LGBT. Os resultados identificaram que apenas um periódico apresentava com mais incidência a discussão sobre o tema, sendo ele a Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde – RECIIS (QUALIS B1) da Fundação Oswaldo Cruz, com um artigo publicado em 2013, três artigos publicados em 2019 e apenas um em 2020. No ENANCIB o tema LGBTQIA+ aparece em alguns grupos de trabalhos, com maior incidência no Grupo de Trabalho 11 – Informação & Saúde, apresentando três artigos (2015, 2016 e 2019). As discussões dos autores dos trabalhos, tanto no periódico selecionado quanto nos artigos do ENANCIB, evidenciam a importância de se voltar para as necessidades desses grupos, o tratamento inclusivo na área da saúde e em pesquisas específicas sobre o assunto. Consideramos que a produção científica sobre o tema na área da Ciência da Informação é insipiente, retratando também poucas pesquisas, mas relevante, pois em se tratando de uma área que tem como objeto de estudo, a informação, é necessário contemplar o acesso desses usuários na direção da informação correta sobre sua saúde e demais necessidades sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Informação em saúde; Política de Saúde; LGBTQIA+; Ciência da Informação – LGBTQIA+.

ABSTRACT

Sexuality is approached by medicine, anthropology, biology, history and psychology, each area of knowledge discussing it according to its peculiarity. Thus, it is necessary to reflect on the history of human sexuality, following the evolution of society over historical periods, as well as science has been problematizing this knowledge, especially Information Science, as it is considered an interdisciplinary science. Public health policies have gained ground since 1988 with the Brazilian Constitution, when its constitutional text defines the principles for implementation and implementation of care with regard to the health of the Brazilian people. The comprehensive health policy for lesbians, gays, transvestites and transsexuals emerged in the face of social movements that discussed the need for humanized care to people who were inserted in this context, until the ministerial decree 2,836 of December 1, 2011 presents the guidelines regarding service to the health services of this population. In this sense, this research aimed to analyze the scientific literature in the field of Information Science published in Brazilian journals A1, A2, B1 and B2, from 2010 to 2020 and in the Annals of the National Meeting of Research in Information Science - ENANCIB about health LGBTQIA+ and its relationship with the National Comprehensive Health Policy aimed at this population. This is a descriptive research with a qualitative and exploratory approach, whose analysis methodology was based on an integrative review. For selection of articles, the expressions were used: sexual diversity, sexual orientation; gender orientation, sexual orientation, LGBT, LGBTQIA+, GLS, gay, lesbian, transvestite, transsexual and LGBT health. The results identified that only one journal had a higher incidence of discussion on the topic, which was the Electronic Journal of Communication Information & Innovation in Health – RECIIS (QUALIS B1) of the Oswaldo Cruz Foundation, with an article published in 2013, three articles published in 2019 and only one in 2020. In ENANCIB, the LGBTQIA+ theme appears in some work groups, with greater incidence in Work Group 11 – Information & Health, presenting three articles (2015, 2016 and 2019). The discussions of the authors of the works, both in the selected journal and in the ENANCIB articles, show the importance of addressing the needs of these groups, inclusive treatment in the health area and in specific research on the subject. We consider that the scientific production on the subject in the area of Information Science is incipient, also portraying little research, but it is relevant, because in this area that has as its object of study, information, it is necessary to contemplate the access of these users in the direction of correct information about your health and other needs on the subject.

KEYWORDS: Health information; Health policy; LGBTQIA+; Information Science – LGBTQIA+

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Identidade e Expressão de Gênero	28
FIGURA 2	Tipos de Revisão da Literatura	60
FIGURA 3	Etapas da Análise Integrativa	61

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Percurso histórico da implantação da Política de Saúde LGBTQIA+ no Brasil.	47
QUADRO 2	Quantitativo de Periódicos por Estrato Superior CAPES 2013-2016	65
QUADRO 3	Coleta de Artigos com base nas palavras-chaves no BRAPCI	66
QUADRO 4	Artigos Utilizados para Análise da pesquisa	67
QUADRO 5	Grupos de trabalho da ANCIB	70
QUADRO 6	Edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB	71
QUADRO 7	Busca no Repositório BNANCIB	72
QUADRO 8	Comunicações realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)	73
QUADRO 9	Comunicações sobre LGBT realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia
CF	Constituição Federal
CI	Ciência da Informação
CID	Classificação Internacional de Doenças
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
GLS	Gays, Lésbicas, Simpatizantes
GT	Grupo de Trabalho
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersex
OMS	Organização Mundial de Saúde
SOMOS	Grupo de afirmação homossexual
SUS	Sistema Único de Saúde
BRAPCI	Bases de Dados Referencias de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BENANCIB	Base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
PNAIPLGBT	Política Nacional Integral à População Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais
PPSUS	Programa de Pesquisa do Sistema Único de Saúde
LAI	Lei de Acesso à Informação
RECIIS	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAMINHAR HISTÓRICO DA SEXUALIDADE	18
3 SEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+.....	42
4 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE	49
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	58
5.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	61
5.3 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	62
5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
6 COLETA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
6.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA LGBTQIA+ NO ESTRATO QUALIS SUPERIOR 2013- 2016	64
6.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SAÚDE LGBTQIA+ NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	69
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXO 01 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação A1.....	87
ANEXO 02 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação A2.....	89
ANEXO 03 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação B1.....	92
ANEXO 04 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação B2.....	97
ANEXO 5. Política Nacional Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais	101

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge das reflexões acerca da disseminação da informação sobre sexualidade, mais precisamente aquelas ligadas a temática envolvendo as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTQIA+). É fruto também da existência de vários atos normativos, legislação, e pareceres de regulação sobre os princípios constitucionais fundamentais ao ser humano, como é o caso do direito à saúde, especificamente a saúde da população LGBTQIA+, que emerge como ramificação do direito principal, que é a “saúde integral da pessoa”.

As discussões acerca dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade são temáticas que reverberam na sociedade moderna e muitas vezes são tratados como sinônimos, entretanto, no âmbito científico, compreensões são feitas de formas distintas diante de cada terminologia. Sobre o sexo, este pode estar relacionado ao ato sexual que os indivíduos realizam para alcançarem prazer como também pode ser entendido como o órgão genital biologicamente natural dos sujeitos que os definem no contexto binário como masculino e feminino, macho e fêmea, ou homem e mulher (COELHO; CAMPOS, 2015).

Nesse sentido, Bock, Teixeira e Furtado (2008) afirma que sexualidade é um fenômeno construído socialmente e historicamente e não como uma evidência natural do ser humano. Tomando a abordagem das leis, costumes, regras e normas que variam no tempo e no espaço em que o ser humano está inserido. Sendo essa constituição da sexualidade regida pelos modos culturais da sociedade que a organiza e controla.

A sexualidade vai ter seu amadurecimento biológico na puberdade, quando o adolescente passa pelas modificações estruturais do seu corpo. Para compreensão do termo sexualidade, partimos dos escritos de Bock, Teixeira e Furtado (2008, p. 234).

[...] a sexualidade aparece no ser humano desde muito cedo, e que as suas primeiras manifestações não têm caráter genital, mas trata-se mais da organização do impulso da libido, que, mais tarde, será fundamental na busca do prazer sexual. É por isso que costumamos denominar sexualidade esse processo, para dar-lhe um conteúdo mais amplo que sexo, no sentido mais estrito do termo.

A sociedade precisa estar aberta para a discussão dos aspectos legais, antropológicos, sociais e de saúde no que tange a sexualidade, permitindo orientação adequada as crianças e adolescentes, principalmente no âmbito da família e da escola.

O processo humano inclui o desenvolvimento da sexualidade, o qual é permeado por fatores sociais, culturais, históricos, psicológicos, econômicos, entre outros. De fato, a sexualidade é parte constituinte do ser humano, não apresentando uma única forma de ser, um padrão de normalidade, na verdade, ela é complexa e diversificada. A diversidade sexual por muitas vezes nos discursos do senso comum é tratada como uma doença que é passível de cura.

No que se refere a gênero, a filósofa estadunidense Judith Butler (2003) compreende que é algo que se constrói e se adquire por meio da cultura, para ela, as pessoas não devem ser rotuladas apenas como seres masculinos ou femininos e por seus traços biológicos. No mesmo sentido, Siciliano; Souza e Meth (2017, p. 146) refletem que “Gênero é um termo representativo, que está relacionado aos papéis sociais e às expectativas de comportamento atribuídas às pessoas em função de seu sexo biológico”. Por ser um termo novo, há múltiplas definições para ele, contudo, os pesquisadores concordam que o gênero está atrelado a percepção e identificação (ou não) que o indivíduo possui acerca do seu sexo natural (JESUS, 2012). Ou seja, uma pessoa pode se identificar com o sexo masculino, feminino ou com nenhum deles.

Martins e Pizzarro (2018, p. 180) compreendem que “a sexualidade envolve um processo contínuo e não linear de aprendizado e reflexão por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos”. A sexualidade é uma construção social que envolve aos prazeres, desejos e reflexões que definem e situam os indivíduos no espaço e em seus corpos, é algo maior que a mera reprodução humana ou a definição binária de homem e mulher.

Os estudos sobre gênero possibilitam analisar dentro dos vários períodos históricos as mais diferentes civilizações, principalmente dentro dos fenômenos sociais, como a política, saúde, educação, sexualidade, religiosidade. Visto que estes estudos ganharam espaço junto aos movimentos feministas possibilitando dentro do campo das ciências sociais a construção científica vendo as questões de gênero estritamente ligadas a uma construção social, buscando-se uma diferenciação entre o biológico e o social/cultural. (SCOTT, 1990; SAFFIOTI, 1992)

Conforme Laurenti (1984) a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a homossexualidade no hall da Classificação Internacional de Doenças (CID) no ano de 1977, caracterizando-a como uma doença mental. Após vários estudos e uma não conclusão de como esse transtorno mental se desenvolvia, a Associação Americana de Psicologia passou a orientar os profissionais das mais variadas áreas a evitarem o preconceito e falsos estigmas,

fazendo com que a OMS ao revisar o seu manual em maio de 1990, retirasse da classificação de doenças a homossexualidade. Isto possibilitou a construção de novos estudos nas décadas de 1990 e 2000.

Como esta produção permeia aspectos direcionados a Ciência da Informação, uma vez que a abordagem sobre saúde LGBTQI+ está relacionada a “disseminação da informação” a essa população, se faz necessário identificar como o assunto está registrado nos instrumentos da área. Dentre esses instrumentos temos a Classificação Decimal de Dewey (CDD), que durante anos, o assunto, homossexualidade, foram vinculados a temas como psicologia da anormalidade, perversão, problemas sociais e distúrbios médicos. Oliveira (2017) esclarece que na 23ª da *WebDewey* “foi possível observar as seguintes classificações”:

150 - Psicologia

152-158 - Temas específicos em psicologia

155 - Psicologia diferencial e de desenvolvimento

155.3 - Psicologia do sexo; psicologia das pessoas por gênero ou sexo, por orientação sexual

155.34 - Psicologia das pessoas por orientação sexual

155.343 – Bissexuais

155.344 - Gays

155.3441 - Temas gerais de psicologia dos gays

155.3442 - Homens gays 155.3443 - Lésbicas

Na subclasse de Ciências Sociais, tem-se:

306 - Cultura e instituições

306.7 - Relações sexuais

306.76 - Orientação sexual, transgênero, intersexualidade

306.7601 - Orientação sexual - filosofia

306.760835 - Adolescentes - orientação sexual

306.760844 - Pessoas de meia idade - orientação sexual

306.760846 - Pessoas idosas - orientação sexual

306.7608995073 - Americanos asiáticos - orientação sexual

306 [.762] - Não atribuído

306.764 - Heterossexualidade

306.765 - Bissexualidade

306.766 - Homossexualidade

306.7660835 - Adolescentes gays

306.7660846 - Gays mais antigos

306.76608693 - Gays da Minoria

306.766087 - Gays desativados

306.76608827 - Gays cristãos

306.76608996073 - Gays afro-americanos

306.766092 - Gays - biografia

306.766 2 - Homossexualidade masculina

306.766 3 - Lesbianismo

306.768 - Transgenerismo e intersexualidade

Já em Medicina e Saúde, observa-se:

610 - Medicina e saúde

616 - Doenças
 616.8 - Doenças do sistema nervoso e distúrbios mentais
 616.85 - Doenças diversas do sistema nervoso e distúrbios mentais
 616.858 - Personalidade, sexual, identidade de gênero, controle de impulso, distúrbios factuais, de desenvolvimento e aprendizagem; comportamento violento; retardo mental
 616.858 3 - Distúrbios sexuais e de identidade de gênero (OLIVEIRA, 2017, p. 60).

Ainda de acordo com a autora, “Nota-se que identidade de gênero, algo muito discutido atualmente na sociedade (onde a pessoa se identifica como homem ou mulher, independente do seu sexo biológico), está classificado como distúrbio mental” (OLIVEIRA, 2017, p. 60).

Outro instrumento utilizado na área, é a Classificação Decimal Universal (CDU), que na versão de 2007 o assunto se apresenta nas Classes 300 – Ciências Sociais e a 600 – Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia, conforme descrição abaixo:

3 - Ciências Sociais

31 - Estatísticas. Demografia. Sociologia
 314/316 - Sociedade
 316 - Sociologia
 316.3 - Estrutura Social. A sociedade como sistema social 316.36 - Casamento e família
 316.367 - Relações e práticas sexuais do ponto de vista da estrutura social
 316.367.7 - Relações homossexuais. Relações entre gays e lésbicas

6 - Ciências aplicadas. Medicina. Tecnologia

61 - Ciências médicas
 613 - Higiene em geral. Saúde e higiene pessoal
 613.8 - Saúde e higiene do sistema nervoso. Saúde e ética
 613.88 /.89 Sexologia. Vida sexual. Higiene sexual. Sexualidade humana no geral.
 613.880 Comportamento sexual. Prática sexual
 613.880.2 Orientação sexual. Atitude sexual, preferência, afinidade
 613.880.25 Heterossexualidade
 613.880.26 Homossexualidade
 613.880.27 Bissexualidade. Pansexualidade/ omnissexualidade (CDU, 2007)

Nesse sentido observa-se que os dois instrumentos da área da Ciência da Informação classificam o assunto em duas áreas distintas, mais especificamente aquelas relacionadas a questões sociais e da saúde, mas a CDU possibilita uma análise mais direcionada ao comportamento dos indivíduos, sem questões pejorativas.

Corroborando com os movimentos sociais na década de 1960 como é o caso do movimento SOMOS (grupo de afirmação homossexual), bem como na década de 1980 a l associação da AIDS como uma doença exclusiva da população LGBT, fez com que essas pessoas sofressem o preconceito e ficassem as margens da sociedade brasileira. Só então com

a promulgação da Constituição de 1888, considerada como a constituição cidadão, prevê que todos somos iguais perante a Lei, sem qualquer distinção inclusive de cunho sexual, bem como o processo de redemocratização pelo qual o país passou pós-ditadura, fez com que em 1990 a Política do Sistema Único de Saúde fosse implantada, dando uma visibilidade a esse grupo da população.

Inicialmente nos movimentos emergentes da década de 60, o grupo de Gays, Lésbicas e Simpatizantes utilizava-se da sigla (GLS), que se disseminou no contexto social por ser uma sigla que englobava não só os gays e as lésbicas, mas também as pessoas que independente da orientação sexual, ou identidade de gênero se solidarizavam com esse grupo de pessoas, ficando conhecidas como os simpatizantes (REIS, 2018). Em seguida essa sigla sofre uma transformação passando a ser compreendida pela sociedade como LGBT, pois o movimento feminista questionava que até nos discursos de gênero a mulher sempre vinham em segundo plano. A partir daí passou-se a utilizar a sigla LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), englobando assim um grupo maior de pessoas e trazendo a figura feminina no início. Por fim hoje adota-se a nomenclatura LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, assexual e o (+) é utilizado para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018). Sendo esse grupo aqueles com dificuldade de acesso a saúde e ao atendimento digno preconizado pela constituição e pelo próprio SUS.

Partindo das discussão nos movimentos sociais em torno da construção de um atendimento mais digno para esse grupo de pessoas, principalmente aqueles que necessitariam passar pelo processo transgênerizador de mudança de sexo, foram realizadas diversas conferências, até que em 01 de dezembro de 2011, a Portaria Ministerial nº 2.836 instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais, responsabilizando o Ministério da Saúde, as Secretarias Estaduais e Municipais de saúde no atendimento a esse grupo específico da população.

A política de saúde LGBT é considerada um divisor de águas, pois, apesar de ser um ato discricionário do Ministério da Saúde, ela é legitimadora das necessidades de saúde da população LGBT que se encontra em situação de vulnerabilidade e invisibilidade social, e sem acesso a saúde de forma universal, integral, participativa e equitativa que são os princípios que compõem a espinha dorsal do Sistema Único de Saúde do Brasil.

Em contrapartida a sociedade ainda compreende a questão da sexualidade e da saúde dessa população como um tabu, onde pouco se discute abertamente e cientificamente as necessidades e peculiaridades desse grupo social.

Diante disto, a Ciência da Informação enquanto campo do saber que tem como base a interdisciplinaridade, pode dentro do seu espaço de produção científica, abordar questões relativas à informação e saúde no âmbito da comunidade LGBTQIA+. Observados esses fatos e entendendo, com Goffman (1970, p. 591, grifo nosso) que **“O objetivo da disciplina Ciência da Informação deve ser o de estabelecer um enfoque científico homogêneo para estudo dos vários fenômenos que cercam a noção de informação, sejam elas encontradas nos processos biológicos na existência humana [...]”**. Essa passagem de texto nos traz a ideia de que a Ciência da Informação enquanto campo do saber que tem como base a interdisciplinaridade, pode dentro do seu espaço de produção científica abordar questões relativas à informação e saúde no âmbito da comunidade LGBTQIA+.

Diante de tal compreensão questiona-se: quão a literatura científica do campo da ciência da informação, publicadas em periódicos brasileiros da área e nos anais do encontro nacional de pesquisa em ciência da informação (ENANCIB) está refletindo sobre a saúde LGBT, observando-se a aproximação com a política nacional integral de saúde dessa população?

No intuito de responder à questão da pesquisa delineou-se como principal do trabalho: analisar a literatura científica da área da Ciência da Informação publicada em periódicos A1, A2, B1 E B2, de 2010 a 2020 e Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB acerca da saúde LGBTQIA+ e sua relação com a Política Nacional Integral de Saúde voltada a essa população. Para atingir esse objetivo estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar, junto a CAPES os periódicos da área da Ciência da Informação qualificados como A1, A2, B1 e B2, conforme extrato da CAPES 2016; b) Averiguar, a presença de literatura referente a saúde da comunidade LGBTQIA+ nos anais do ENANCIB; c) Assinalar como está sendo refletida a saúde LGBTQIA+, na literatura mapeada, junto as fontes pesquisadas frente a Política Nacional Integral de saúde dessa população.

O trabalho se justifica pelo fato de se buscar compreender e apresentar a visão dos pesquisadores na área da Ciência da Informação sobre a saúde da população LGBTQIA+. Reafirmando a interdisciplinaridade desta ciência, que interage com outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, González de Gomez (2003) nos aponta a dimensão social da informação na Ciência da Informação em uma sociedade complexa e que vivencia constantemente um processo de globalização.

A Ciência da Informação [...] estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto “informação” for definida por ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem [...] o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de [...] experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p.32)

Com isso a Ciência da Informação deve voltar-se para o debate de temas emergentes no dia a dia conforme a sociedade se apresenta. Ademais, eu, enquanto profissional com formação em psicologia, percebo o quanto é necessário construir, discutir e divulgar conteúdos que abordam a sexualidade do ser humano, principalmente do grupo LGBTQIA+ que foi segregado e esteve a margem da sociedade, desde os seus primórdios até a contemporaneidade. Também enquanto profissional com formação em direito, percebo mais ainda a ausência de dispositivos legais que possa reforçar a garantia de direitos a essas pessoas como nos traz o caput do Art. 5. da nossa Constituição Federal de 1988 que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 2015, p.9)

O estudo sobre a sexualidade humana, em especial desse grupo específico denominado LGBTQIA+, é imprescindível por compreender a importância de que a ciência é o caminho que levará a grande massa populacional entender determinadas situações que esse grupo de pessoas vivencia, oriundas principalmente do preconceito, partindo principalmente do viés social, ideológico e religioso.

Os estudos científicos poderão levar a população contemporânea a construir uma relação respeitosa no tocante a orientação de gênero e diversidade sexual, as próprias políticas públicas são construídas e direcionadas a esta perspectiva.

Os tribunais brasileiros na omissão do poder legislativo em criar leis, cumpriram uma função atípica a sua, que foi legislar, criando atos normativos que levaram ao reconhecimento da união estável, a permissão dos cartórios na realização do casamento civil, a garantia da igualdade de direitos e não muito distante a equiparação do crime de homofobia ao crime de racismo. Essa função atípica do poder judiciário deu-se em virtude da omissão do poder legislativo de criar dispositivos legais que regulamentassem esses temas, a nossa sociedade está em constante processo de transformação, e a legislação precisa acompanhar esse processo.

A disseminação de conhecimento, não fez com que na sociedade da contemporânea, a sociedade que tem acesso facilitado a informação através da grande rede, a internet, proporciona-se que a sexualidade deixasse de ser “tabu” para as pessoas. Como já mencionado anteriormente, pouco se discute de forma aberta e ampla sobre sexualidade, mais muito se investiga nos bastidores. As pessoas buscam de forma errônea a resposta para seus questionamentos na internet, onde a propagação do conhecimento científico é feita, mas também onde encontramos muitas *fake News*.

Assim, este trabalho está dividido em 7 seções sendo a primeira delas a introdução, onde realizamos uma contextualização da temática da pesquisa apresentando o problema norteador, seus objetivos (geral e específicos) e a justificativa da importância do desenvolvimento deste trabalho, frente a Ciência da Informação.

A segunda, terceira e quarta seção nos permitem contextualizar o referencial teórico da pesquisa. Discutimos os conceitos de informação, direito e diversidade sexual, bem como apresentamos um percurso histórico da sexualidade humana, apontado como ela foi compreendida pela sociedade ao longo dos séculos. Traçamos alguns apontamentos sobre a sexualidade humana e a saúde pública para a população LGBTQIA+ enveredando sobre a construção das políticas de saúde para essa população e por fim promovemos uma discussão no campo da Ciência da Informação sobre o papel que este campo de conhecimento detém sobre discutir temas que possuem relativa significância social através do espaço da interdisciplinaridade que esta ciência possui.

Na quinta seção descrevemos o caminho metodológico utilizado para a realização desta pesquisa apresentando o tipo da pesquisa, o universo, a amostra, a coleta, a sistematização, e a análise dos resultados. Deixando a nossa pesquisa nos moldes da pesquisa descritiva, qualitativa e exploratória, utilizando-se da técnica da pesquisa bibliográfica e documental e para análise refletimos a luz da revisão bibliográfica integrativa.

Na sexta seção expomos todos os resultados da coleta de dados bem como as análises do que se pode perceber através do que propôs através da problematização e dos objetivos propostos, possibilitando aos leitores e participantes do trabalho uma análise sobre informação e saúde, com um despertar através da Ciência da Informação de que algumas questões devem ser temas essenciais para discussão no campo acadêmico. Possibilitando assim uma interdisciplinaridade entre áreas correlatas de conhecimento percebendo como os pesquisadores do campo da Ciência da informação estão se debruçando sobre a temática da saúde LGBTQIA+. Nas considerações finais (sétima seção) apresenta-se a inferência do trabalho, os objetivos alcançados e a visão que o pesquisador emitiu ao término do trabalho.

2 CAMINHAR HISTÓRICO DA SEXUALIDADE

Várias são as manifestações de aparente permissividade da sexualidade no mundo moderno. A todo o momento as letras de músicas, as conversas, as leituras muitas vezes de duplo sentido, fazem-nos pensar que a sexualidade é algo resolvido e que a questão do tabu foi rompida. Ao falarmos de sexualidade, devemos pensar também em continuidade, pois a sociedade constantemente passa por transformações morais que acabam por regular a conduta das pessoas e isso influencia diretamente no debate da sexualidade no âmbito da modernidade, bem como ao longo dos tempos. Para Silva (2009, p.1).

Durante muito tempo, o sexo e a sexualidade foram tratados como um tema proibitivo e inibitivo, algo que nunca deveria ser comentado. Todo esse tabu em volta do tema, fez construir uma visão cheia de mitos e preconceitos, sem uma compreensão real da sexualidade, propiciando assim a elaboração de um determinismo biológico, engessando e normatizando “comportamentos” a partir de discursos religiosos e cientificistas de caráter homogeneizador.

Devemos analisar a sexualidade não como um processo biologistista pertencente ao ser humano, mas como parte de um processo sócio-histórico construído pelas pessoas mediante as interações sociais. Sendo assim, Kahhale (2009, p. 179-180) expõe que:

A sexualidade é um processo simbólico e histórico, que expressa a constituição da identidade do sujeito, como ele vive a questão da intimidade (público versus privado); da significação das normas, da moral e da ética grupal (grupo na qual se insere). Portanto, a expressão sexual é multideterminada, dinâmica e histórica, tanto individual como coletivamente.

Para tanto, uma discussão importante é a compreensão do que se entende por sexo e sexualidade. Muitos compreendem os dois termos como possuindo o mesmo significado. Elas têm aproximações, pois uma palavra é derivada da outra, mas são termos distintos. O sexo está voltado para a constituição biológica, anatômica, ou seja, o aparato que determina o que é macho e o que é fêmea. Gewehr; Hetkowsky (2001, p. 95) acrescentam que,

[...] o termo “sexo”, proveniente do latim *sexus*, ser um substantivo primitivo, ou seja, a partir desse termo formaram-se outros como sexual, sexualismo, sexualidade. Etimologicamente, a palavra sexo indica a “conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais” [...]. O dicionário Michaelis (1998) traz algumas acepções próximas do significado etimológico, original, da palavra, como: (2) “conjunto das pessoas que têm a mesma organização anátomo-fisiológica no que se refere à geração: *sexo masculino*, *sexo feminino*. (5) Os órgãos sexuais”.

Já a sexualidade, refere-se a características adquiridas pelos indivíduos sejam eles em uma visão biológica machos ou fêmeas, seja em uma visão social homens ou mulheres, as constituições psíquicas voltadas para a busca do prazer. Prazer este que também é alcançado por meio do sexo, utilizando-se do aparato biológico que diferencia os seres.

A sexualidade não deve ser compreendida unicamente pelo viés da genitalidade como acontece constantemente. Comumente, quando se pronuncia a palavra “sexualidade”, as pessoas as associam logo à genitália, ocasionando, assim, um bloqueio por conta do tabu criado pela sociedade ao longo dos anos e não permitindo a construção e discussão do que realmente seja a sexualidade. Sendo assim, a sexualidade está ligada à constituição psíquica, social e cultural do sujeito, enquanto o sexo remete à constituição biológica e anatômica. Conforme Gewehr e Hetkowsky (2001, p. 95),

Diferentemente do termo anterior, sexo, que designava características inerentes ao organismo de qualquer espécie, animal ou vegetal; este termo trata de características que tem de ser conquistadas. Entende-se que não nascem com os sujeitos, pois derivam de elementos já existentes. Esta conquista pode ser tanto no nível biológico, como a aquisição dos caracteres sexuais secundários, como de nível psíquico, podendo servir de exemplo o próprio direcionamento sexual pelo qual se optará (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade).

Continuando sua argumentação, Gewehr e Hetkowsky (2001, p. 95) afirmam que podemos entender como forma de diferenciação entre os termos sexo e sexualidade, utilizando-se do seguinte pensamento:

[...] homens e animais possuem sexos semelhantes, porém a sexualidade é fundamentalmente distinta, já que nos humanos há a busca de prazer; tarefa que enriquece a sexualidade e a torna também difícil de ser compreendida, já que estão envolvidos, também, aspectos de ordem psíquica.

Os aspectos de ordem psíquica, social e cultural são, pois, o grande cerne da questão e que nos diferenciam dos outros seres. A sexualidade é uma das mais importantes e complexas dimensões humanas. Para Dall’Alba (1998, p. 182)

A própria concepção de sexualidade já é uma questão confusa [...] os termos sexualidade e genitalidade precisam ser mais bem compreendidos. [...] a sexualidade significa a busca do prazer em uma relação amorosa, não estando necessariamente vinculada ao emprego de um órgão ou aparelho particular: o beijo, a carícia, o olhar, alguma percepção tátil, visual, olfativa, acústica, e até o puro pensamento, o sonho e o desejo, estão todos na área da sexualidade como veículos de prazer, inseríveis na vivência de uma relação de amor. A sexualidade, sendo uma qualidade global do homem, pode-se

expressar de modo absolutamente estranho à esfera genital e, portanto, independentes de questões relacionadas a procriação e não necessariamente inseridas numa relação afetiva. Assim, a genitalidade não se separa da sexualidade substancialmente, porém a sexualidade não se exaure na genitalidade.

Nas primeiras discussões históricas sobre sexo, percebe-se que se partia de dois princípios básicos, o genético e o biológico (KAHHALE, 2009). Dentro de tal visão determinista, o indivíduo nascia com um sexo e o exercício de sua sexualidade deveria correspondê-lo. Aqui, os pudores repressivos e/ou normalizadores sempre foram determinantes para a apresentação ou representação daquilo que se considerava uma boa conduta social (SILVA, 2009).

Com um novo olhar para o universo desconhecido ou ignorado pela história tradicional, vai se pensar e escrever a história incorporando novos objetos, entre os quais a sexualidade. Dessa forma, o corpo, as relações afetivas e amorosas passam a ocupar um lugar ao sol (SILVA, 2009).

As discussões em tono do surgimento do homem na terra, centram-se pelo menos em duas correntes teóricas: a criacionista e a evolucionista. A primeira delas – criacionista, que pode ser encontrada no primeiro livro Bíblico (Gênesis), e a segunda teoria é a Evolucionista apresentada por Darwin (1809-1882). Dentro dessas duas teorias a sexualidade apresenta-se no contexto humano utilizando-se de diferentes formas a depender do contexto social e histórico em que se desenvolve. Nas comunidades primitivas, pode-se encontrar pinturas rupestres nas quais existe o desenho do corpo humano, sempre dando ênfase aos órgãos genitais e onde o pênis masculino já foi idolatrado como símbolo da fertilidade, sorte, proteção e poder. O sexo era uma atividade livre entre homens e mulheres. Nesse início, a descendência de filhos era apenas materna, pois, como o sexo era livre, a mulher tinha vários parceiros, então, havia a impossibilidade em definir a paternidade (CANO; FERRIANI; GOMES, 2000).

Ainda conforme Cano, Ferriani e Gomes (2000), com a formação dos clãs e das propriedades privadas, surge o acúmulo de bens, fazendo com que o sexo fosse agora uma atividade exercida entre um casal, para que assim os filhos legítimos desse casal fossem os herdeiros natos dos bens deixados pelos pais. Segundo Foucault (2009, p. 9-10),

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca. E a absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No

espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos.

A sexualidade agora exercida dentro do ambiente residencial, dentro do lar, do lugar de residência da família, possibilitou a modificação da linhagem dos filhos que antes era materna e passa a ser paterna, pois o pai já é presente na relação familiar. A partir dessa modificação, o sexo é considerado com o intuito da reprodução. A mulher deve ser fiel ao marido, não ocorrendo o mesmo para o homem que mantinha relações sexuais fora do casamento, mas tinha a sua esposa apenas para a procriação, assegurando os descendentes para herdar os bens da família e sua descendência genética. Para Dall’Alba (1998, p. 185),

Com o isolamento do núcleo familiar e a necessidade de manter a fidelidade da mulher, a sociedade organiza mecanismos de controle e repressão, tais como a vinculação do sexo a procriação, associação do sexo ao pecado, a instituição da confissão e do desprezo pelo corpo, levando a um novo padrão de comportamento sexual.

Nessa perspectiva, Cano, Ferriani e Gomes (2000) explicam que os homens da Grécia antiga tinham que se casar para dar continuidade à linhagem, mais precisamente a filhos homens que fossem para a guerra. Aqui, as mulheres eram preparadas para cuidar da casa e dos filhos e a “homossexualidade” era considerada normal entre os homens. Outro ponto que surge são os tabus e mitos perante a sexualidade como a questão da masturbação, sexo anal, bem como o incesto que era a proibição do sexo por consanguíneos.

Ao longo da era medieval, na Europa, a igreja católica assumiu-se enquanto poder. Destarte, precisava adotar posturas impositivas com o intuito de firmar-se enquanto governo político-religioso. Ao adotar esta postura, a igreja católica afetou profundamente o ambiente cultural constituído aquela época, era necessário pregar a moralidade na sociedade e, conseqüentemente, nas famílias, recaindo também sobre a sexualidade, na qual a Igreja ditava alguns comportamentos sexuais que seus adeptos deveriam adotar durante o ato sexual, pautando-se principalmente na Bíblia. (BUENO; SOUZA, 2012) Nessa direção, o foco de maior preocupação era a mulher, pois segundo Rossiaud, (2006, apud BUENO; SOUZA, 2012, p.479) era:

[...] considerada como mais próxima da animalidade do que o homem. Seu caráter frio, úmido e voluptuoso permite ter sensações mais intensas que a do macho. O homem, porventura, restava-lhe controlar-se para não cair em tentação, pois, explica que caberia a eles não se entregarem às carícias femininas a fim de evitarem um estágio impossível de refrear.

Assim, a igreja cria uma “bula” onde os cristãos deveriam coibir os impulsos e comportamentos sexuais, tais como as posições sexuais e os dias propícios para a relação sexual bem como a passividade da mulher. E isto era seguido à regra, uma vez que as pessoas não queriam sofrer as punições divinas que a igreja disseminava. (BUENO; SOUZA, 2012)

Ainda durante a Idade Média, comportamentos como masturbação, homossexualidade e sodomias eram desviantes e deveriam ser vigiados. Cabe aqui um parêntese, posto que se pararmos para refletir sobre a contemporaneidade, compreenderemos que esses comportamentos ainda são considerados desviantes e passíveis de vigília (BUENO; SOUZA, 2012). Conforme Duby, (2011, apud BUENO; SOUZA, 2012, p.17)

[...] sexo era permitido para atender as necessidades masculinas e a geração de filhos. Entretanto, a Igreja construiu uma moral sexual repressiva. O simples ato de ter filhos que outrora era sinal de virilidade e de riqueza, a partir do século XII, por exemplo, diante das incertezas que há no mundo, é sinal de garantia para velhice.

Baseado nos escritos de Cano, Ferriani e Gomes (2000), no século XVIII, o sexo toma outra vertente. Surge aí o amor romântico, em que se acredita na liberdade da busca pelo parceiro e construção do amor entre duas pessoas. O sexo não se resume à necessidade de reprodução, mas há a coabitação até os fins dos seus dias.

É válido pensar que na contemporaneidade pouco se trata ou fala sobre a sexualidade de forma aberta e clara, mas muito se comenta em bastidores. Os indivíduos acreditam que ao se falar de sexualidade, as pessoas possam interpretar de forma errônea a maneira como se debate tal conteúdo, fazendo com que o questionamento do sujeito remeta a sua própria vida pessoal íntima. Além disso, a discussão sobre sexualidade envolve relações de poder: entender a sexualidade na atualidade e na sua complexidade é vê-la como um produto derivado das relações de poder existentes entre as pessoas, como homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos e assim por diante (FOUCAULT, 2009).

Dall’Alba (1998, p. 185-186) complementa que

Entre os mecanismos de poder existentes para controlar e reprimir as manifestações sexuais no século XVIII, passam a figurar a partir do século XIX, segundo Foucault, a medicina e a pedagogia. A primeira intrometendo-se na intimidade dos casais, classificando as formas de prazer e integrando-as na escola do desenvolvimento humano. A segunda levando a família e a escola a vigiar e controlar as crianças. Todos deveriam manter-se alertas quanto às manifestações sexuais de seus filhos.

Na segunda metade do século XX, já há uma abertura em temas referentes à

sexualidade. Ela já é debatida dentro de escolas e grupos sociais. Isso é impulsionado por movimentos de jovens, como o movimento hippie, que tratava a sexualidade como algo natural que poderia ser expressa em qualquer espaço (CANO; FERRIANI; GOMES, 2000).

No século XXI, essa abertura à discussão da sexualidade amplia-se, pois há maior possibilidade de as pessoas falarem sobre o tema, seja nas escolas, redes sociais, televisão, propagandas de marketing, dentre outros espaços sociais. Isso indica que a sexualidade está presente no nosso dia a dia, contudo, essa abertura também é permeada por muitos entraves, como os constantes movimentos de repressão à sexualidade, além dos preconceitos e agressões. Além disso, encontramos hoje sua faceta consumista. Dall'Aalba (1998, p. 188), diz que:

Na história da sexualidade, o discurso sobre o sexo, apesar de repressão, sempre se fez presente. A sociedade moderna não condena o sexo à obscuridade, mas valoriza-o como segredo. [...] o capitalismo acaba se apropriando da sexualidade: sob a bandeira da liberação dos costumes, a superação dos tabus, e através da propaganda e dos meios de comunicação, reduz o sexo a dimensão consumista e de desejo. Coisificar o sexo dessa forma parece responder a uma necessidade de ocupar o tempo livre e dificultar possíveis reflexões e/ou rebeliões.

Vivemos em uma sociedade, que está diretamente ligada ao consumo imposto pelo sistema capitalista, que prega constantemente o alcance da felicidade através de objetos de consumo. Assim, a sexualidade também é exposta a discursos que visam a busca pela satisfação do prazer mediante o consumo. As pessoas viviam em uma sociedade proibitiva, regida pelos princípios da igreja e da própria sociedade, hoje, há uma grande abertura, as pessoas utilizam-se do próprio corpo como mecanismo de satisfação do prazer e reconhecimento financeiro. O capitalismo engoliu a sexualidade de tal maneira que as palavras são em grande parte compreendidas como de duplo sentido, em que um desses sentidos se volta para a sexualidade. A sexualidade é tão presente nos discursos da contemporaneidade, isso porque as relações sociais possibilitam essa construção, sempre lembrando que cada indivíduo em sua cultura vivencia a sexualidade conforme constituído pela sua sociedade, Highwater (1992, p. 15-16), sendo assim: “[...] o que dá forma à sexualidade são as forças sociais [...] Temos que reconhecer que o sexo é objeto de intensa sociabilização e que cada cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas”.

O processo de desenvolvimento biológico, que está estreitamente ligado ao contexto da sexualidade, mais especificamente, o amadurecimento biológico na puberdade, quando o

adolescente passa pelas modificações estruturais do seu corpo. A puberdade é uma etapa do desenvolvimento humano, todos irão passar por ela, independente de raça, cor, etnia, deficiência ou não. É caracterizada pelas modificações corporais dos meninos e das meninas, essas transformações acontecem durante o período da adolescência que é considerada como uma fase psicossocial, ou seja, construída de forma sócio-histórica e não universal, é a fase de saída da infância e preparação, amadurecimento para a vida adulta. Conforme Ozella (2002, p. 21):

[...] consideramos que a adolescência é criada historicamente pelo homem, enquanto representação e enquanto fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura, na linguagem que permeia as relações sociais. Fatos sociais surgem nas relações e os homens atribuem significados a esses fatos. Definem, criam conceitos que representam esses fatos. São marcas corporais, são necessidades que surgem, são novas formas de vida decorrentes de condições econômicas, são condições fisiológicas, são descobertas científicas, são instrumentos que trazem novas habilidades e capacidades para o homem. Quando definimos a adolescência como isto ou aquilo, estamos constituindo significações (interpretando a realidade), a partir de realidades sociais e de marcas que serão referências para a constituição dos sujeitos.

Passando pelas conceituações de sexualidade e sexo, debruçamo-nos sobre a orientação sexual, entendendo que não é uma opção, e sim uma inclinação do sujeito no sentido afetivo, amoroso e sexual, proporcionando a discussão: ele sente atração por qual sexo/gênero? Algumas categorias foram criadas a fim de distinguir as várias formas de orientação sexual existentes.

Para Biachini (2014, p. 422) são quatro os tipos clássicos de orientação sexual:

Heterossexual; pessoa que tem atração física e/ou romântica pelo sexo oposto ao seu; machos heterossexuais tem atração por fêmeas heterossexuais e vice-versa;

Homossexual: pessoa que tem atração física e/ou romântica pelo mesmo sexo a que pertence; machos homossexuais tem atração por outros machos assim como fêmeas homossexuais tem atração por outras fêmeas. Machos homossexuais são conhecidos como gays e fêmeas homossexuais como lésbicas;

Bissexual; pessoa que tem atração física e/ou romântica tanto por machos quanto por fêmeas, indistintamente;

Assexual: pessoa totalmente indiferente a sexo, que não tem atração física ou romântica nem por machos, nem por fêmeas.

Parece fácil compreender a orientação sexual, mas não é. Pois por muitos e muitos anos associou-se à orientação sexual ao biológico, ligando o prazer, a satisfação e o amor, apenas ao sexo, descartando toda constituição do sujeito enquanto ser de desejos e gostos

diferentes do que a sociedade considera como certo, pelos padrões culturais.

Dentro desse contexto da história da sexualidade é necessário também que nos debruçemos agora sobre a perspectiva da homossexualidade, para que assim possamos ter uma compreensão maior de que o preconceito e o desenrolar da homossexualidade traz à tona no século XXI, a discussão de Gênero e identidade de gênero.

Em decorrência dos movimentos libertários sociais que foram surgindo – um exemplo são as paradas que ocorrem em quase todo o mundo – passou haver uma certa aceitação por parte da sociedade. Esses movimentos servem também para buscar o reconhecimento dos homossexuais como pessoas que simplesmente são como são, mas que por ser assim não são doentes. Em outras palavras, busca-se a despatologização da homossexualidade (DIETER, 2012, p. 5)

O comportamento homossexual existiu nas várias organizações sociais bem como em todos os períodos históricos (antiga, média, moderna e contemporânea) desde sempre, sendo inclusive patologizado como doença no século XX, foi quando o homossexualismo passou a integrar o *hall* de doenças mentais, sendo retirado do mesmo apenas no ano de 1973 e, conseqüentemente, ganhando uma nova abertura em 1993, quando a comunidade científica e médica passaram a adotar a palavra homossexualidade e não mais homossexualismo e, compreendendo a sua constituição como parte da vida social e da identidade do sujeito (Dieter 2012, p. 5)

Para tal, a compreensão de homossexualidade: “Exprime tanto a ideia de semelhante, igual, análogo, ou seja, homólogo ou semelhante ao sexo que a pessoa almeja ter, como também significa a sexualidade exercida com uma pessoa do mesmo sexo”. (DIAS, 2000, p. 31).

A homossexualidade a atração sexual pela pessoa do mesmo sexo, ou seja, a biologicidade não deve ser levada em conta, mais sim a atração e o desejo de se sentir atraído por pessoa de mesmo sexo. Assim passamos a discutir de forma clara a diversidade sexual, tema tão abrangente e discutido, diante das grandes modificações pelas quais a sociedade passa. Albuquerque (2013, p. 513),

[...], definem a identidade sexual a partir de quatro critérios: o sexo biológico (caracterizado pela definição genética); a identidade do gênero (a percepção de cada indivíduo como sendo homem ou mulher); os papéis sexuais sociais (definidos pelas características socialmente estabelecidas ao feminino e ao masculino, numa perspectiva de gênero); e a orientação sexual (caracterizada pelo desejo afetivo-sexual de um sujeito em face de outro, seja este do sexo oposto ou do mesmo sexo).

Contudo, compreende-se que a identidade sexual é construída dentro do arcabouço social em que o cidadão está inserido. As identidades de gênero são mais complexas, pois abraçam a complexidade humana. Saindo do binarismo “homem e mulher”. Existem pessoas que detém mais de uma identidade de gênero, ou seja, pessoas que tem o gênero fluído, criando assim possibilidades de identidades. Butler (2015, p. 26) compreende gênero da seguinte forma:

[...] o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo.

Não se pode pensar o gênero como decorrente do sexo biológico, nem partindo do princípio de que ele vem dos significados culturais. Assim a identidade de gênero nada mais é do que a identificação do gênero pela pessoa. Desta feita encontraríamos o cisgênero que se identifica com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento e o transexual ou transgênero como sujeito que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento. Este último objeto de estudo deste trabalho.

Assim, Sutter (1993, p. 43) compreende o sexo psíquico, como “uma séria de características que podem ser descritas como a reação psicológica do indivíduo frente a determinados estímulos. Reação esta, diferente em razão do sexo ao qual ele pertence, sendo que, de um modo geral, indivíduos do mesmo sexo apresentam reação semelhante”.

A transexualidade é uma temática que vem despertando o interesse de grande parte dos pesquisadores que discutem gênero, identidade de gênero e orientação sexual, passando até a figurar para temas de rodas de conversas e estudos. Não devemos mais considerar o sexo apenas como um elemento fisiológico, e de natureza imutável, exemplo disso é a cirurgia de redesignação sexual, também conhecida como transgenitalização, ou neofaloplastia. Vieira (2000, p. 89) compreende que:

Transexual, é o indivíduo que possui a convicção inalterável de pertencer ao sexo oposto ao constante em seu Registro de Nascimento, reprovando veementemente seus órgãos sexuais externos, dos quais deseja se livrar por meio de cirurgia. Segundo uma concepção moderna, o transexual masculino é uma mulher com corpo de homem. Um transexual feminino é, evidentemente, o contrário. São, portanto, portadores de neurodiscordância de gênero. Suas reações são, em geral, aquelas próprias do sexo com o qual se identifica psíquica e socialmente. Culpar este indivíduo é o mesmo que culpar a bússola por apontar para o norte.

O entendimento psicológico da pessoa transexual é de que sua convicção íntima é

pertencer a um determinado sexo completamente diferente daquele do seu nascimento. Sua convicção de pertencer ao sexo oposto àquele que lhe fora oficialmente dado é inabalável e se caracteriza pelas primeiras manifestações da perseverança desta convicção, segundo uma progressão constante e irreversível, escapando a seu livre arbítrio.

Outro entendimento de transexualidade é o de LOBATO (2001, apud ARÀN, 2005, p.1) ao dizer que:

 pessoas convencidas de que são do sexo oposto ao que indica sua genitália – sexo genético/anatômico. Soma-se a este fato a sensação de estranheza quanto ao corpo, o forte desejo de viver como membro do sexo oposto e a procura constante pela alteração de sua aparência corporal e sua genitália, em adequação ao sexo desejado.

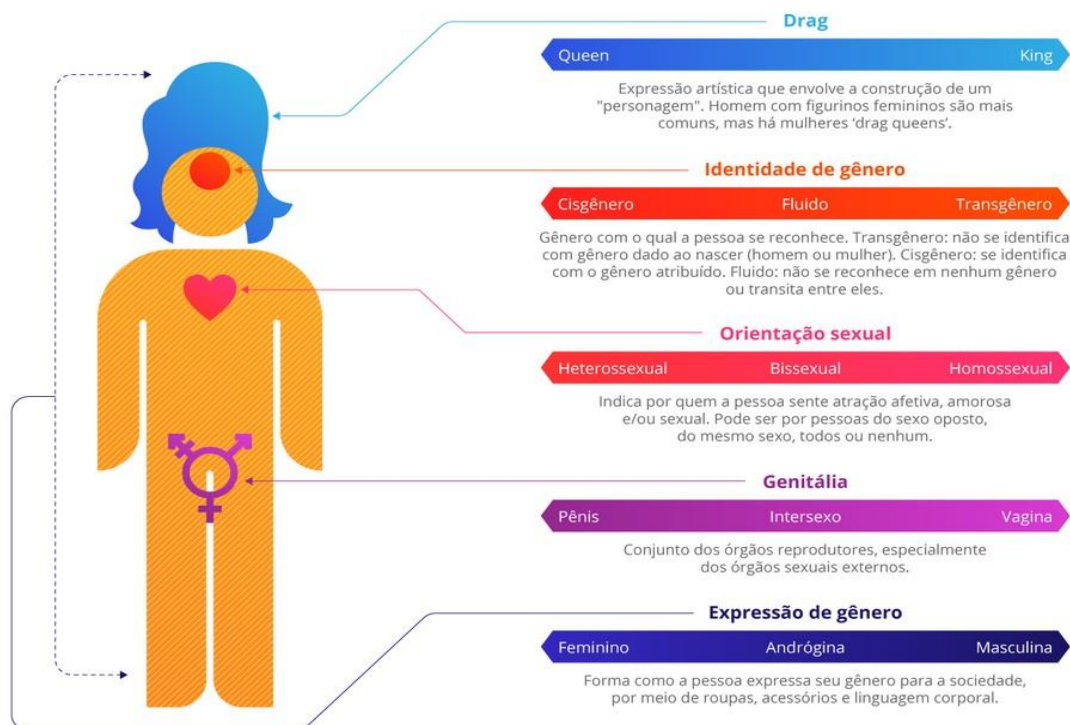
A compreensão da existência de inúmeros fenômenos sexuais é difícil, pois o pouco conhecimento sobre a sexualidade, faz com que a sociedade construa erroneamente conceitos sobre o que realmente seja sexualidade, transexualidade, homossexualidade, fazendo assim com que esses discursos continuem sendo transmitidos pelas pessoas ao longo dos tempos.

A forma ilustrativa de como podemos visualizar e compreender as questões de identidade e expressão de gênero nos mostrando a expressão de gênero como a forma como cada pessoa sente que ela realmente é no que se refere ao masculino e feminino, conforme Figura 1. A identidade de gênero como a forma como o indivíduo sente-se em relação ao gênero masculino e feminino. A orientação sexual está diretamente ligada a atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gêneros diferentes ou até mesmo de gênero igual. Além disso não podemos desprezar a constituição biológica do ser referindo-se objetivamente aos órgãos, hormônios e cromossomos que representam o feminino, o masculino e o intersexual.

Figura 1 – Identidade e Expressão de Gênero

Sexualidade e gênero

Drag queen é uma expressão artística independente de identidade de gênero ou orientação sexual. Entenda.



Fonte: Manual de Comunicação LGTB da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais e Caderno Globo 12 - Corpo: Artigo Indefinido



Infográfico elaborado em: 04/10/2017

FONTE: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/drag-queen-e-questao-de-genero.ghtml>

As discussões construídas em torno dessas nomenclaturas geram características que são fundamentais no processo de constituição do sujeito enquanto ser social. As confusões irão pautar-se sempre no biológica em contraposição a questão sexual e a identidade social. Devemos estar cientes de que o sexo sozinho não determinará qual a identidade ou a orientação sexual que um indivíduo irá reproduzir no contexto social.

Todo cidadão tem direitos e deveres, independentemente de raça, cor, sexo, da condição sexual ou socioeconômica. Mas para aqueles que são transexuais o acesso à cidadania é um desafio. Menino ou menina? Desde o útero essa já é uma primeira questão na vida de qualquer pessoa, uma mulher grávida dificilmente vai passar a gestação sem ouvir essa pergunta. E nela se baseia também para planejar chá-de-bebê, quartinho, roupas, nomes, tudo baseado no sexo. Predominante rosa para meninas e azul para meninos. Mas a vida não se limite a cores rosa e azul, ela não é binária e as pessoas são diversas. Tem aquelas que não se identificam com o sexo biológico, nascem como menina ou como menino mais não se reconhece como tal.

O princípio da identidade de gênero não é simples, onde cada um diz o que quer ser, ou como quer ser. Partindo do pressuposto que gênero é um caráter construído socialmente e não nascido com a pessoa, aqueles que não se identificam com o sexo que nasceram e não se sentem reconhecidas no fenótipo masculino ou feminino, são meninos que se reconhecem como meninas e meninas que se reconhecem como meninos.

Por muito tempo essa identidade foi tratada como algo desviante, essas pessoas se organizaram e lutam para serem reconhecidas como cidadãs dignas de direito. Direitos básicos, como o direito de ter um nome, de mudar o sexo no registro civil, de ter uma união estável e o casamento civil, além de outras questões amparadas pelo direito penal, trabalhista e previdenciário.

Direitos como mudança de nome e de sexo não são amparados por leis, somente por interpretações e decisões judiciais, é por isso que acessá-los às vezes é complicado e leva muito tempo. Essa marginalidade jurídica faz com que os transexuais sejam vistos como pessoas que praticaram um crime, onde na verdade eles tem uma inadequação físico-psicológica, ou seja, corpo físico de homem e condição psicológica de mulher, ou vice-versa. O que se busca é apenas que seja reconhecida a sua condição humana, de ser, de gente, de cidadão, igual a todos os outros encaixados nos padrões rotulados pela sociedade.

A busca pela felicidade, para aqueles que são reconhecidos como transexuais, pode passar por questões bem simples como é o caso da adequação do nome social, mudança de nome no registro civil e consequentemente do sexo biológico nesse registro civil. Há muitas pessoas que não se veem retratados com o nome em que foi registrado, sendo o nome pessoal único, e a característica que a identificava e as diferenciava das demais como é o caso do sexo.

A Constituição Federal Brasileira em ajuste à Declaração dos Direitos da Criança de 1959 da Organização das Nações Unidas ratificou o direito ao nome como princípio básico. Partindo daí, como um elemento de identificação civil que ocorre após o nosso nascimento, onde passamos a ser dotados de personalidade jurídica, contraindo direitos e obrigações. Bem como expressa o Código Civil de 2002, o direito ao nome é um direito de personalidade. Quando traz em seu art. 16 a seguinte redação: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.” (BRASIL, CODIGO CIVIL, 2002).

Hoje existe a possibilidade de substituição do prenome adequando-o a apelidos públicos, possibilitando assim abertura ao transexual que já possui nome social, adequar o nome ao registro público, evitando assim o constrangimento público de possuir a aparência física de mulher e o nome público de homem, baseando-se apenas no aspecto biologicista.

Conforme Sanches (2014, p. 561), o projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy propõe alteração no caput do Art. 58 da Lei de Registros Públicos, deixando-o da seguinte forma:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição mediante sentença judicial, nos casos em que:

I – o interessado for:

- a) Conhecido por apelidos notórios;
- b) Reconhecido como transexual de acordo com laudo de avaliação médica, ainda que não tenha sido submetida a procedimento médico cirúrgico destinado a adequação dos órgãos sexuais;

II – Houver fundada Coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime por determinação, em sentença, de juiz competente após ouvido o Ministério Público.

Parágrafo Único. A sentença relativa à substituição do prenome na hipótese prevista na alínea B do inciso I do caput deste artigo será objeto de averbação. (SANCHES, 2014 p. 561)

O ingresso com processo judicial para alteração do registro civil de nascimento necessitaria de todo um arcabouço medico-científico que identificasse a transexualidade para que o direito a mudança de prenome fosse configurado no registro civil, tendo outro aspecto importante a não utilização da cirurgia de redesignação sexual como fator preponderante para esta concessão de modificação do prenome. O legislador resguardou o direito de que, tais mudanças só possam ocorrer através de processos judiciais, ocasionando assim investigar os reais motivos para a mudança do prenome civil.

Prevendo que os processos judiciais demorariam tempo e custas, a administração pública deu abertura para a utilização do nome social, como meio de possibilitar ao transexual fugir da discriminação e do constrangimento sem ferir a segurança jurídica das relações sociais. Sendo compreendido como nome social aquele que utilizamos para identificação pessoal e representação diante da sociedade.

O Ministério da Educação encaminhou ofícios às instituições de ensino para que as mesmas utilizassem o nome social das travestis e transexuais nas chamadas escolares, evitando assim constrangimento. Nessa mesma perspectiva o Ministério do Planejamento também editou portaria, neste caso a de nº 233/2010 que orienta aos servidores públicos federais a utilização do nome social, inclusive sendo identificado nos crachás e e-mails corporativos, lista de ramais e sistema de informação.

Uma inovação nas garantias dos transexuais, sendo de expressiva relevância para aquelas que são subjugados pela sua condição sexual, e que estão vivendo a margem da

exclusão social, perdendo assim o direito de serem reconhecidos como cidadãos, foi a decisão recente de mudança do sexo biológico no registro civil.

Em maio de 2017, a quarta turma do Superior Tribunal de Justiça acolheu pedido de mudança de sexo no registro civil de um transexual, sem que seja necessária para isto a cirurgia de redesignação sexual, ou seja, readaptação do órgão genital do indivíduo. O recurso especial é oriundo do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul, onde a apelante teve o direito negado pela corte estadual.

O nome não é a única forma de identificação de uma pessoa. Apesar de a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) estabelecer que o nome é imutável, o parágrafo único, do art. 55 e o art. 58, ambos da própria lei, oportuniza/autoriza a modificação quando do nome resultar situações vexatórias, expor o indivíduo ao ridículo ou fazê-lo sofrer degradação ou preconceito social.

Para o transexual, a mudança do nome e a não mudança do sexo em registro, configurariam situações vexatórias, pois após o reconhecimento de que se é transexual, muitos passam por tratamentos para a readaptação do corpo, sem necessariamente ter que se fazer a cirurgia para a mudança do sexo, mas apenas por tratamentos hormonais para pequenas mudanças, que trazem sensação de conforto e de autorreconhecimento pelo transexual.

Conforme descrito por Reges (2017, p. 95) o Ministro Luís Filipe Salomão em seu voto diz o seguinte:

Se a mudança do prenome configura alteração de gênero (masculino para feminino ou vice-versa), a manutenção do sexo constante do registro civil preservará a incongruência entre os dados assentados e a identidade de gênero da pessoa, a qual continuará suscetível a toda sorte de constrangimentos na vida civil, configurando-se, a meu juízo, flagrante atentado a direito existencial inerente à personalidade.

Muitos fatores possibilitam a constituição da identidade do sujeito, como fatores familiares, sociais, culturais e psicológicos. Cabe ao Estado proporcionar os meios para que o cidadão tenha uma vida digna, como por exemplo, possibilitar a modificação do sexo no registro civil.

Ainda utilizando do precedente de que muitos transexuais não teriam condições financeiras para arcar com as despesas do tratamento, mesmo sabendo que o Sistema Único de Saúde concede o mesmo de forma gratuita, a demanda é muito grande, e o paciente precisa passar por esse acompanhamento por pelo menos dois anos. Um tratamento longo, lento e que

não é disponibilizado em todas as cidades do país, pensando nas custas e que muitos não teriam o acesso a ele de forma gratuita, o segundo Reges (2017, p. 89) o ministro relator utilizou-se da seguinte passagem.

[...] não é porque a pessoa não tem condições financeiras suficientes ou que está aguardando anos na fila do SUS que o STJ vai se eximir de admitir o direito mínimo ao cidadão de bem, que apenas busca dignidade, igualdade e respeito, direitos básicos de uma sociedade democrática.

A decisão inovadora do STJ, não obriga os tribunais a tomarem a mesma decisão, mas pode servir de referência para decisões em instâncias inferiores.

A pessoa considerada transexual tem o desejo de ver o seu direito concretizado como é concretizado com a pessoa heterossexual. O direito à cidadania, igualdade, dignidade, saúde, e orientação sexual respeitado. Ignorá-los, negá-los é excluí-lo da sociedade é deixar esse cidadão sem direitos personalíssimos, essenciais e inerentes à natureza humana.

Crimes e atos de violência praticados contra os homossexuais, incluindo-se dentro desse contexto os transexuais, são tipificados na legislação brasileira e ocorre de forma recorrente. Dentre eles os crimes contra a honra, quando as vítimas são ofendidas em sua dignidade, decoro e/ou reputação. Estes crimes possuem tipificações diferenciadas pelas condutas: quando se imputa a pessoa algum fato ofensivo a sua reputação (difamação), a acusa falsamente de fato definido como crime (calúnia) ou atribuir defeitos morais, intelectuais ou físicos (injúria); crimes contra a liberdade pessoal, onde as vítimas são ameaçadas ou sequestradas; crimes contra a pessoa, incluindo-se os maus tratos, omissão de socorro e lesões corporais; crimes sexuais que podem apresentar-se através do estupro, tráfico de pessoas e exploração sexual e os crimes contra a vida como o homicídio e o induzimento ao suicídio. (PARÁ, 2016, p. 38).

A postura que por muitas vezes é conservadora e preconceituosa se dá em virtude da ausência de previsão legal que discipline algumas temáticas envolvendo a transexualidade. Não se pode prever e disciplinar os mais variados aspectos da vida social humana. Por muitas vezes as leis já entram em vigor defasada, em virtude do processo globalizado que vivemos e a constante transformação social pelo qual passamos diariamente.

Não existem leis específicas que definam o direito de adequação sexual para o transexual, bem como as implicações jurídicas dessa modificação corporal, havendo apenas jurisprudência mostrando-se favorável a essa pretensão por aquele que tem constatado através de acompanhamento por equipe multiprofissional a transexualidade. A comunidade médica

diante de vários estudos mostra que para uma adequação a distorção mente/corpo, a cirurgia de redesignação sexual seria o caminho de natureza terapêutica, sendo uma disposição do corpo, não sendo assim objeto de punição pelo direito. A partir dos escritos de Pará (2016, p. 16),

Princípio de Yogyakarta, de 09 (nove) de novembro de 2006 é um documento elaborado por um grupo de especialistas em direitos humanos e apresentado à ONU, o qual delimita os princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Também especifica que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que cada pessoa tem o direito de desfrutar os direitos humanos sem distinção de qualquer tipo, tal como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra opinião, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro status.

No momento em que os homens se encontram no centro do ordenamento jurídico do Estado, os direitos humanos configuram-se no plano universal, possibilitando assim a evolução e aprimoramento do princípio da dignidade da pessoa humana ao longo dos séculos. Sarlet (2006, p. 35-36) diz que:

Em que pese sejam ambos os termos (“direitos humanos” e “direitos fundamentais”) comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem o ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional e que, portanto, aspiram à validade universal para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

Os direitos humanos não precisam estar literalmente escritos nos textos constitucionais, pois são inerentes ao convívio humano e a dignidade social, sendo considerados alicerces para a subsistência da população que é deixada a margem das condições sociais, neste caso as minorias.

A homofobia configura-se como emoções negativas em relação aos homossexuais, tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo. Não se sabe ao certo as causas da homofobia, podendo haver indícios culturais e religiosas. Configura-se assim a homofobia como uma forma de discriminação e exclusão social.

Não possuímos no Brasil um dispositivo legal que puna as pessoas pelo crime de homofobia, mas a Constituição Federal em seu Art. 3º, item IV, nos mostra através dos objetivos da República Federativa do Brasil que se deve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2017, p. 14).

A organização Nacional das Nações Unidas reconheceu o dia 17 de maio como o dia Internacional contra a Homofobia, com o objetivo de lembrar a exclusão da homossexualidade do hall de doenças, e dando uma abertura através da garantia de direitos do reconhecimento da pessoa frente a sua orientação de gênero.

A discriminação contra homossexuais hoje se configura como uma violação aos direitos humanos, por isso muitos movimentos sociais “LGBTQIA+” em todo o mundo promovem paradas, e manifestações com o intuito de mostrar a sociedade que o respeito e a igualdade devem prevalecer entre as pessoas. Proporcionando assim uma sociedade mais justa.

O transexual que dentro desse contexto sofre também a homofobia, em função da sua readequação de gênero-corpo-mente, pode buscar junto ao poder judiciário os mecanismos legais protetivos para si, e punitivo para aqueles que cometem tal ação.

A homossexualidade continua sendo um tabu na sociedade, possibilitando assim grandes dificuldades para enfrentamento, posicionamento e debate. Por estar estigmatizada de preconceitos, parece transcender nas pessoas um efeito contagioso, principalmente para aqueles que defendem a causa ou que lutam pelos direitos e garantias a essa parcela específica da população.

A ideia de preconceito refere-se a um conceito formado anterior ou antecedente a constatação de fatos. Utilizando-se de características julgadas no universo, atribuída a todos que se encaixam em uma determinada categoria. Podemos considerar que o preconceito está inserido em todos os círculos de interação humana sendo munição usada no convívio e nos momentos em que nos defrontamos com o diferente, com o desconhecido, com o não familiar.

O preconceito passa a se tornar um problema na medida em que os significados pejorativos são atribuídos a outros indivíduos ou grupos de forma generalizada, sendo associados à traços étnicos ou raciais, sexuais ou religiosos, julgando inerentes aos sujeitos que se referem sem, no entanto, considerar as suas particularidades. O preconceito é um fardo que confunde o passado, ameaça o futuro e torna o presente inacessível.

ARENDT (2012, p. 153-154) afirma que o preconceito é:

[...] um preconceito genuíno sempre esconde algum juízo anteriormente formado que em sua origem teve uma base apropriada e legítima na experiência e evoluiu como preconceito por ter sido reexaminado ou revisto. Nesse aspecto, expressar um preconceito é coisa bem diferente de "dar um palpite". [...] O perigo do preconceito é o fato de estar ancorado no passado – tão notavelmente bem ancorado, muitas vezes, que não só antecipa e bloqueia o juízo, mas também torna impossíveis tanto o próprio juízo quanto a autêntica experiência do presente. Para dissipar os preconceitos, devemos primeiramente descobrir dentro deles os juízos passados, ou seja, desvelar a verdade que possam conter.

O preconceito pode acontecer de uma forma banal até em pensamento, por exemplo: que feio, que gordo, ou nego burro, a loira nunca entende nada, aquele menino é mesmo um viadinho. O preconceito é resultado das frustrações das pessoas que podem até se transformar em raiva ou hostilidade, muitas vezes as pessoas que são oprimidas, humilhadas exploradas, mal-amadas, não podem manifestar a sua raiva como pessoa, então elas deslocam a sua hostilidade para outros que considerem inferiores, resultando aí a discriminação e o preconceito. Rodrigues, Assmar, Jablonsky (2005).

O nosso sistema jurídico proporciona tratamento igualitário e isonomia a todos os cidadãos. A busca da tutela jurídica é o único meio de garantir a efetividade das garantias e prerrogativas fixadas na Constituição Federal, pautados na dignidade da pessoa humana, igualdade e liberdade.

Princípios e garantias estas que estão imbuídos em nossa Constituição Federal de 1988, a tão falada “Constituição Cidadã” que traz em seu bojo um *hall* de garantias e direitos fundamentais a todos os cidadãos residentes em território brasileiro.

A grande função de um texto constitucional possui em regra duas diretrizes importantes, a primeira é a instituição, preservação e garantias de direitos fundamentais e a segunda vertente voltada para a organização do Estado, organização política. Nesta parte específica deste trabalho nos deteremos à primeira delas, que é a busca pelas garantias de direitos em um século moderno, onde o preconceito é muito forte e acaba criando barreiras específicas quando em entraves jurídicos.

O fato é que muitos dos direitos e garantias já foram conquistados e debatidos nas mais altas cortes jurídicas do nosso país, como expresso em trechos do capítulo anterior, não obstante mais haver a negativa de direitos às pessoas consideradas homossexuais.

Para tal, o *caput* art.5º da Carta Magna diz o seguinte:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 2017 P. 9)

Em uma interpretação literal, o artigo supra possibilita a garantia dos direitos aos brasileiros (natos ou naturalizados) e aos estrangeiros. Ou seja, percebe-se mais do que está escrito, sendo uma interpretação extensiva, não só aos residentes no país, mas a qualquer pessoa que esteja na República Federativa do Brasil, dando assim uma amplitude na interpretação constitucional.

Se pararmos para analisar o texto constitucional vislumbramos três caminhos importante para a busca de uma qualidade de vida jurídica entre as pessoas, o princípio da dignidade da pessoa humana, a igualdade e a liberdade, que juntos podem possibilitar a uma nação futura a quebra do preconceito, desde que os mesmos possam ser tratados desde o início da vida dos sujeitos, possibilitando assim um crescimento intelectual pautado na igualdade de gênero, raça, condições econômicas e naturalidade. Concebendo assim a extinção de pensamentos preconceituosos. Silva (1998, p. 94) ressalta que:

[...] a dignidade da pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza.

Para tanto como viver uma vida digna pautada neste princípio se, por qualquer tipo de discriminação o cidadão é excluído da sociedade e proibido de viver a sua vida como bem quiser, não é o ordenamento jurídico que vai dizer se o cidadão leva ou não uma vida digna, pois o ideário social no qual o cidadão está inserido, quando carregado de preconceito, torna-o mesmo assim excluído da vivência social, reificando ainda mais o preconceito.

Nessa perspectiva, de que todos somos iguais perante a Lei, reporta-nos a pensar no princípio da igualdade, mais conhecido como princípio da isonomia, ou seja, dar tratamento igual aos iguais e tratamento desigual aos desiguais na medida das suas desigualdades.

A princípio é uma proibição de discriminação, onde o Estado não pode impor tratamentos diferenciados em funções de quaisquer naturezas, sejam elas raciais, religiosas, sexuais e por padrões econômicos, impedindo assim qualquer tipo de discriminação. Mello (1999, p. 10) aponta que,

A lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguição, mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e judicializado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes.

Tratar todos equitativamente, igualmente, dentre suas diferenças e desigualdades, resultam em Projetos como o de nº 134 de 2018 do Congresso Nacional que cria o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero que já foram propostos com o objetivo de sanar as lacunas dentro do campo da homossexualidade, ideologia de gênero e identidade sexual.

Porém, muitos desses projetos não passaram sequer pelas comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Implicando em questão ética, nos sentidos do “quero, posso e devo”, ou seja, no respeito ao indivíduo na sua particularidade e na igualdade do sujeito na sociedade. Insto influir diretamente no poder de escolha individual do sujeito. No medo de ser idealizado pela sociedade como um defensor dos direitos dos homossexuais ferindo assim a moral e os bons costumes pregados pela sociedade preconceituosa e arcaicas. Sarlet (2009, p. 65) demonstra que,

Onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver uma limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade em direitos e a dignidade e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana.

Assim devemos deixar o preconceito de lado e buscar, aperfeiçoar os detalhes para que a sociedade possa conviver de forma igualitária e libertária.

A compreensão de sexualidade humana é uma construção social, dissociada do sexo, sendo uma demanda emergente e necessária, particularmente, nesta sociedade do século XXI, em que tal temática, podemos considerar com o olhar em grandes quebras de paradigmas, não somente no campo científico, porém, no campo da vida entendida do ponto de vista mais amplo do termo. Entender as discussões de orientação de gênero e conseqüentemente a absorção pelo direito das questões dessa temática é pensar em uma sociedade pautada em construções sociais, na maioria de suas vezes preconceituosa.

Temos constitucionalmente o direito de sermos iguais, não obstante as diferenças que nos inferiorizam perante o outro. E quando se é diferente a igualdade nos descaracteriza. É preciso compreender a igualdade dentro do contexto das diferenças, percebendo que nenhuma

pessoa é igual a outra, e que o que se deve tomar como norte para um, deve ser aplicado em suma para toda a parcela da população. Cada um deve ser respeitado dentro da sua diferença. Esse olhar nos leva ao princípio da igualdade que está descrito na Declaração Universal do Direito do Homem e que nos leva a pensar em outro princípio, o da não discriminação.

Após esse trilhar pelo preconceito no século XXI e demonstrar que a nossa Constituição nos torna igual em direitos e garantias, reporto-me com base nos escritos de Ferraz; Leite (2016, p. 76), a fazer uma discussão sobre o Estatuto da Diversidade Sexual, que está em tramitação no Congresso Nacional desde agosto de 2011.

O direito à identidade de gênero, portanto, consiste na garantia de livremente definir a qual gênero sexual pertence, de acordo com os sentimentos mais íntimos, valores e convicções. Com isso, cada indivíduo tem assegurada a prerrogativa de expressar o gênero feminino ou masculino, havendo ou não correlação com as características físicas, na medida em que prevalecem nesse contexto as certezas que a pessoa tem em relação a si mesma, conforme a sua verdadeira subjetividade.

Contudo o direito à identidade de gênero, consiste nas garantias constitucionais de liberdade e de dignidade da pessoa humana, possibilitando a cada indivíduo a escolha do gênero com qual mais se adequa, podendo estar estreitamente ligadas com o biológico ou não.

O Estatuto foi elaborado por vários profissionais que estão estreitamente comprometidos para a construção de uma sociedade igualitária, democrática e livre de qualquer discriminação, pois o descaso social não permite que muitas pessoas possam ter o direito de amar e de serem felizes, seja pela orientação ou pela identidade de gênero.

A Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer tipo de discriminação, possibilitando assim uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos conforme texto existente no preâmbulo dela. Todavia, frente ao silêncio constitucional quanto a proibição expressamente em seu texto da discriminação diante da orientação sexual e a identidade de gênero, deixou os homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais reféns da violência, culminando assim no crime de homofobia que não tem punição legal, ainda, pois é permitir que a legislação que criminalize os delitos advindos da intolerância homofóbica.

Um das grandes discussões surgidas ainda na construção do anteprojeto era qual nome deveria ser dado a este Estatuto, se levaria o nome de “diversidade” ou de “igualdade”, prevalecendo o primeiro, mesmo percebendo que ele pode ser pejorativo, pois o estatuto estava sendo criada para parcela específica da população, por isso a condição de sexualidade,

prevalecendo assim o entendimento de que deveria ser levado o nome de Estatuto da Diversidade Sexual.

Outro ponto de extrema importância é que o projeto não conceitua nenhuma das categorias ligadas à homossexualidade em seu texto, como é o caso do que seja sexo, sexualidade, homossexualidade etc, isso por entender que as várias ciências compreendem essas categorias das mais variadas formas possíveis, então o Estatuto deixa uma abertura para que possam ser trazidos a análise das várias formas de compreensão da homossexualidade.

O Estatuto da Diversidade Sexual é pautado em um microsistema que possibilita a consagração dos direitos e garantias fundamentais como na criminalização da homofobia, os direitos sucessórios, de família, previdenciários e trabalhistas, além de uma série de políticas públicas como saúde e educação que buscam a inclusão, fazendo assim um contraponto ao quadro apresentado hoje, que é o de exclusão e omissão social. Isso não quer dizer que os direitos já conquistados ou que venham a ser adotados em esfera federal, estadual ou municipal sejam signatários.

O momento é de acabar com a invisibilidade jurídica para a população LGBTI, onde a perversa discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero terminam por impor verdadeira mudança de paradigma a toda sociedade. É preciso aprender a conviver com as diferenças tanto no mundo público quanto na iniciativa privada. É preciso dar um basta à homofobia, tipificando-a penalmente. Por isso a necessidade da apreciação e aprovação do Estatuto da Diversidade Sexual.

O Projeto do Estatuto da Diversidade Sexual (ANEXO II) está organizado em 18 seções, conforme disposição abaixo:

Seção I – (declara os objetivos: promover a inclusão, combater a discriminação e criminalizar a homofobia), aponta os sujeitos protegidos (heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais) e enuncia sujeitos passivos de deveres jurídicos (o Estado e a sociedade).

Seção II – (“Princípios fundamentais para a interpretação e aplicação” do Estatuto da Diversidade Sexual).

Seção III – (direito à livre orientação sexual),

Seção IV – (igualdade e não-discriminação),

Seção V – (convivência familiar),

Seção VI – (direito e dever à filiação, à guarda e à adoção),

Seção VII – (identidade de gênero),

Seção VIII – (saúde),

Seção IX – (direitos previdenciários),

Seção X – (educação),

Seção XI – (trabalho),

Seção XII – (moradia),

Seção XIII – (acesso à justiça e à segurança),

Seção XIV – (meios comunicação),

Seção XV – (consumo),

Seção XVI – (cuida de direito penal, a partir de um tipo penal geral de homofobia e de 3 tipos específicos (indução à violência, discriminação no mercado de trabalho e nas relações de consumo),

Seção XVII – (trata de políticas públicas, de forma geral),

Seção XVIII – (enuncia um princípio geral de aplicação da legislação mais benéfica em favor de homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais).

O Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual (2011, p. 5) traz em seus artigos iniciais, o que deveria constar na Constituição e nas leis infraconstitucionais:

Art. 1º - O presente Estatuto da Diversidade Sexual visa a promover a inclusão de todos, combater a discriminação e a intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero e criminalizar a homofobia, de modo a garantir a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Art. 2º - É reconhecida igual dignidade jurídica a heterossexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, individualmente, em comunhão e nas relações sociais, respeitadas as diferentes formas de conduzirem suas vidas, de acordo com sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Art. 3º - É dever do Estado e da sociedade garantir a todos o pleno exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas.

O art. 1º visa combater o crime de homofobia, bem como sanar as arestas que possibilitam qualquer tipo de discriminação diante da situação do cidadão ser homossexual, bem como a garantia da igualdade de oportunidade a todos, principalmente no âmbito trabalhista, onde o preconceito ainda é muito forte, quando da oportunidade de emprego para o homossexual. Possibilitando assim igual dignidade jurídica.

O Estatuto traz em seu texto todas às categorias alinhadas a homossexualidade, os homossexuais, heterossexuais, transgêneros, dentre todos os outros grupos que sofrem o preconceito diante da situação de sua sexualidade. Traz também algumas inovações referendadas pelos Tribunais do país como é o caso do reconhecimento da união estável e do casamento para pessoas de mesmo sexo, como também a troca do nome e do sexo no registro civil, além dos direitos sucessórios. Dias (2014, p. 264-265) mostra que,

Para uma sociedade cada vez mais consciente de seus direitos, nada, absolutamente nada, justifica a omissão do sistema jurídico frente à população formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Assim, urge a aprovação de uma Lei que assegure a essa

significativa parcela de cidadãos o direito à vida, à integridade física e psíquica e a inclusão social. Também é indispensável o reconhecimento legal de seus vínculos afetivos o que, nada mais é do que a garantia do direito a felicidade. Um direito fundamental de todos os independentes da orientação sexual ou identidade de gênero.

Neste mister, a intolerância é responsável por muitas desavenças, guerras e atrocidades ocorridas na história da humanidade, se desejamos uma sociedade mais justa e igualitária devemos rever os nossos valores, pois eles são determinantes de preconceito, assim, a busca de um direito em pleno século XXI que tente acabar de vez com toda e qualquer forma de discriminação, conseqüentemente irá possibilitar o surgimento de uma sociedade mais, justa, igualitária e sem julgamentos alheios às várias formas de preconceito, pois nenhum cidadão deve ter seus direitos cerceados ou ser discriminado apenas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero, seja no âmbito social, econômico, familiar, cultural ou público.

Em um Estado Democrático de Direito as minorias também devem exercitá-lo, como é o caso do grupo dos homossexuais, não podendo os legisladores eleitos pelo voto direto, inclusive dessa minoria, descumprir o texto constitucional ao afirmar que somos iguais sem qualquer tipo de distinção. Sabe-se que a omissão do Estado para com as minorias é histórica, deixando cada vez mais essa população a mercê da vulnerabilidade social.

Porque não fazer com que o Estatuto da Diversidade Sexual se torne um Tratado Internacional, já que muitos países não têm legislação específica para tratar das questões jurídicas referentes a Identidade de Gênero e a Orientação sexual, o pouco que se tem nestes outros países é a permissividade para o casamento. Por um mundo mais justo! Por um mundo sem preconceito!

Por fim, vivemos em um país onde o Judiciário reconhece o direito das minorias, cumprindo uma função atípica, que é de legislar, em virtude da omissão dos nossos legisladores. Conforme os entraves jurídicos vão surgindo o Judiciário vai se posicionando de forma a garantir a estabilidade jurídica, a garantia dos direitos àqueles que necessitam e conseqüentemente, tratando o cidadão dentro do viés do princípio da dignidade da pessoa humana.

3 SEXUALIDADE E SAÚDE PÚBLICA DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Falar de saúde pública no Brasil não é fácil, ainda mais em um país em desenvolvimento como é o nosso. O Brasil instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentado pela Lei nº 8.080/90, originada, igualmente, inicialmente pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 196, efetivando assim o texto de lei que aponta a saúde como um direito de todos, sendo o Governo Federal, Estados e Municípios corresponsáveis pela garantia do acesso da população aos serviços de saúde de forma gratuita. Além disso, conforme pensamento de Paim (2009) a saúde além de corresponder a um estado de vida, ela também compõe um setor da economia responsável pela produção de bens e serviços.

Qualquer sistema de saúde pública do mundo passa por problemas, sejam eles estruturais, financeiros ou operacionais (Paim, 2009), A construção feita por Estados e Nações ao longo do tempo para que os sistemas de saúde possam ofertar os serviços aqueles cidadãos que os buscam, em algumas situações pela ausência a própria política pública que deveria ser voltada aquele grupo específico de pessoas, fere o que chamamos de proteção social da população.

O Brasil tem estruturado um sistema de saúde em que os seus princípios são a universalidade, a equidade e a integralidade (Lei 8.080). O primeiro deles nos mostra que a saúde é um direito de todos, onde o Estado deve assegurar ao cidadão este direito de forma que ele acesse os serviços independente de sexo, raça, ocupação ou quaisquer outras características pessoais ou sociais. O segundo visa a diminuição das desigualdades diante das diferentes necessidades que cada cidadão possui por não sermos iguais. E o último considera as pessoas como uma coletividade, um todo, onde o Estado atenderá a todas as necessidades, oportunizando assim a integração dos serviços para possibilitar uma qualidade de vida a todos. Para Pontes, Oliveira e Gomes (2014, p. 2):

[...] é difícil pensar em um Sistema de Saúde universal e equitativo em um país, como o Brasil, onde a muitos faltam condições de sobrevivência (...). Nesse sentido, o SUS necessário, para que tenhamos uma sociedade mais justa, está definido em seus princípios legais. Por sua vez, o SUS possível hoje é aquele que se encontra no funcionamento cotidiano dos serviços de saúde. Apesar dos significativos avanços desde o início dos anos 1990, o SUS possível ainda está longe do SUS necessário [...].

Mesmo diante de um sistema de saúde que possui princípios que visam atender a todos os cidadãos, é notório pontuar a deficiência deste sistema no atendimento e desenvolvimento de políticas públicas de saúde voltadas a população LGBT, o que reforça a

necessidade de novos olhares para essa realidade.

Dentro do universo LGBT, os transexuais são as pessoas que mais necessita dos serviços de saúde, por estarem residindo teoricamente dentro de um corpo que não lhes pertence. A transexualidade, por sua vez, está classificada como transtorno de gênero tipificado no manual de doenças mentais – CID 10 (CLASSIFICAÇÃO, 1997, p.265) o qual traz a seguinte definição:

F64.0 Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Através da resolução nº 14 de 20 de junho de 2011 o Conselho Federal e Psicologia (CFP) possibilitou que os profissionais da psicologia considerados travestis ou transsexuais poderiam independente da retificação do registro civil do nome social em sua carteira profissional atuarem no serviços e nos campos aos quais o profissional esteja habilitado, isto ocorreu, considerando um entendimento do conselho de despatologização da transexualidade, ou seja, de não ser considerado como uma doença mental (TARTUCE, 2015).

Assim o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo em nota diz:

As sexualidades, os gêneros e os corpos que não se encaixam no binarismo convencional (masculino/feminino, macho/fêmea) não podem servir de base para uma classificação psicopatológica. A normatividade do binarismo de sexo e de gênero só permite aos deslocamentos, como a transexualidade, a travestilidade, o crossdressing, as drag queens, serem vistos como maneiras de existir desviantes, criando-se categorias linguísticas e psiquiátricas que conferem inteligibilidade à vivência destas pessoas. Portanto, numa concepção que desnaturalize o gênero, a pluralidade das identidades de gênero refere possibilidades de existência, manifestações da diversidade humana, e não transtornos mentais. (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO, http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=365)

Não há, de se considerar o transexual como um doente mental, pois o estado mental é de plena lucidez, não sofrendo de nenhuma desordem psíquica primária de personalidade. Assim, o Ministério da Saúde seguindo orientação do Conselho Federal de Medicina editou a Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008 que Regulamenta o Processo Transexualizador no Âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, passando a custear o tratamento para os transsexuais, possibilitando ao sujeito que se encaixa nesse perfil, acompanhamento

multiprofissional, que pode ao longo de dois anos culminar em uma cirurgia de redesignação sexual, bem como o tratamento hormonal que possibilite as mudanças corporais necessários para o transexual levar uma vida mais feliz, com o padrão de corpo que desejaria ter.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº. 1.955 de 2010, indica os parâmetros para a realização da cirurgia no país:

Art. 3º - Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;
- 4) Ausência de transtornos mentais.

Art. 4º - Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto: 1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;

- 2) Maior de 21 (vinte e um) anos;
- 3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia (CFM,2010).

Mediante o posicionamento do Conselho Federal de Medicina sobre o acompanhamento que deve ser direcionado ao transsexual, não se pode desaperceber esta demanda social referente à orientação sexual, pois está relacionada aos aspectos mais íntimos da vida da pessoa. O que se deve é, buscar assegurar a garantia dos direitos necessários ao cidadão, levar uma vida digna, feliz, amar e ser amado da maneira que se reconhece.

A fluidez da sexualidade permite aos sujeitos sentir atração pelas pessoas seja ela de mesmo sexo ou de sexo oposto. Ainda não existe uma fórmula que dite como acontece o reconhecimento de que o sujeito é transexual. Não se sabe se através de uma análise clínica, ou até mesmo, biológico, ou até mesmo a própria afirmação da identidade pelo indivíduo. Após esse processo de saber “que eu sou” e havendo a tendência em querer realizar a cirurgia de redesignação sexual, o sujeito passará a ser acompanhado por equipe multidisciplinar formada por médicos, psicólogos, nutricionais, assistentes sociais e enfermeiros, durante um período de dois anos até conseguir chegar a fazer a cirurgia de redesignação sexual, conforme orientação disposta na Portaria Ministerial nº 457 de 19 de agosto de 2008.

A partir da possibilidade de tratamento psicoterápico e médico para o transexual, onde se findou através de parecer do Conselho Federal de Medicina que a cirurgia de redesignação era tratamento terapêutico para o transexual, compreendendo-se que a

transexualidade é incurável, onde apenas o acompanhamento psicológico não resolveria à condição de readequação do gênero sexual as estruturas biológicas e anatômicas do corpo.

Com as constantes modificações tecnológicas, a mudança de sexo é uma realidade cada vez mais presente no mundo dos transexuais, ocasionando assim controvérsias no mundo doutrinário e jurídico, pois para a obtenção de ter um corpo entrosado com a mente, a cirurgia viole direitos de personalidade do sujeito (integridade física, moral e intelectual), e para isso o direito busca respostas a ponto de manter a tutela jurídica dos direitos sem afetar a proteção da pessoa humana. Humildes (2017, p. 6) nos mostra que,

Diante disso, não podemos interpretar a cirurgia de mudança de sexo como uma transgressão do direito à integridade física, sem antes conceber a violação iminente do direito à integridade psíquica que tal interpretação acarreta. No complexo tricotômico (corpo, mente, espírito) é necessário que os três elementos fundamentais estejam em plenitude, para que se alcance a eficácia do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. Sob essa ótica, veremos que ao se diagnosticar a *neurodiscordância de gênero*, tem-se como única forma de tratamento dessa disfunção a operação de mudança de sexo, assim, torna-se a operação não só necessária à inclusão social do transexual e resgate de sua cidadania, como também, lícita, sob os termos do art. 13 *caput* do Código Civil: “salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

A segurança jurídica das relações e a necessidade da verdade real, fazem com que o Brasil atualmente venha cuidando cautelosamente das situações de pessoas que buscam autorização junto ao poder judiciário para realização de cirurgia de redesignação sexual, pois como dito anteriormente atentaria aos direitos de personalidade do sujeito.

A inovação não vem do meio jurídico, mais da portaria nº 1.707/2008 do Ministério da Saúde que disciplina os passos e etapas para a concessão de tratamento gratuito para as pessoas configuradas com transexualidade.

Contudo, a ausência de legislação faz com que uma discussão surja em torno do art. 129 do Código Penal que em caso específico poderia punir o médico pelo crime de lesão corporal em virtude da mutilação do órgão sexual do transexual que passa pela cirurgia de redesignação sexual. Os tribunais não entendem dessa forma, pois conforme portaria do Ministério da Saúde, essas pessoas passam por um tratamento de no mínimo dois anos por uma equipe multiprofissional até conseguir realizar a cirurgia, assinando temos de consentimento pelo ato a ser cometido.

A política nacional de saúde integral LGBT, surge em meio a discussão da priorização do serviço de saúde para essa a população que está incluída dentro do grupo LGBT,

entendendo que muitos sofriam o preconceito quando na busca pelos serviços essenciais de saúde. Pensando no princípio constitucional de acesso a saúde é que o Ministério da Saúde lança a Política Nacional de Saúde integral LGBT.

A Política LGBT tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas a redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais. (BRASIL [Ministério da Saúde](#), 2010, p. 4).

Toda política pública de saúde no Brasil teve significativa relação com as questões de gênero, onde ao fazermos um levantamento das políticas de saúde no Brasil, identificaremos que as mulheres ganharam espaço nas últimas três décadas, ganhando assim relativo destaque apenas quando a instituição do SUS, não diferentemente ocorreria quando das políticas voltadas especificamente para o público LGBT, quando se passou a pensar nos grupos étnicos e minorias justamente com esse advento do SUS.

Os primeiros passos do que foi considerado o início do movimento homossexual no Brasil deu-se em meio à abertura política iniciada no final da Ditadura Civil-Militar, ocorrida entre 1964 e 1985 no país. A partir do final da década de 1970, houve a proliferação de jornais que se tornaram porta-vozes dos diferentes movimentos de oposição ao regime militar. Nesse contexto, segundo a pesquisa de Conde (2004), diversos autores, entre eles Mac Rae (1990), Almeida Neto (1999), Green (2000), Trevisan (2000), e Câmara (2002) concordam que o início do movimento homossexual no Brasil ocorreu com a publicação em abril de 1978 do jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como proposta tratar de forma unificada de temas relativos a mulheres, negros e negras, ecologia e homossexuais. (LAURENTINO, 1984 p.25).

A partir desses primeiros movimentos, psiquiatras e acadêmicos começaram a desenvolver estudos demonstrando um outro olhar para essa parcela da população, mais especificamente para as relações homoeróticas. O que possibilitou o surgimento de vários grupos em defesa dos homossexuais, e culminando inclusive no 1 encontro nacional de gays.

No Quadro 1, apresenta-se o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT, desde antes da criação do Sistema Único de Saúde – SUS em 1990, até a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no ano de 2009, apresentado abaixo:

Quadro 1 – Percurso histórico da implantação da Política de Saúde LGBTQIA+ no Brasil.

FATOS	PERÍODO
A medida que o processo de redemocratização avança, o Grupo Somos é reconhecido como precursor da luta homossexual no Brasil.	Década de 70
Ao surgir a epidemia HIV/Aids, à época fortemente relacionada aos gays, o governo brasileiro apoiou mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da doença.	Década de 80
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – dispõe de uma sessão só para saúde.	1988
Instituiu o SUS, definindo seus objetivos, competências e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão (Lei nº 8.080, de 19/9/1990).	1990
Com a participação da sociedade civil, o governo institui o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”.	2004
O Ministério da Saúde constituiu, o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.	2004
A conquista de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT.	2006
13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.	2007
Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional que reuniu mais de 600 delegados.	2008
Finalmente, ao ser aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo.	2009

Fonte: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/159478>

Na década de 1960 e 1970, em meio a Ditadura Militar as discussões sobre a temática LGBT iam crescendo nos locais conhecidos como Guetos, possibilitando as pessoas naquela época um empoderamento, visto o grande preconceito e marginalização que essas pessoas vivenciavam em suas vidas, sendo praticamente excluídos do bojo da sociedade.

Com a descoberta da AIDS na década de 1980, e conseqüentemente constatação que a maior parcela da população que estava infectada e que transmitia a doença, era o público gay,

ainda ressaltando que nesse período não existiam meios de se evitar as doenças sexualmente transmissíveis como os que encontramos nos dias e hoje, o Governo Brasileiro passa a apoiar as campanhas de promoção da saúde, visando à prevenção por parte dos homossexuais no relacionamento sexual.

Em seguida, com a constituição cidadão de 1988, que traz no *caput* do art.5º o seguinte:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]. (BRASIL, 2017, P. 16)

Em uma interpretação literal, o artigo supra possibilita a garantia dos direitos aos brasileiros (natos ou naturalizados) e aos estrangeiros. Ou seja, percebe-se mais do que está escrito, sendo uma interpretação extensiva, não só aos residentes no país, mas a qualquer pessoa que esteja na República Federativa do Brasil, dando assim uma amplitude na interpretação constitucional.

Mediante isso, toda população deveria ser tratada em par de igualdade, a população LGBT ainda ficou a margem desse sistema, sendo excluído de um tratamento igualitário conforme descreve o texto acima.

Após a criação do sistema Único de Saúde em 1990, a partir do ano de 2004, o governo passa a dar uma visibilidade maior aos movimentos sociais em que estavam inseridas as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, permitindo inclusive que eles tivessem cadeiras em conselhos e comitês que discutissem tal demanda. Inclusive o governo realizando no ano de 2017 a 13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.

Com todos esses movimentos, no ano de 2009 é criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, que preconiza um atendimento humanizado e um acompanhamento por uma equipe multiprofissional que viesse prevenir e promover o status da saúde dessa parcela da sociedade.

Diante do que foi levantado, percebe-se que a efetividade da preconização dos serviços de saúde voltados para a população LGBT, houve uma grande mobilização social, buscando sempre a efetividade de um serviço já inserido na constituição de 1988, quando se tratou sobre os direitos e garantias fundamentais do cidadão brasileiro.

4 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A Ciência da Informação, campo de conhecimento voltado aos estudos dos processos, fenômenos redes, sistemas, sendo considerada assim como uma ciência social pós-moderna e interdisciplinar, buscando a resolutividade de um problema social voltado ao campo da informação e ao ser que busca está informado no contexto social. E torna-se interdisciplinar pois bebe dos saberes das outras ciências, denominadas de terceiro ramo do saber como a sociologia, economia, psicologia para a buscar a resolutividades dos mais variados problemas sociais contemporâneas como a exemplo a disseminação de informações falsas, as políticas de proteção de dados e como aborda esta pesquisa a informação no espaço da sexualidade humana.

Mapeando a produção científica na área da Ciência da Informação, Viana e Oliveira (2017) refletem sobre a produção científica sobre LGBT no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, contemplando as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Interdisciplinar e Linguística, Letras e Artes, mais especificamente seus respectivos cursos de pós-graduação, no período de 2000 a 2016.

A pesquisa dos autores considera que “Destaca-se ser este um dos poucos trabalhos dessa natureza realizado na CI, não obstante a constatação que muitos estudos podem ser desenvolvidos ampliando e fortalecendo as discussões acerca de novos temas” (VIANA; OLIVEIRA, 2017, p.18).

É necessário construir um trabalho com linha tênue sobre a sexualidade e as questões de gênero. Para tanto apontamos com base nos escritos de Barreto (2000) embasado pelo *Institute Of Information Scientists* a conceituação dessa área chamada Ciência da Informação, da qual buscamos beber para fundamentar os estudos desta pesquisa.

[...] ciência que se preocupa com os princípios e práticas da produção, organização e distribuição da informação. Assim como, com o estudo da informação desde sua geração até a sua utilização, e a sua transmissão em uma variedade de formas através de uma variedade de canais.” (INSTITUTE OF INFORMATION SCIENTISTS DE LONDRES apud BARRETO, 2000, p.5)

É importante destacar que a temática abordada se encaixa no campo da Ciência da Informação mediante sua característica interdisciplinar, isto é, a possibilidade que a disciplina tem em dialogar com as mais diversas áreas do conhecimento. Japiassu (1976) compreende que interdisciplinaridade é caracterizada pela intensidade existente entre as trocas feitas pelos

especialistas, bem como o grau de integração das disciplinas no interior de um mesmo campo, de um mesmo projeto, de um mesmo objeto. Japiassu (1976, p. 65-66), nos mostra ainda que:

[...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador.

Nesse mesmo contexto, vislumbramos que a interdisciplinaridade deve caminhar na intensificação do diálogo, da integração metodológica e conceitual nas mais diversas áreas e campos do conhecimento. Contudo devemos nos perceber dentro desse evento interdisciplinar sempre que pensamos em uma temática que aborde mais de um campo do saber.

Ainda nas palavras de Japiassu (1976, p.75):

Podemos dizer que nós reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *tomar de empréstimo* a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los *integrarem* e *convergirem*, depois de terem sido *comparados* e *julgados*. Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada um seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos.

A partir da grande revolução tecnologia e científica principalmente no século XX, que faz com que uma disciplina depende de outras, ocorrendo assim uma integração de conceitos e métodos. Assim, como diz Pombo (2004, p. 10):

Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao *domínio* de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar. A ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal.

Um ponto importante é entender que a informação passou a ser estudada pelas mais diversas áreas do conhecimento, dentro dos seus traços teóricos e epistemológicos. Porém, a discussão sobre o assunto da pesquisa permeará o contexto da informação ao grupo LGBT no

campo da saúde, percebe-se que essa abordagem ainda é incipiente no próprio GT-11 do ENANCIB, permitindo uma discussão relevante na área.

Cumprir destacar que existem alguns posicionamentos dos autores da CI acerca do conceito de informação. Conforme preconiza Saracevic (2009) a informação pode ser considerada como uma atividade realizada pelos indivíduos tendo por finalidade resolver problemas e necessidades individuais e gerais. Complementando essa definição, a informação também se trata de um conhecimento que pode ser disponibilizado em formato escrito, oral, impresso ou digital. (LE COADIC, 2004). Nessa perspectiva, as legislações e produções científicas voltadas para a comunidade LGBT disponíveis fisicamente e eletronicamente são conjuntos informativos de interesse social.

Discutir essas informações acerca dos direitos LGBT na sociedade hodierna possibilita a redução do preconceito que é um problema de caráter social, uma vez que o Brasil é um dos países que mais mata gays, lésbicas e travestis, não existindo normas eficazes que assegurem a segurança desse público minoritário. Podemos constatar essa informação com base no relatório construído pela Associação nacional de Travestis e Transexuais que conseguiram contabilizar os assassinatos ocorridos de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2020.

Tabela 1 – Assassinatos de Pessoas Trans entre 01 de janeiro e 31 de agosto de 2020



Fonte: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>

Os dados nos mostram porque o Brasil é considerado o país que mais mata pessoas trans no mundo. Em apenas oito meses de coleta de informações, percebemos uma crescente nesses assassinatos. Ainda há um fator relevante a ser levado em consideração que poderia diminuir esse índice em 2020 que é a pandemia do COVID-19. Muitas pessoas trans tiveram

que continuar o trabalho nas ruas, expostas ao vírus e a violência transfóbica, por não terem conseguido acesso as políticas emergências disponibilizadas pelo governo (ANTRA 2020).

Para Buckland (1991) informação pode ser conceituada a partir de três vias, a saber: informação como processo, ocorre quando um indivíduo passa a conhecer determinado fato anteriormente desconhecido; informação como conhecimento, cuja finalidade é reduzir as incertezas que uma pessoa tem sobre determinado assunto que já tinha alguma noção; e informação como coisa, que para o autor qualquer coisa (um fato, objeto, etc) é dotada de informação e tenha a capacidade de informar. Assim, informação pode ter várias acepções, contudo, o seu núcleo tem como finalidade informar algo a alguém, e essa informação pode ser representada por qualquer coisa capaz de gerar uma mudança no estado cognitivo. Fazendo uma ponte desses conceitos com a temática LGBT, informação pode ser adquirida através de determinada leitura, música, atuação teatral, cartaz, um beijo entre duas pessoas do mesmo sexo, apresentação de trabalhos de cunho científico, e entre outras possibilidades.

Embora Wersig (1993), aponte que a facilitação da comunicação, da informação e do conhecimento é uma das funções sociais da Ciência da Informação, ressaltamos a importância de se discutir gênero e sexualidade na área, destacando seu papel social.

[...] a informação é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas com as quais a Ciência da informação se relaciona, há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9).

Estando a responsabilidade social como um dos delineamentos da Ciência da Informação, Wersig (1993) considera este campo do conhecimento como uma ciência pós-moderna, não estando preocupada apenas com conceituações e enunciados, mas sim com problemas que acontecem na contemporaneidade. Mais uma vez retomamos a saúde da população LGBT como sendo um desses temas contemporâneas e de grande responsabilidade social.

A ciência desde sempre pressupôs a abertura e a colaboração. As novas plataformas tecnológicas, possibilitaram a produção coletiva e a circulação mais fácil, ágil de compartilhamento de conteúdo científico. Os próprios cientistas verificam que existem novas possibilidades de produzir colaborativamente e fazer a informação circular mais abertamente.

De algum modo o movimento pela ciência aberta foi muito contaminado pelo movimento da cultura livre digital

O uso da internet e de outras plataformas tecnológicas coincidiu com outros movimentos de privatização e fechamento dos conhecimentos produzidos a partir do fortalecimento dos regimes de propriedade intelectual, que ocorreu a partir dos anos 80 do século XX, quando a propriedade intelectual passou a fazer parte da agenda da organização mundial do comércio. Associando patentes e propriedade intelectual aos acordos globais do comércio, coincidindo também com uma maior importância da informação e do conhecimento no chamado capitalismo contemporâneo, que alguns chamam de um capitalismo informacional, digital ou cognitivo e que elevou a importância do papel do conhecimento, da informação e da cultura nas novas formas de produção, geração e apropriação do valor a produção científica (Araújo 2010).

A Ciência Aberta é um movimento que incentiva a transparência da pesquisa científica desde a concepção da investigação até o uso de softwares abertos. Também promove esclarecimento na elaboração de metodologias e gestão de dados científicos, para que estes possam ser distribuídos, reutilizados e estar acessíveis a todos os níveis da sociedade, sem custos. Propõe, ainda, a colaboração de não cientistas na pesquisa, ampliando a participação social por meio de um conjunto de elementos que dispõem de novos recursos para a formalização da comunicação científica. (Silva, Silveira, 2019, p. 2)

A ciência passou a ser alçada num nível muito mais estratégico, a inovação do que se tinha no passado, fazendo como que as disputas pelo acesso e uso do conhecimento se acirrasse. Sendo um momento em que os custos das publicações científicas e do acesso a essas publicações se elevaram enormemente, havendo uma competição entre editoras de periódicos científicos cobrando preços elevadíssimos para publicação, (FISCHMANN; ALMEIDA 2009).

O movimento pela ciência aberta começou de uma reação a essa elevação dos custos cobrados por essas editoras, mas viu-se que isso era apenas a ponta de um iceberg onde outros aspectos da ciência precisariam ser abertos em vários sentidos. Além das publicações científicas, os dados científicos abertos, as ferramentas necessárias para a produção da ciência não só do software livre que foi um movimento importante e inspirou muito o movimento pela ciência aberta, (FISCHMANN; ALMEIDA 2009).

A ciência sempre representou papel relevante para a sociedade, visto que é ela, a base no desenvolvimento de produtos, serviços, estudos sobre comportamento humano e o meio que eles estão inseridos.

Dentre os fenômenos sociais oriundos da evolução social, a produção de conhecimento pode ser compreendida como uma das mais importantes das últimas décadas. De acordo com o §1º, do art. 218, da Constituição Federal de 1988, o Estado deverá promover e incentivar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. A positivação da matéria em âmbito constitucional e o consequente comando legal demonstram a importância que o tema possui para a nossa sociedade.

O crescente aumento na produção científica pelos pesquisadores, abordando temas de real significância para a sociedade civil organizada, buscando como base o reconhecimento/fortalecimento de direitos sociais igualitários para a população. Para ALVES (2009) a produção científica é algo tangível passível de ser quantificado e avaliado, onde esta atividade quando escrita e não comunicada fica sem sentido, pois hoje os pesquisadores e as instituições de pesquisa são julgados pelo que conseguem publicar, permitindo assim que seja feito uma mensuração da produção científica por tema/ área/pesquisador/ instituição.

O ponto chave é a apresentação da ciência-tecnologia não como um processo ou atividade autônoma, que segue uma lógica interna de desenvolvimento em seu funcionamento ótimo, mas como um processo ou produto inerentemente social, em que os elementos não técnicos (...) desempenham um papel decisivo em sua gênese e consolidação. (LOPEZ CERREZO, 2002, p.6)

O avanço da tecnologia representa uma evolução para a sociedade. Diversos outros seguimentos são beneficiados pela tecnologia. A exemplo, os americanos foram responsáveis por um feito histórico que refletiu no mundo todo e serve de exemplo do quanto e de que forma a tecnologia pode ser utilizada em favor da sociedade e da ciência, esse fato é a chegada do homem à lua.

No Brasil, assim como no mundo, um dos fenômenos sociais modernos mais importantes oriundos da tecnologia é a crescente evolução dos meios de comunicação. A explosão tecnológica dos meios de comunicação acelerou, de forma gradativa, a produção do conhecimento e a disseminação da informação na sociedade.

A disseminação de conhecimento mediante os meios de comunicação ofertou à sociedade brasileira a possibilidade de ter acesso a informações que outrora levariam muito mais tempo para chegar à população. Diante deste cenário vários reflexos sociais começam a se destacar, a exemplo do acesso a legislação.

O ato de comunicar é intrínseco ao fazer científico, posto que os resultados de uma pesquisa desenvolvida por cientistas devem ser avaliados por pares, publicada, divulgada,

retornando para a sociedade (Leite 2016), o que pode ocasionar na criação de novos conhecimentos a partir do que foi comunicado e contribuindo de modo cíclico para a evolução da própria ciência. Para Araújo (2014, p.32) é preciso considerar que “em muitos aspectos a acelerada evolução da internet e da web social ocorre em paralelo ao movimento de concepção e expansão da ciência aberta ou da ciência 2.0”. De modo abrangente, o avanço das tecnologias digitais tem ocasionado significativas alterações no fluxo de comunicação e divulgação da Ciência. Mueller (2000) destaca a quebra de barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras, portanto,

É notório que com o aumento geral do uso da internet, uma porção crescente de trabalho dos pesquisadores passou a ocorrer online, através de trocas de e-mail, acesso a bases de dados bibliográficos online, blogs, colaborando através de ferramentas de ciência eletrônica, bem como o uso da web geral. (BARROS, 2015, p.29)

A pesquisa TIC Domicílios (2019) realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), aponta que 67% dos domicílios do país têm computador e acesso à internet. Assim,

A internet e os recursos da web além de materializar parte das concepções identitárias da sociedade contemporânea, nas mais diversas expressões que a adjetivam (sociedade da informação, sociedade em rede, sociedade conectada, sociedade do conhecimento ou sociedade do aprendizado) também assumem a preferência como fontes de informação de maior recorrência. (ARAÚJO, 2015, p. 11).

Epstein (2012) parte do entendimento de que a divulgação científica pode ser feita por jornalistas ou pelos próprios cientistas, que assumem papel de mediador, frente o público. Bueno (2010, p. 5) também aponta ainda a necessidade de decodificação do discurso para uma linguagem mais compreensível ao público leigo nesses ambientes. Compreendendo o caráter mutável da Ciência (MORIN, 2006), enquanto atividade social, pode-se admitir que na “era da internet, ferramentas de mídia social oferecem uma maneira poderosa para os cientistas [...] atuarem como porta vozes da ciência.” (ARAÚJO, 2014, p. 33).

O cenário político atual do país, somado a sucessão de contingenciamentos e/ou cortes de financiamento propostos e/ou realizados nos últimos anos tem contribuído para o movimento de descredibilização científica, posicionamentos como anti-vacinas ou sobre a terra plana tem repercutido cada vez mais. Para a Ciência, tem se apresentado o desafio de

aproximação da sociedade em geral, de fazer parte dos mesmos ambientes que eles frequentam em seu dia a dia, mostrando-os e fortalecendo a importância da relação entre cientistas e público em geral.

O cotidiano dos pesquisadores está sofrendo o impacto de uma nova onda de ferramentas digitais, tais como redes sociais, *softwares on-line* e *blogs*, capazes de estimular novas parcerias, acelerar o intercâmbio de informações ou garantir acesso instantâneo a dados científicos de seu interesse. (MARQUES, 2012, p. 32).

Ainda é tímida a divulgação científica em algumas ferramentas apresentadas pela web social, contudo compreender a arquitetura de colaboração desses ambientes (LEVY, 2000) deve ser fundamental para pensar em alternativas para os ataques a ciência no país. “Percebe-se um pequeno, mas crescente número de pesquisadores que começaram a realizar seu trabalho através de ferramentas abertas da web 2.0” (ARAÚJO, 2014, p. 33).

Quando nos reportamos às novas mídias contemporâneas, pensamos que a mesma emerge da soma das novas tecnologias digitais de comunicação, diferenciando-se dos principais meios existentes antes da abertura e acessibilidade da internet que eram a TV, radiodifusão e a imprensa.

A convergência explosiva do computador e das telecomunicações foi muito rapidamente criando uma gigantesca rede planetária de troca de informações. Cada vez se produz mais informação, surgem mais empregos cuja tarefa é informar, mais pessoas dependem da informação para viver [...] (VILLARES, 2008, p. 18).

De acordo com pesquisa desenvolvida pela GlobalWebIndex, o brasileiro passa, em média, quase 5 horas por dia utilizando a internet, dentre elas quase duas horas destinam-se ao uso de mídias sociais (DUARTE, 2019). Anteriormente essa conexão acontecia pelo uso de computadores de mesa ou notebooks, grande parte da população realiza, através de dispositivos móveis para navegar na internet, principalmente na visualização e publicação em mídias sociais como Facebook, Instagram, Twitter e plataformas de *streaming*. Além do mais, há uma praticidade agregada a utilização desses dispositivos móveis em detrimento do notebook, posto que aparelhos como celular, estão a todo tempo mais próximos de nós, proporcionando conexão através da internet de dados ou redes *wifi* nos mais diversos cenários.

Esse processo de disseminação e divulgação através dos recursos que possuímos nos dias atuais como a internet, nos faz inclusive perceber mudanças econômicas que afetam

inclusive o meio ambiente e o bem-estar social. Um desses pontos é a mudança que os periódicos científicos sofreram deixando de ser impressos e passando a ser totalmente virtual, facilitando inclusive o acesso a toda a população, que apenas com o acesso à internet pode visualizar todo o conteúdo da produção científica constante naquele periódico.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são compreendidos por conjuntos de técnicas e de métodos sistematizados pelo pesquisador que o auxiliará na busca pelas respostas aos objetivos propostos no delineamento da pesquisa. Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram trilhados para o alcance do objetivo proposto que foi analisar a produção científica sobre saúde LGBTQIA+ em periódicos da Ciência da Informação no Brasil e nos anais do ENANCIB no lapso temporal de 2010 a 2020. Os procedimentos metodológicos têm como intuito sistematizar e organizar o desenvolvimento da pesquisa. Nesta seção inicialmente apresentamos qual o tipo de pesquisa foi adotado, em seguida será discutido qual foi o universo e a amostra que foram utilizados, bem como a forma como os dados foram coletados e sistematizados.

5.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é considerada como descritiva, qualitativa e de cunho exploratório, como técnica de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. No nível aplicada, pois objetiva a utilização de toda informação disponibilizada para construir métodos e reflexões ante a sociedade; descritiva, pois a análise não contará com a interferência dos investigadores, pois buscaremos coletar, registrar e analisar os dados com base nos objetivos propostos para concretude dessa pesquisa; qualitativa, visto que demonstra a imprevisibilidade dos fenômenos, bem como a mutabilidade, a fluência e a instabilidade destes. (CHIZZOTTI, 2006).

Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva. Vergara (2000, p.47), na pesquisa descritiva há uma exposição das características dos mais variados fenômenos. "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

Quanto à abordagem, a pesquisa é predominantemente qualitativa de cunho exploratório. Segundo Minayo (2009, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade

social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

A pesquisa qualitativa torna-se importante, pois demonstra a imprevisibilidade dos fenômenos, bem como a mutabilidade, a fluência e a instabilidade destes. Ocasiona, com isso, um vetor importante para propor pesquisa na área das ciências sociais, humanas e da informação, visto que a estrutura e a ordem dos vínculos sociais se alteram conforme os fenômenos sociais vão ocorrendo (CHIZZOTTI, 2006).

Os pesquisadores que adotaram essa orientação se subtraíram à verificação das regularidades para se dedicarem a análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto em que estas se dão (CHIZZOTTI, 2006, p. 78).

No contexto específico deste estudo, a pesquisa qualitativa vem a fornecer os subsídios necessários para que possam ser feitas as interpretações acerca da produção científica na Ciência da Informação com base na política de saúde LGBTQIA+. Também teve uma compreensão exploratória, pois, segundo Selltiz et al. (1965), enquadram-se como estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Possibilitando aumentar o conhecimento e a familiaridade entre o pesquisador e o fato, o que ocasiona formulações mais precisas dos problemas, e criar hipóteses.

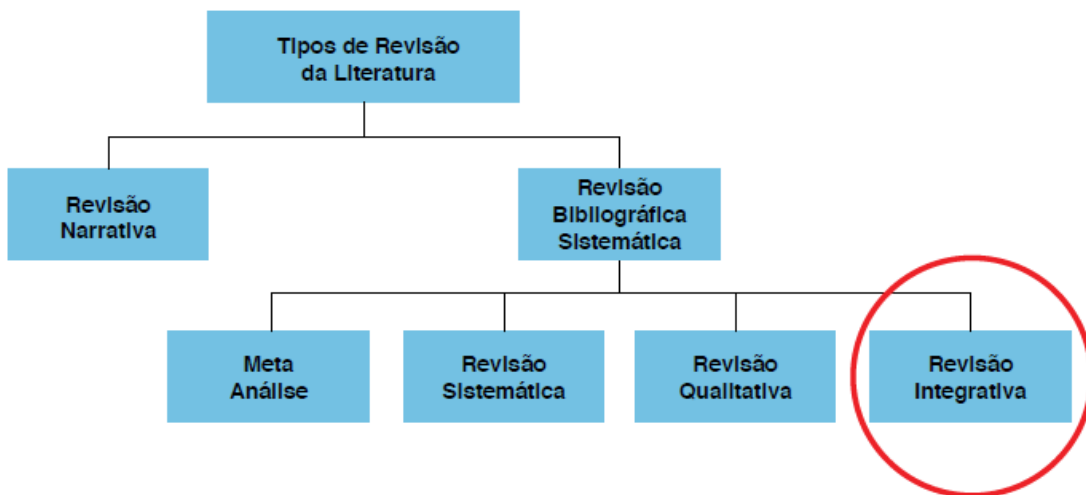
Quanto a coleta dos dados utilizamos como fonte de pesquisa os artigos publicados nos periódicos em Ciência da Informação, configurando-se uma busca em fontes secundárias de informação. As contribuições culturais ou científicas que foram realizadas em um passado sobre um determinado conteúdo, problema, tema que possa novamente ser estudado configuram-se o escopo das produções pesquisadas.

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Quanto as análises dos dados têm-se como norte a pesquisa bibliográfica integrativa (figura 2), que tem como finalidade a sintetização dos resultados coletados sobre o tema em questão da pesquisa, obedecendo como o próprio nome diz a sistematização ordenada e abrangente. Ao fornecer informações amplas sobre o problema proposto constrói-se novos conhecimentos, possibilitando que o pesquisador possa utilizar este conhecimento para diversas finalidades, ou seja, revisão de teorias, definição de conceitos e análises metodológicas. (Crossetti, 2012, p. 36).

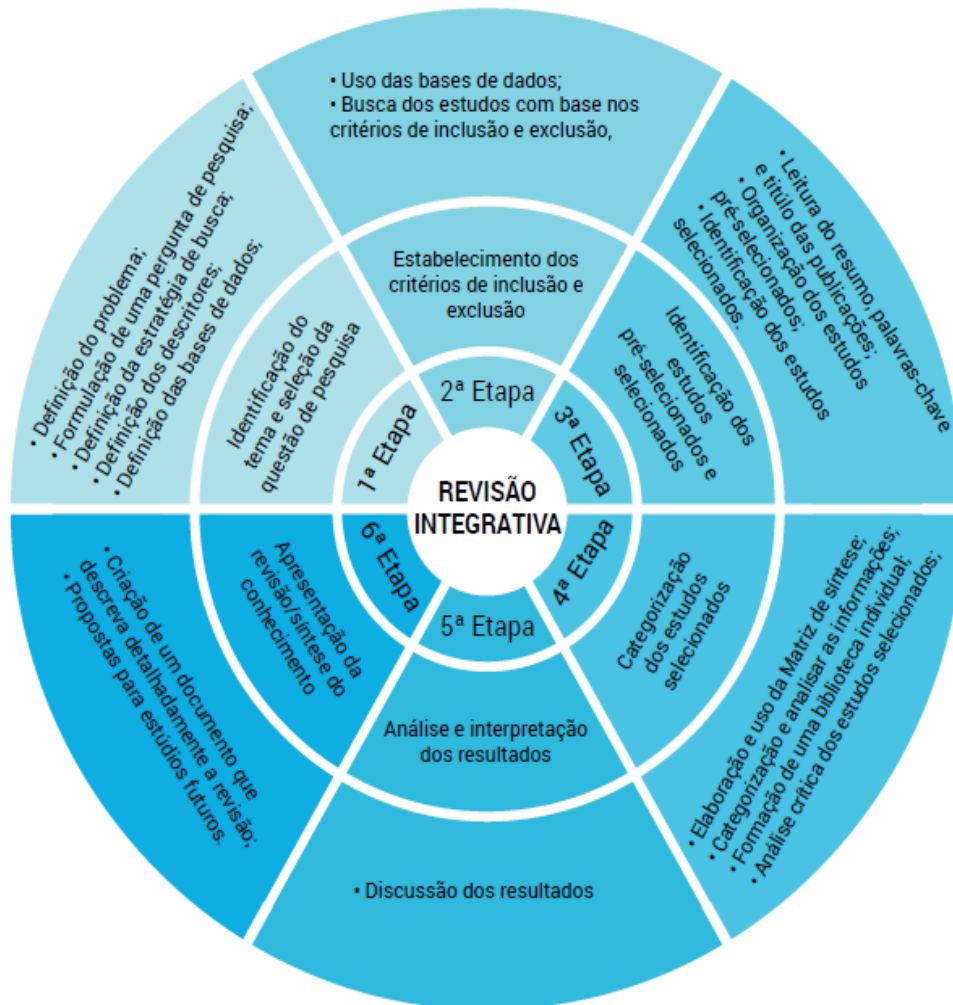
FIGURA 2 – Tipos de Revisão da Literatura



FONTE: WHITEMORE; KNAFL,2005. Adaptado por BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011.

Para a construção da revisão integrativa foi preciso percorrer seis etapas distintas (FIGURA 3), sendo elas a identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento. (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008, p. 32)

FIGURA 3 – Etapas da Análise Integrativa



FONTE: BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p.129

5.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Foi realizado mapeamento dos periódicos nacionais em Ciência da Informação em versão eletrônica no recorte temporal de 2010 a 2020, que estejam no estrato Qualis A1, A2, B1 e B2 do quadriênio (2013/2016) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, considerados como periódicos de excelência internacional e nacional, bem como os anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB no lapso temporal 2010-2020, organizado anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB.

O lapso temporal 2010-2020 é utilizado, pois como a base deste trabalho é a Política Integral de Saúde LGBTQIA+ aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2009, mas publicada por portaria Ministerial em novembro de 2010. Quanto a coleta de informação no ENANCIB utilizamos todos os Grupos de Trabalho e em especial o Grupo de Trabalho 11 – Informação e Saúde que foi criado no ano de 2011, pois até então todas as publicações dentro dentre universo de conversação entre a informação e a saúde eram diluídas em outros grupos de trabalho.

5.3 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Para a coleta de dados, foram selecionados os artigos dos periódicos em Ciência da Informação e do ENANCIB que abordem o tema LGBTQIA+ no marco temporal anteriormente delimitado. Para a busca dessas produções foram utilizadas as seguintes palavras-chave: **diversidade sexual, orientação sexual; orientação de gênero, opção sexual, LGBT, LGBTQIA+, GLS, gay, lésbica, travesti, transsexuais e saúde LGBT.**

Para a sistematização dos dados, foi realizada uma tabulação de todos os periódicos ligados a Ciência da Informação dentro do estrato delineado como norte, que publiquem em domínios da internet e que tenham foco na publicação de trabalhos no campo da informação em saúde.

Quanto as produções científicas do ENANCIB, listar-se-á os títulos das publicações dos anais, localizando-os através das palavras-chave que atendam ao perfil da pesquisa. Neste sentido foram verificados os GTs que mais publicaram sobre a temática e um olhar especial para as publicações realizadas no GT-11, por se tratar do Grupo de Trabalho que apresenta trabalhos no campo da Saúde.

Após a realização do levantamento dos periódicos qualificados no estrato superior da CAPES (ANEXO 1, 2, 3 e 4), identificou uma excessiva quantidade de periódicos o que nos impossibilitaria de realizar a busca dentro do marco temporal estabelecido pela grande quantidade de publicações. Assim a coleta de dados foi redirecionada no tocante as publicações em periódicos para BRAPCI – Bases de Dados Referencias de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, visto que as publicações que lá foram identificados já estavam contemplados no estrato qualificado. A segunda busca foram as produções apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação do ano de 2010 a

2020 utilizando-se para coleta dessas informações BENANCIB – Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

Por fim foi realizada um filtro em todas as publicações localizadas mediante as palavras-chave utilizadas, atendo-se neste momento apenas aquelas que abordem a saúde da população LGBTQIA+.

5.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como técnica para a análise dos resultados, utilizamos a revisão bibliográfica integrativa com base nas legislações vigentes sobre a saúde LGBT e também a seleção dos artigos, conforme já delimitado anteriormente, assim o uso de tabelas, quadros e gráficos servirão para apresentar a evolução ou não das publicações científicas e assim facilitar as discussões dos resultados encontrados.

6 COLETA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão serão apresentados os resultados, por meio da coleta de informações referente a produção científica nos periódicos de Ciência da Informação estratificados no Qualis CAPES, 2013-2016, obtidos, inicialmente, através da plataforma Sucupira e dos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação disponibilizados no site da ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Posteriormente, esses foram tabulados e realizada a devida análise, mediante os objetivos propostos por este trabalho, sobre as produções e sua possível correlação com a Política de Saúde Integral LGBTQIA+, no que for tangível a seara da área. Aponta-se que os dados foram buscados entre os anos 2010-2020, entretanto, as produções encontradas estiveram dentre os anos de 2013-2016.

6.1 PRODUÇÃO CIENTÍFICA LGBTQIA+ NO ESTRATO QUALIS SUPERIOR 2013-2016

Aberta nos meios digitais em 2014 a Plataforma Sucupira é uma base de dados sobre as avaliações aos programas de pós-graduação stricto sensu autorizados a funcionar nas instituições brasileiras. A Plataforma recebeu esse nome para homenagear o autor do parecer nº 977 de 1965 o professor Newton Sucupira que através desse documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação no Brasil, inclusive permanecendo nos moldes que é até os dias de hoje (CAPES, 2014).

Em 1977 os programas de pós-graduação no país passaram através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), a ser acompanhados pelo Conselho Técnico Científico de Educação Superior (CTC-ES) que expressa as avaliações dos programas internamente e através de conceitos que iam de A (muito bom) à E (insuficiente). (FERREIRA; MOREIRA, 2001; CAPES, 2011). Em 1998 viu-se a necessidade de modificar a forma como eram avaliados os programas, incluindo-se aí a produção científica, classificando os veículos de divulgação e produção científica.

A classificação inicial dividia os periódicos em três grupos com três estratos em cada grupo. Os grupos separavam os periódicos segundo a circulação – internacional, nacional ou local –, e, em cada grupo, as revistas científicas eram classificadas nos estratos A, B e C, conforme seu impacto ou relevância para um determinado campo científico, perdurando esse

sistema por 10 anos, até que em 1997, houve uma modificação. (FERREIRA; MOREIRA, 2001; CAPES, 2011). Após praticamente um ano de intensas discussões, o CTC-ES aprovou a nova classificação contendo sete estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5. Há ainda um estrato C, destinado a publicações que não constituem periódicos científicos ou não atendem aos critérios mínimos estabelecidos em cada área para ser classificado.

Como uma das suas primordiais funções, a CAPES tem além de avaliar os cursos, ela deve acompanhar, inspirar e fomentar os programas de pós-graduação, no que toca a produção científica, ampliar as pesquisas e os programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país (CAPES, 2014).

No quadro 2 podemos verificar um total de 546 periódicos estratificados no Qualis superior (A1; A2; B1; B2) quadriênio 2013-2016. Esse alto número de periódicos nos impossibilita fazer a coleta das informações em todos eles no lapso temporal 2010 – 2020. A relação nominal de periódicos é apresentada nos Anexos 01, 02, 03 e 04.

QUADRO 2 – Quantitativo de Periódicos por Estrato Superior CAPES 2013-2016

Estratos	Quantidade de Periódicos	Quantidade de Periódicos Selecionados para Pesquisa
A1	55	5
A2	115	5
B1	201	5
B2	175	5
TOTAL	546	20

Fonte: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>

Buscando delimitar a coleta de informações, e na impossibilidade de analisarmos todos os 546 periódicos, inicialmente foi mapeado quais os periódicos que publicam no campo de conhecimento informação e saúde dentro do estrato delineado, visto a temática desta pesquisa envolver políticas públicas de saúde. Logo após esse mapeamento, buscou-se constatar se os periódicos que possuíam domínios eletrônicos e que as publicações fossem realizadas nesses domínios a partir do ano de 2010, restando 20 periódicos que poderiam ser utilizados para a coleta das nossas informações.

Após essa segunda etapa verificamos o ano de início das publicações, atentando que o lapso temporal já delineado por este trabalho era o ano de 2010-2020. Passou-se a utilizar as palavras chaves elencadas nos procedimentos metodológicos realizando uma busca sobre

publicações que poderiam ter incidência sobre o tema delineado, analisando em seguida o quantitativo das publicações por periódicos e fazendo a análise do resumo de cada publicação encontrado com link ao temo proposto.

QUADRO 3 – Coleta de Artigos com base nas palavras-chaves no BRAPCI

Palavra-Chave	Quantidade de Documentos Localizados	Documentos Estrato Superior CAPES 2013-2016	Documentos dentro da temática
Diversidade Sexual	18	08	02
Orientação Sexual	10	02	01
Orientação de Gênero	08	03	00
LGBT	50	27	02
LGBTQIA+	03	03	00
GLS	0	0	00
Gay	18	09	01
Lésbica	04	04	00
Travesti	04	04	00
Transsexual	03	01	01
Saúde LGBT	09	06	04
TOTAL	127	67	11

Fonte: <https://brapci.inf.br/index.php/res/>

Durante o levantamento de dados na BRAPCI utilizando-se das palavras-chaves delimitadas no percurso metodológico para localização das produções nos periódicos encontramos um total de 127 (cento e vinte e sete) publicações conforme apresentadas no Quadro 3. Após uma segunda verificação para identificar em quais periódicos as publicações foram realizadas, descartamos 60 (sessenta) delas por não atenderem um dos requisitos que era o periódico está contemplado no estrato superior CAPES, restando apenas 67 (sessenta e sete) publicações. Uma terceira análise foi realizada desta vez nos resumos das publicações, verificando junto ao título, objetivos propostos e resultados encontrados se a publicação atendia ao objetivo dessa pesquisa, assim chegamos ao total de 11 (onze) publicações contempladas na saúde integral LGBTQIA+. Por fim, alguns artigos quando na realização da busca através das palavras-chaves apareciam mais de uma vez na pesquisa, retirando a duplicidade em que os artigos apareciam dentro deste universo de 11 (onze) publicações,

chegamos ao número final de 05 (cinco) artigos publicados em periódicos da Ciência da Informação que atendem aos requisitos dispostos no percurso metodológicos e que utilizamos para a discussão dos resultados.

QUADRO 4 – Artigos Utilizados para Análise da pesquisa

TÍTULO DO ARTIGO	PERÍODICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Avaliação de sites de saúde em questão: a Aids nos sites brasileiros de Organizações Não Governamentais (ONG) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	RECIIS Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	2013
Coletivo Bee, luta LGBTTT e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário	RECIIS Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	2019
Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde	RECIIS Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	2019
“(In)visibilidades da saúde da população LGBT no Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil	RECIIS Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	2019
Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil	RECIIS Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	2020

Fonte: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/index>

Percebe-se que os 05 (cinco) artigos foram todos publicados em um único periódico, que foi a RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em saúde. A referida revista é editada desde 2007 pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Está classificado no estrato superior da CAPES como B1 no aspecto Comunicação e Informação, Direito e Ensino.

No primeiro artigo os pesquisadores Pereira Neto, Santos, Cruz e Torres (2013) realizaram uma pesquisa intitulada “Avaliação de sites de saúde em questão: a Aids nos sites brasileiros de Organizações Não Governamentais (ONG) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)”, tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica de avaliação da qualidade da informação disponível em sites de saúde das Organizações Não

Governamentais (ONGs). Concluíram que nenhum dos sites de Organizações Não Governamentais de LGBT analisados apresenta informações sobre HIV/AIDS que atendam minimamente aos critérios, indicadores e pesos (conteúdo, usabilidade e legibilidade). Avaliando eu a qualidade da informação na Internet é imprescindível

No segundo artigo, os autores Santos Júnior, Silva, Lima e Bezerra (2019) realizaram um estudo descritivo sobre o Coletivo Bee, luta LGBT e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário, o trabalho tinha como objetivo discutir as ações desenvolvidas pelo coletivo no âmbito da universidade com o intuito de discutir aspectos relacionados ao preconceito de gênero e de orientação sexual e a emancipação das minorias LGBTs. Os autores concluíram que o Coletivo Bee propôs o desenvolvimento de atividades com o intuito de implementar o movimento LGBT no âmbito da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas com o objetivo de discutir aspectos relacionados ao preconceito de gênero e de orientação sexual e a emancipação das minorias LGBTs. A principal contribuição do coletivo estava em assegurar o direito ao acesso integral aos serviços da rede pública de saúde e o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

No terceiro artigo os autores Ferreira, Pereira, Rocha, Nascimento e Albuquerque (2019) realizaram uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada intitulada “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde”. O objetivo foi analisar os sentidos atribuídos por agentes comunitários de saúde sobre o cuidado em saúde para as populações LGBT. Concluíram que a maior parte das dificuldades de acesso da população LGBT nas unidades de saúde, que deveria oferecer o cuidado equânime e integral, ocorreria devido a problemas na atenção e gestão das unidades de saúde.

No quarto artigo de autoria de Mandarin, Borges, Queirós e Gomberg (2019), os autores realizaram um estudo em editais de projetos de pesquisas contemplados pelo PPSUS – Programa de Pesquisas para o Sistema Único de Saúde, intitulado “(In)visibilidades da saúde da população LGBT no Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), Brasil”. O objetivo da pesquisa era fazer uma relação da LAI – Lei de Acesso a Informação com a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde e o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS). Os autores concluíram uma desorganização na publicação dos editais dos projetos de pesquisa relacionados à saúde LGBT o que ocasiona uma ineficiência na operacionalização e na funcionalidade das formulações de políticas no campo da saúde para a população LGBT.

No quinta artigo, os autores Guimarães, Sotero, Cola, Antonio e Galavote (2020) realizaram um estudo descritivo, exploratório e de natureza qualitativa sobre a Avaliação da

implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. Propuseram como objetivo avaliar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral à População LGBT (PNAIPLGBT) na atenção básica de saúde e compreender o conhecimento de enfermeiros da Estratégia Saúde da Família acerca da diversidade sexual e da homofobia. Concluíram que o grupo participe da pesquisa relatava ausência e limitação em conhecimentos pertinentes a PNAIPLGBT, o que corrobora para o despreparo dos profissionais de saúde em acolher o público em LGBTQIA+, resultando a restrição do acesso da população LGBT aos serviços de saúde, afetando a usabilidade da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBT.

Nota-se que ainda existem poucas produções que levam a uma reflexão sobre a temática da saúde da população LGBTQIA+ com base nas políticas públicas de saúde, o que dificulta também a recepção, análise e aceite dessas produções pelos periódicos, disseminando assim essas informações para a população, e colocando o periódico RECIIS como referência no aceite as produções dentro da temática.

6.2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SAÚDE LGBTQIA+ NO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, é realizado anualmente desde 1994, pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação que estão associado à ANCIB é responsável a cada ano pela realização do evento, oferecendo desde o local sede do evento até a logística de suporte para a realização dos grupos de trabalho, palestras de abertura e encerramento. O Encontro é considerado no Brasil o maior evento em Ciência da Informação, pesquisadores da pós-graduação (mestrandos e doutorandos) que são pesquisadores dos mais diversos Programas de Pós-graduação de todo o país e pesquisadores internacionais, em produções de coautoria com mestres e doutores, apresentam suas pesquisas em andamento ou concluídas na área da Ciência da Informação.

O encontro tem o objetivo de propiciar o intercâmbio científico entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais da área da Ciência da Informação, consolidando pesquisas científicas na área. E como finalidade visa discutir e refletir os temas, perspectivas e tendências da pesquisa, estimulando e promovendo o avanço do conhecimento da Ciência da

Informação, por meio de amplo diálogo entre os pesquisadores que nela atuam. ANCIB (2019),

O Encontro está estruturado com fóruns (Coordenadores dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, Coordenadores de Grupos de Trabalho, e Editores Científicos), premiações (teses, dissertações e comunicações) feiras de livros com lançamentos de edições construídas pelos editores, além de eventos paralelos. Atualmente, 11 (onze) Grupos de Trabalho compõem a estrutura de organização e realização do ENANCIB. Cada grupo é coordenado por um(a) coordenador(a) e um(a) coordenador(a) adjunto(a), eleitos para uma gestão de dois anos, conforme tabela 8.

QUADRO 5 – Grupos de trabalho da ANCIB

Grupo de Trabalho	Coordenador(a)	Coordenador Adjunto(a)
GT-1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	Edivanio Duarte de Souza (UFAL)	Marivalde Moacir Francelin (USP)
GT-2 - Organização e Representação do Conhecimento	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)	Deise Maria Antônio Sabbaz (USP)
GT-3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)	Gisele Rocha Cortez (UFPB)
GT-4 - Gestão da Informação e do Conhecimento	Nadi Helena Presser (UFPE) Pró-tempore	Marli Dias de Souza Pinto (UFSC)
GT-5 – Política e Economia da Informação	Rodrigo Moreno Marques (FUMEC)	Arthur Coelho Bezerra (IBICT)
GT-6 - Informação, Educação e Trabalho	Valdir José Morigi (UFRGS)	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto (UFPB)
GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	Fábio Castro Gouveia (FIOCRUZ)	Maria Claudia Cabrini Grácio (UNESP)
GT-8 – Informação e Tecnologia	José Eduardo Santarém Segundo (USP/RP)	Ana Carolina Simionato (UFSCar)
GT-9 – Museu, Patrimônio	Alegria Célia Benchimol	Marcus Granato (MAST)

e Informação	(MPEG)	
GT-10 – Informação e Memória	Maria Guiomar Frota (UFMG)	Fabrcio Silveira (UFMG)
GT-11 Informação & Saúde	Marcelo Peixoto Bax (UFMG)	Francisca Rosaline Leite Mota (UFAL)

Fonte: ANCIB 2021

Ao longo desses 27 anos de ENANCIB, foram realizadas 20 edições. Não ocorrendo as edições de 1996, 1998, 1999, 2001, 2002, 2004 e a edição de 2020 que comemoraria os 50 anos da Ciência da Informação no Brasil: diversidade, saberes e transformação social que seria realizada no Rio de Janeiro e em virtude da Pandemia do COVID-19 precisou ser adiado para ser realizado em outubro de 2021 neste ano ocorrendo totalmente remotamente. Conforme quadro 06 podemos verificar as edições, onde foram realizadas e o tema central de cada evento.

QUADRO 6 – Edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB

<p>2019 – XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 21 a 25 de outubro de 2019 – UFSC -Florianópolis – Santa Catarina Tema: “A Ciência da Informação na era da Ciência de Dados”</p>
<p>2018 – XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 22 a 26 de outubro de 2018 – UEL – Londrina-PR Tema: “Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação”</p>
<p>2017 – XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 23 a 27 de outubro de 2017 – Unesp – Marília-SP Tema: “Informação, sociedade, complexidade”</p>
<p>2016 – XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 20 a 25 de novembro de 2016 – UFBA – Salvador/BA Tema: “Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade (MIT)”</p>
<p>2015 – XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 26 a 30 de outubro de 2015 – UFPB – João Pessoa/PB Tema: “Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes”</p>
<p>2014 – XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 27 a 31 de outubro de 2014 – UFMG – Belo Horizonte – MG Tema: “Além das ‘nuvens’: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação”</p>
<p>2013 – XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 29 de outubro a 1 de novembro de 2013 – UFSC – Florianópolis/SC Tema: “Informação e interação: ampliando perspectivas para o desenvolvimento humano”</p>
<p>2012 – XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação</p>

<p>28 a 31 de outubro de 2012 – Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ Tema: “A sociedade em rede para a inovação e o desenvolvimento humano”</p>
<p>2011 – XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 23 a 26 de outubro de 2011 – UnB – Brasília/DF Tema: “Políticas de Informação para a Sociedade”</p>
<p>2010 – XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 25 a 28 de outubro de 2010 – IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO – Rio de Janeiro/RJ Tema: “Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação”</p>
<p>2009 – X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 25 a 28 de outubro de 2009 – UFPB – João Pessoa/PB Tema: “A responsabilidade social da Ciência da Informação”</p>
<p>2008 – IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 de setembro a 1 de outubro de 2008 – USP – São Paulo/SP Tema: “Diversidade cultural e políticas de informação”</p>
<p>2007 – VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 a 31 de outubro de 2007 – UFBA – Salvador/BA Tema: “Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação”</p>
<p>2006 – VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 19 a 22 de novembro de 2006 – Unesp – Marília/SP Tema: “A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”</p>
<p>2005 – VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 28 a 30 de novembro de 2005 – UFSC – Florianópolis/SC Tema: “A política científica e os desafios da sociedade da informação”</p>
<p>2003 – V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 10 a 14 de novembro de 2003 – UFMG – Belo Horizonte/MG Tema: “Informação, conhecimento e transdisciplinaridade”</p>
<p>2000 – IV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 6 a 10 de novembro de 2000 – UnB – Brasília/DF Tema: “Conhecimento para o Século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação”</p>
<p>1997 – III Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 10 a 12 de setembro de 1997 – IBICT/UFRJ – Rio de Janeiro/RJ</p>
<p>1995 – II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 22 a 24 de novembro de 1995 – PUC-Campinas – Valinhos/SP</p>
<p>1994 – I Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 8 a 10 de abril de 1994 – UFMG – Belo Horizonte/MG</p>

Fonte: <https://ancib.org/edicoes-anteriores/>

Entre os anos de 2011 a 2019, não considerando o ano de 2020 pela não realização do encontro em virtude da pandemia do COVID-19. Foram realizadas nove edições ENANCIB em oito diferentes instituições, sendo uma no Centro-Oeste (UnB), duas no Nordeste (UFBA e UFPB), duas no Sul (UEL e UFSC) e três no Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) conforme quadro 5. Destaca-se que, nesse período, foram realizadas duas edições no Estado de Santa Catarina.

O BENANCIB é um repositório que disponibiliza todos os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) desde sua primeira edição em 1994. O repositório é desenvolvido através de um projeto de pesquisa intitulado “Questão em Rede” criado pelo grupo de pesquisa “Informação, Discurso e Memória” da Universidade Federal Fluminense, tendo como parceira a ANCIB.

QUADRO 7 – Busca no Repositório BNANCIB

Palavra Chave	Quantidade de Documentos Localizados	Quantidade de Documentos dentro da temática
Diversidade Sexual	980	0
Orientação Sexual	920	0
Orientação de Gênero	830	0
LGBT	6	0
LGBTQIA+	03	0
GLS	00	0
Gay	5	0
Lésbica	02	0
Travesti	21	2
Transsexual	01	0
Saúde LGBT	180	1
TORAL	2948	3

FONTE: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2>

Após análise foram localizadas 2948 produções apresentadas entre os anos de 2010 e 2019. Diante da excessiva quantidade de produções, que impossibilitaria o levantamento individual de cada um, após uma análise por saturação, identificamos que a maioria das produções apareciam nas três primeiras palavras chaves, e que em ambas apenas por conter a palavra “saúde” com produções de outras temáticas apareciam na relação das produções pesquisadas.

Diante disto após a verificação nas 100 primeiras produções referentes as primeiras palavras chaves identificou-se que em nenhuma delas tratava do que se propõe como objetivo desse trabalho, encerrando-se a verifica-se nas demais pelo critério de saturação. Contudo ao

verificar os trabalhos encontrados com a temática gay, travestis, transsexuais e saúde LGBT, identificou-se 3 trabalhos específicos que abordavam o que se propõe com a pesquisa.

Ao analisar mais a fundo todas as produções foram identificadas como sendo apresentadas no GT -11 do ENANCIB. Realizando um levantamento no GT-11 compreendendo todo o período de história e cobertura do GT, uma vez que ele foi implantado em 2011. Nessas edições foram apresentadas no GT-11 - Informação & Saúde um total de 153 (cento e cinquenta e três) comunicações, incluindo trabalhos completos e resumos expandidos

QUADRO 8 – Comunicações realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)

Ano	Edição	Local / Instituição	<i>f(x)</i> GT – 11	<i>f(x)</i> LGBT
2011	XII	Brasília - DF / UnB	13	0
2012	XIII	Rio de Janeiro - RJ / Fiocruz	23	0
2013	XIV	Florianópolis - SC / UFSC	20	0
2014	XV	Belo Horizonte - MG / UFMG	15	0
2015	XVI	João Pessoa - PB / UFPB	20	1
2016	XVII	Salvador – BA / UFBA	11	0
2017	XVIII	Marília – SP / UNESP	16	1
2018	XIX	Londrina – PR / UEL	12	0
2019	XX	Florianópolis - SC / UFSC	23	1
Total			153	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Do total de comunicações, realizadas nas nove edições estudadas, apenas três trabalhos abordam expressamente a temática LGBT foram discutidos no GT 11. Isso representa cerca de 2% do total da produção. Observa-se que a temática foi abordada pela primeira vez na décima sexta edição do ENANCIB, realizado na cidade de João Pessoa, no ano de 2015. A partir daí, foram apresentados dois trabalhos em anos alternados, o segundo na décima oitava edição, na cidade de Marília, e o terceiro na vigésima edição, realizada em Florianópolis, no ano de 2019, como pode ainda ser observado no Quadro 5.

Focando as análises nas três comunicações que tratam, especificamente, da temática LGBT, alguns achados podem ser destacados. Primeiro, esses trabalhos foram elaborados em colaboração, sendo os dois primeiros entre três autores, e o segundo, entre dois, conforme o Quadro 6.

QUADRO 9 – Comunicações sobre LGBT realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)

Ano	Autoria	Instituição	Título	Modalidade
2015	NASCIMENTO, F. A.	UFPE	Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)	Trabalho completo
	LEITE JÚNIOR, F. F.	UNIFOR		
	PINHO, F. A.	UFPE		
2017	RODRIGUES, E. G.	FIOCRUZ	Gênero e produção científica: um panorama sobre pessoas transgêneras	Resumo Expandido
	SILVA, C. H.	FIOCRUZ		
	ARAÚJO, I. S.	FIOCRUZ		
2019	GARCIA, J. P. S.	UFAL	Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil	Resumo expandido
	ARAÚJO, N. C.	UFAL		

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ainda no Quadro 8, observa-se que as comunicações que tratam especificamente sobre a temática LGBT centram basicamente em três instituições, FIOCRUZ, UFAL e UFPE, ou seja, em duas regiões do país, Nordeste e Sudeste.

Na primeira comunicação, os autores Nascimento, Leite Junior e Pinho (2015) realizaram um estudo documental nas cinco edições do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* com o objetivo de apresentar como ao longo dos anos (1952-2013), objetivando abordar questões informacionais sobre gênero e sexualidade a partir de tipologias e classificações da análise terminológica das temáticas que estão presentes nesta publicação. Concluem que há nas edições da referida fonte uma ideia de patologização em torno das discussões sobre gênero e sexualidade, classificando e normatizando as práticas, os prazeres e os desejos sexuais a partir de uma perspectiva médico-científica.

Na segunda comunicação, as autoras Rodrigues, Silva e Araújo (2017) objetivaram apresentar um quadro da produção científica mundial sobre pessoas transgêneras, através de uma pesquisa bibliográfica realizada no marco temporal 2015-2016 realizada na *Web Of Science (WOS)*. Os achados da pesquisa demonstram que os países de língua inglesa produzem mais conhecimento acerca da temática estudada, contudo, os países periféricos têm contribuído também com a discussão de temas determinantes para a saúde desse grupo de pessoas. A comunicação científica centra basicamente na produção de artigos nas áreas de Psiquiatria, Psicologia, Psicanálise e Biomédicas (urologia, doenças infecciosas, clínica geral, endocrinologia e cirurgia), que, em grande medida, retratam a forma como as pessoas transgêneras são consideradas e tratadas no meio social.

Na terceira e última comunicação, os autores Garcia e Araujo (2019) buscaram, a partir de levantamentos bibliográfico e documental, analisar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil como fonte produtora de informação. O levantamento bibliográfico foi realizado no GT-11 Informação & Saúde do ENANCIB, identificando apenas os dois primeiros trabalhos, presentes no Quadro 4, que tratam da temática. A partir do levantamento documental, construíram um quadro referencial sobre o percurso histórico na construção e implantação da Política de Saúde LGBT no Brasil. No final do trabalho, consideram que a discussão na área da Ciência da Informação sobre o assunto ainda é incipiente, conforme foi constatado por Viana e Oliveira (2017).

Considerando pequena quantidade de trabalhos apresentados no GT-11 Informação & Saúde do ENANCIB, que é o maior evento em Ciência da Informação do Brasil, constata-se que há muito que se discutir sobre o tema informação, saúde, gênero e sexualidade, principalmente, quando se considera a importância de políticas, programas e ações direcionadas à inclusão social e à superação de preconceitos historicamente sedimentados nesse domínio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população LGBTQIA+ vem resistindo ao longo do tempo pelo acesso aos direitos que todo cidadão brasileiro tem de acordo com o descrito na Constituição Federal de 1988. Contra o descaso do Estado e contra os discursos de uma sociedade tradicionalista em que família é aquela apenas constituída por um homem que figura como pai, uma mulher que figura como mãe e sua prole que seriam os seus filhos, bem como o discurso de que a homossexualidade é uma doença e que para tal existe cura.

Essa luta busca a garantia de direitos existentes como os direitos civis, sociais, à educação de qualidade e sem preconceito bem como uma saúde que também atenda a esses requisitos. Para tal uma grande conquista depois de tantos movimentos foi a Política Integral de Saúde de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais em 2011. Pensando assim, a Ciência da Informação enquanto campo do saber interdisciplinar deve debruçar em pesquisas e estudos que possam incluir essa temática como foco pensando os regimes, fluxos, fontes e políticas de informação, cumprindo assim o seu papel social enquanto ciência

Os dados produzidos, neste trabalho, possibilitaram o alcance do objetivo de analisar a literatura científica da área da Ciência da Informação publicada em periódicos brasileiros A1, A2, B1 e B2, de 2010 a 2020 e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB acerca da saúde LGBTQIA+ e sua relação com a Política Nacional Integral de Saúde voltada a essa população.

A produção dos dados se deu por meio da pesquisa dos artigos científicos, com os seguintes descritores: diversidade sexual, orientação sexual; orientação de gênero, opção sexual, LGBT, LGBTQIA+, GLS, gay, lésbica, travesti, transsexuais e saúde LGBT. Pesquisados, inicialmente, por meio da Plataforma Sucupira, BRAPCI e dos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação disponibilizados no site da ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, os dados estiveram inscritos apenas entre os anos de 2013 e 2016.

Como técnica para a análise dos resultados, utilizamos a revisão bibliográfica integrativa com base nas legislações vigentes sobre a saúde LGBTQIA+ e artigos sobre o tema, que resultou em tabelas, quadros e gráficos. Foi possível a realização do levantamento de um total de 546 (quinhentos e quarenta e seis), no Estrato Qualis Superior, no quadriênio (2013-2016). Buscando delimitar a coleta de informações, e na impossibilidade de analisarmos todos os 546 periódicos, foi introduzido o critério de exclusão: produções no campo de conhecimento informação e saúde dentro do estrato delineado, visto a temática

desta pesquisa envolver políticas públicas de saúde. Por fim, como discutido nos resultados e com acréscimo de critérios que elucidaram o objetivo desta pesquisa, o recorte explanou 5 (cinco) a serem estudados.

Foi possível observar que, no que tange as tratativas da Política Nacional Integral de Saúde a população LGBTQIA+, há pouca produção científica que envolva o tema. A Ciência da Informação enquanto campo de conhecimento capaz de se debruçar sobre os regimes, fontes e fluxo informacional poderia estar produzindo mais, pensando que é através da informação que podemos proporcionar o empoderamento principalmente da comunidade LGBTQIA+, tornando-os conhecedores e aptos a buscarem efetivar os seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros.

Na produção científica do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, foram localizadas 2948 produções apresentadas entre os anos de 2010 e 2019. Diante da excessiva quantidade de produções, que impossibilitaria o levantamento individual de cada um, após uma análise por saturação, identificamos que a maioria das produções apareciam nas três primeiras palavras chaves, e que em ambas apenas por conter a palavra “saúde” com produções de outras temáticas. Observado com mais rigor os trabalhos, do total de comunicações, realizadas nas nove edições estudadas, apenas três trabalhos abordam expressamente a temática LGBT foram discutidos no GT 11. Isso representa cerca de 2% do total da produção.

Analisados os trabalhos, elucidou-se que, produção científica sobre o tema é insipiente, visto ser o maior encontro nacional no Brasil sobre as pesquisas e que envolve mestrands, mestres, doutorandos, doutores e pós-doutores, onde essas pessoas estão estritamente ligadas a academia e que produzem ciência e conhecimento em nosso país. É interessante que a Ciência da Informação se proponha com responsabilidade propor ações que envolvam não são a comunidade LGBTQIA+, mas com todos os grupos que são minoritários e excluídos nesse país, passando a propor e discutir caminhos que possam levar a promoção da inserção desses numa sociedade em rede.

Por fim, faz-se necessário levantar a questão de que novas pesquisas, novos estudos que envolvam a temática LGBTQIA+, principalmente nos programas de Pós-Graduação em nosso país que são os responsáveis pelo desenvolvimento e atualização da ciência, pois conforme levantamento esta produção junta-se a outras poucas produções no âmbito da pós-graduação e incluso da Ciência da Informação que adentra em um tema tão relevante socialmente.

Não só a saúde LGBTQIA+ deve ser vista pela Ciência da Informação com foi o tratado neste estudo mais outros temas de grande importância como o preconceito, a efetividade dos direitos civis de mudar o seu nome no registro civil, seu sexo, de poder casar e constituir família, de poder adotar ou mesmo ter filhos por procedimentos de fertilização, bem como a questão da violência, como visto nesse trabalho o Brasil é o país que mais mata transsexuais no mundo. Assim a Ciência da Informação estaria cumprindo e contribuindo para a disseminação de informações para esses grupos sociais, reforçando sua atuação nesse contexto da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. A. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 98 jul/set 2013.
- ALVES, B. H. Abordagens métricas: análise da produção científica de artigos e rede de colaboração científica dos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na linha de pesquisa organização da informação da UNESP/Marília. **Revista de Iniciação Científica da FFC**. Marília, v. 9, n. 2, p. 104- 115, 2009.
- ARAÚJO, Elza Fernandes; BARBOSA, Cynthia Mendonça; QUEIROGA, Elaine dos Santos and ALVES, Flávia Ferreira. Propriedade Intelectual: proteção e gestão estratégica do conhecimento. *R. Bras. Zootec.* [online]. 2010, vol.39, suppl. [cited 2021-03-31], pp.1-10. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-35982010001300001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1806-9290. <https://doi.org/10.1590/S1516-35982010001300001>. Acesso realizado em 22 de janeiro de 2021.
- ARAÚJO, R. F. de. Ciência 2.0 e a Presença Online de Pesquisadores: visibilidade e impacto. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, p. 32-40, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1608>.
- ARENDT, H. **A promessa da política**. 4.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2012.
- BARRETO, A. de A. Perspectivas da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v.21, n.2, 1997.
- BARROS, M. Altmetrics: métricas alternativas de impacto científico com base em redes sociais. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 19-17, abr./jun./2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Legislação. [Brasília]. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 de outubro de 2017.
- BRASIL. **Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.
- BIANCHINI, A. Aplicação da Lei Maria da Penha a Transexual e a homossexual? Adolescência: uma perspectiva crítica. In: DIAS, Maria Berenice (Coord. e Org.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp, p. 1-12, dez. 2010.
- BUENO, R. P. M.; SOUZA; C. A. N. O Tema da sexualidade na Longa Idade Média: concepções de masculino e feminino. **Revista história e-história**, 2012.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9ª ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.
- CANO, M. A. T.; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; GOMES, Romeu. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, abr. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 jan de 2019.
- CAPES. (2014). O que é a Plataforma Sucupira.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2018. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- Classificação Decimal Universal: edição padrão internacional em língua portuguesa / [tradução do original inglês Francisco Figueiredo Lima de Albuquerque e Maria Thereza Guimarães Ferreira de Albuquerque; revisão Antonio Agenor Briquet de Lemos]. Brasília: IBICT, 1997-1999. 2 v.
- CLASSIFICAÇÃO Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. **CID-10**. v. 15, n.10 ed. rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997.
- CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.482, de 10 set. 1997. **Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02**. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/inc_social_lgbtt/Legislacao_LGBT/olucao_CFM_1955.pdf Acesso em: 22 de outubro de 2019).
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – SÃO PAULO. Manifesto pela Despatologização das Identidades TRANS. Disponível em

TRANS, http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiquedeolho_ver.aspx?id=365. Acesso Realizado em 22 de fevereiro de 2021.

CROSSETTI MGO. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem o rigor científico que lhe é exigido [editorial]. *Rev Gaúcha Enferm.* 2012 jun; 33(2):8-9.

DALL'ALBA, L. Educação sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental: construção da autonomia. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

DIAS, M. B. **União homossexual: o preconceito & a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

DIETER, C. T. As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional. IBDFAM, 2012. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012_04_2012.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DUARTE, F. **Brasil é 'vice' em tempo gasto em redes em ranking dominado por 'emergentes'**. 2019. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/nerdices/2019/09/brasil-e-2o-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2020.

EPSTEIN, I. Comunicação da ciência: rumo a uma teoria da divulgação científica. **Revista Organicom**, ano 9, edição especial, números 16/17, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139126>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FERREIRA, B. O.; PEREIRA, E. O.; ROCHA, M. B.; NASCIMENTO, E. F.; ALBUQUERQUE, A. R. S.; ALMEIRA, M. M. E. S.; PEDROSA, J. I. D. S. “não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações lgbt na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 2019. DOI: [10.29397/reciis.v13i3.1703](https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1703) Acesso em: 09 mai. 2021.

FREIRE, G. H. de A.; FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, Francisco Ribeiro de . "Editora Científicas: uma análise estratégica". In: XII SEMEad - Seminário em Administração, 2009, São Paulo. XII SEMEad - Seminário Administração, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/131.pdf>, acesso realizado em 22 de fevereiro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GEWERH, R. B.; HETKOWSKY, T. M. Sexo e sexualidade no mundo moderno. **Contexto e Educação**. UNIJUÍ. v. 16, n. 64, pp. 81-107, 2001.

GOFFMAN, W. (1970. "Information Science: discipline or Disappearance". Aslib Proceedings Vol. 22 No. 12. Pp 589-596.

GOMES, R. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, abr. 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GUIMARÃES, N. P.; SOTERO, R. L.; COLA, J. P.; ANTONIO, S.; GALAVOTE, H. S. Avaliação da implementação da política nacional de saúde integral à população lgbt em um município da região sudeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020. DOI: [10.29397/reciis.v14i2.1712](https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1712) Acesso em: 09 mai. 2021.

HIGHWATER, J. **Mito e sexualidade**. São Paulo: Saraiva. 1992.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JESUS, J. G. D. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-347, Oct. 1984.

LEITE, Fernando César Lima. Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual. Dissertação de mestrado; 2006. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/33534217.pdf>, acesso realizado em 03/03/2021

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOBATO, M. I.; HENRIQUES, A. A.; GHISOLFI, E. S., KEGEL; S. Transexualismo: Uma revisão. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 50, 379-388.

LÓPEZ CERREZO, J. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L.W. et al. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. Londrina: IAPAR, 2002.

KAHHALE, E. M. S. P.; Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANDARINO, A. C. S.; BORGES, W. C.; QUEIRÓS, J. S.; GOMBERG, E. (in)visibilidades da saúde da população lgbt no programa de pesquisa para o sus (ppsus), brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 2019. DOI: [10.29397/reciis.v13i3.1722](https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1722) Acesso em: 09 mai. 2021.

MARQUES, F. **Curtir e compartilhar: uma nova onda de ferramentas digitais causa impacto no modo de trabalhar dos pesquisadores**. pesquisa FAPESP, n. 195, maio, 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2012/05/11/curtir-e-compartilhar/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MARTINS, G.; PIZARRO, D. C. Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 2, p. 175-188, 2018.

MELLO, C. A. B. de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 1999.

MENDES K. D. S, SILVEIRA R. C. C. P, GALVÃO C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*. 2008 out-dez; 17(4):758-64.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIN. E. **Ciência com consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 344p.

MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. (Orgs) **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 1).

OLIVEIRA, Mariana Ferreira. **A Classificação do LGBT nas Edições da CDD: uma análise**. 73f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2017.

OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. de L. J.; KOLLER, S. H. (Coord. e Org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002

PAIM J. **Atenção à saúde no Brasil**. In: Paim J. **Desafios para a Saúde Coletiva no século XXI**. Salvador: Edufba; 2006. p. 11-47.

PEREIRA NETO, A. F.; SANTOS, E. M. D.; CRUZ, M. M.; TORRES, R. M. C. **Avaliação de sites de saúde em questão: a aids nos sites brasileiros de organizações não governamentais (ong) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (lgbt)**. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 7, n. 1, 2013. DOI: [10.3395/reciis.v7i1.451](https://doi.org/10.3395/reciis.v7i1.451) Acesso em: 09 mai. 2021

POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. In: POMBO, O. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993.

PONTES, A. P. M. de; OLIVEIRA, D. C. de; GOMES, A. M. T. Os princípios do Sistema Único de Saúde estudados a partir da análise de similitude. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n1/pt_0104-1169-rlae-22-01-00059.pdf Acesso em: 10 de jun. de 2020.

REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018.

RODRIGUES, A; ASSMAR, E. M. L; JAMBLONSKY, B. Atitudes: Conceito, Formação e Mudança. In *Psicologia Social*. 23ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 97-146.

SANTOS JÚNIOR, C. J. D.; SILVA, J. V. D. S.; LIMA, E. E. H. T.; BEZERRA, W. C. Coletivo bee, luta lgbt e saúde integral: diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 3, 2019. DOI: [10.29397/reciis.v13i3.1720](https://doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1720) Acesso em: 09 mai. 2021.

SARACEVIC, T. **Interdisciplinarity nature of Information Science**. Ciência da Informação: Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SARACEVIC, T. Information Science. In: BATES, M.; MAACK, M. N. (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Taylor & Francis, 2009.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988**. 7 ed. rev. atual. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SICILIANO, M.; SOUZA, C. M. S.; METH, C. M. E. S. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação? **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, abr/jun 1998.

SILVA, M. das G. **O Gênero e a Sexualidade dos Sexos**. 2009. Disponível em: <http://www.seminariogeneroufpb.org/1/GT05/13.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2017.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, Campinas, v. 31, e190001, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100302&lng=en&nrm=iso>. access on 07 July 2020. Epub Sep 23, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>.

SUTTER, M. J. **Determinação e mudança de sexo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TABOSA, Hamilton Rodrigues ; CARDOSO, Cyntia Chaves de Carvalho Gomes ; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 112-130, 2015. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2020.

VIANA, A. F.; OLIVEIRA, D. A. **A Produção Científica acerca da temática LGBT: Um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG**. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/182/1087>. Acesso em: 25 Ago. 2019

VIEIRA, T. R. **Adequação de sexo do transexual**: Aspectos Psicológicos, médicos e jurídicos. Psicologia Teoria e Prática: Paraná, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VILLARES. F. **Novas mídias digitais**: Impactos econômicos, sociais e políticos. Rio de Janeiro: Epapers, 2008. p. 7.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

ANEXO 01 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação A1.

ISSN	Título	Estrato
0795-4778	AFRICAN JOURNAL OF LIBRARY, ARCHIVES AND INFORMATION SCIENCE	A1
1562-4730	BIBLIOS (LIMA)	A1
0007-1234	BRITISH JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE (PRINT)	A1
1134-3478	COMUNICAR (HUELVA)	A1
1988-3293	COMUNICAR (HUELVA. INTERNET)	A1
1740-5904	CRITICAL DISCOURSE STUDIES (PRINT)	A1
1529-5036	CRITICAL STUDIES IN MEDIA COMMUNICATION	A1
1678-4588	DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	A1
0011-5258	DADOS (RIO DE JANEIRO. IMPRESSO)	A1
2167-082X	DIGITAL JOURNALISM	A1
1750-4813	DISCOURSE & COMMUNICATION	A1
1386-6710	EL PROFESIONAL DE LA INFORMACIÓN	A1
0767-9513	HERMÈS (PARIS. 1988)	A1
0104-0146	INFORMAÇÃO & SOCIEDADE. ESTUDOS	A1
0104-0146	INFORMAÇÃO & SOCIEDADE (UFPB. IMPRESSO)	A1
1809-4783	INFORMAÇÃO & SOCIEDADE (UFPB. ONLINE)	A1
1369-118X	INFORMATION, COMMUNICATION & SOCIETY	A1
1368-1613	INFORMATION RESEARCH	A1
0020-0255	INFORMATION SCIENCES	A1
1932-8036	INTERNATIONAL JOURNAL OF COMMUNICATION (ONLINE)	A1
0187-358X	INVESTIGACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA	A1
1083-6101	JOURNAL OF COMPUTER-MEDIATED COMMUNICATION	A1
1469-5405	JOURNAL OF CONSUMER CULTURE	A1
1296-2074	JOURNAL OF CULTURAL HERITAGE	A1
0022-0418	JOURNAL OF DOCUMENTATION	A1
0961-0006	JOURNAL OF LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE	A1
1198-9742	JOURNAL OF SCHOLARLY PUBLISHING	A1
1532-2882	JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY	A1
1532-2890	JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY (ONLINE)	A1
1464-8849	JOURNALISM (LONDON)	A1
1469-9699	JOURNALISM STUDIES	A1
0943-7444	KNOWLEDGE ORGANIZATION	A1
0023-8791	LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW	A1
0024-2667	LIBRI (COPENHAGEN)	A1
0163-4437	MEDIA, CULTURE & SOCIETY	A1
1750-6980	MEMORY STUDIES	A1
1936-9824	MUSEUM HISTORY JOURNAL	A1
1350-0775	MUSEUM INTERNATIONAL (ENGLISH ED. PRINT)	A1
1468-4527	ONLINE INFORMATION REVIEW (PRINT)	A1
1981-5344	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	A1
1981-5344	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	A1
1413-9936	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (IMPRESSO)	A1
1981-5344	PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ON LINE)	A1
0032-3217	POLITICAL STUDIES (PRINT)	A1
0210-0614	REVISTA ESPAÑOLA DE DOCUMENTACIÓN CIENTÍFICA	A1

2158-2440	SAGE OPEN	A1
0302-3427	SCIENCE & PUBLIC POLICY (PRINT)	A1
0138-9130	SCIENTOMETRICS (PRINT)	A1
1035-0330	SOCIAL SEMIOTICS	A1
0765-3697	SOCIÉTÉS (PARIS)	A1
0039-3681	STUDIES IN HISTORY AND PHILOSOPHY OF SCIENCE	A1
1527-4764	TELEVISION & NEW MEDIA	A1
0038-2876	THE SOUTH ATLANTIC QUARTERLY	A1
0103-3786	TRANSINFORMAÇÃO	A1
2318-0889	TRANSINFORMAÇÃO	A1

Fonte: <https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/institucional/producao-cientifica/periodicos-cientificos>

ANEXO 02 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação A2.

ISSN	Título	Estrato
0185-3082	ACTA POÉTICA	A2
0277-7126	AMERICAN JOURNAL OF SEMIOTICS	A2
1678-2690	ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ONLINE)	A2
0101-4714	ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA, CULTURA E MATERIAL (IMPRESSO)	A2
1697-7904	ANALES DE DOCUMENTACIÓN (INTERNET)	A2
0975-2404	ANNALS OF LIBRARY AND INFORMATION STUDIES	A2
2176-4573	BAKHTINIANA: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO	A2
1981-8122	BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. CIÊNCIAS HUMANAS	A2
2178-2547	BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. SÉRIE CIÊNCIAS HUMANAS	A2
1678-4464	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	A2
0102-311X	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA - FIOCRUZ	A2
0102-311X	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP. IMPRESSO)	A2
1678-4464	CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ONLINE)	A2
1809-4449	CADERNOS PAGU	A2
0104-8333	CADERNOS PAGU (UNICAMP. IMPRESSO)	A2
0163-9374	CATALOGING & CLASSIFICATION QUARTERLY (PRINT)	A2
0145-8973	CHASQUI	A2
0254-2129	CHASQUI. REVISTA LATINOAMERICANA DA COMUNICACIÓN	A2
1267-4397	CINÉMAS D'AMÉRIQUE LATINE	A2
2425-1356	CINÉMAS D'AMÉRIQUE LATINE	A2
0099-0086	COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES NEWS	A2
1753-5379	COMMUNICATIO	A2
0214-0039	COMMUNICATION & SOCIETY / COMUNICACIÓN Y SOCIEDAD	A2
1983-7070	COMUNICACAO, MIDIA E CONSUMO (ONLINE)	A2
1806-4981	COMUNICAÇÃO, MÍDIA E CONSUMO (SÃO PAULO. IMPRESSO)	A2
0188-252X	COMUNICACIÓN Y SOCIEDAD (GUADALAJARA)	A2
1794-6670	CUADERNOS DE MUSICA, ARTES VISUALES Y ARTES ESCENICAS	A2
1462-6268	DIGITAL CREATIVITY (EXETER)	A2
1808-2599	E-COMPÓS (BRASÍLIA)	A2
0101-7330	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE (IMPRESSO)	A2
1808-5245	EM QUESTÃO	A2
1807-8893	EM QUESTÃO (UFRGS. IMPRESSO)	A2
1518-2924	ENCONTROS BIBLI	A2
1518-2924	ENCONTROS BIBLI (ONLINE)	A2
1518-2924	ENCONTROS BIBLI (UFSC)	A2
1518-2924	ENCONTROS BIBLI (UFSC)	A2
1462-9011	ENVIRONMENTAL SCIENCE & POLICY	A2
0103-4014	ESTUDOS AVANÇADOS	A2
0103-4014	ESTUDOS AVANÇADOS (USP. IMPRESSO)	A2
1134-1629	ESTUDOS DEL MENSAJE PERIODISTICO	A2
1806-9584	ESTUDOS FEMINISTAS	A2
1980-3729	FAMECOS: MÍDIA, CULTURA E TECNOLOGIA	A2
1468-0777	FEMINIST MEDIA STUDIES	A2
0015-1386	FILM QUARTERLY	A2

1519-311X	GALÁXIA (PUCSP)	A2
1982-2553	GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE)	A2
1742-7665	GLOBAL MEDIA AND COMMUNICATION (PRINT)	A2
1550-7521	GLOBAL MEDIA JOURNAL	A2
1918-5901	GLOBAL MEDIA JOURNAL - CANADIAN EDITION	A2
0018-2176	HISPANIC REVIEW	A2
1678-4758	HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE (ONLINE)	A2
0104-5970	HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS (IMPRESSO)	A2
1988-3056	HISTORIA Y COMUNICACIÓN SOCIAL	A2
1806-9983	HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (ONLINE)	A2
0104-7183	HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS (UFRGS. IMPRESSO)	A2
1070-986X	IEEE MULTIMEDIA	A2
1981-8920	INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO	A2
1414-2139	INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO	A2
1981-8920	INFORMAÇÃO & INFORMAÇÃO (UEL. ONLINE)	A2
1809-5844	INTERCOM - REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	A2
0102-6453	INTERCOM: REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIAS DA COMUNICACAO	A2
1809-5844	INTERCOM (SÃO PAULO. IMPRESSO)	A2
1980-3508	INTERCOM (SÃO PAULO. ONLINE)	A2
1414-3283	INTERFACE (BOTUCATU. IMPRESSO)	A2
1807-5762	INTERFACE (BOTUCATU. ONLINE)	A2
1414-3283	INTERFACE. COMUNICAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO	A2
1807-5762	INTERFACE (UNI/UNESP. ONLINE)	A2
1744-2621	INTERNATIONAL JOURNAL OF METADATA, SEMANTICS AND ONTOLOGIES (PRINT)	A2
1432-5012	INTERNATIONAL JOURNAL ON DIGITAL LIBRARIES (PRINT)	A2
2150-4865	JOURNAL OF GRAPHIC NOVELS AND COMICS	A2
1095-8592	JOURNAL OF NETWORK AND COMPUTER APPLICATIONS (ONLINE)	A2
1751-2786	JOURNALISM PRACTICE	A2
1764-2507	LE TEMPS DES MÉDIAS	A2
0953-1513	LEARNED PUBLISHING	A2
1982-8160	MATRIZES	A2
1982-8160	MATRIZES (ONLINE)	A2
1982-2073	MATRIZES (USP. IMPRESSO)	A2
1873-9857	MIDDLE EAST JOURNAL OF CULTURE AND COMMUNICATION	A2
0292-0107	MULTITUDES (PARIS)	A2
0101-3300	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (IMPRESSO)	A2
1980-5403	NOVOS ESTUDOS CEBRAP (ONLINE)	A2
0162-2870	OCTOBER (CAMBRIDGE, MASS.)	A2
1807-0191	OPINIÃO PÚBLICA	A2
0104-6276	OPINIÃO PÚBLICA (UNICAMP)	A2
0104-6276	OPINIÃO PÚBLICA (UNICAMP. IMPRESSO)	A2
0122-8285	PALABRA CLAVE	A2
1754-0763	PHOTOGRAPHIES	A2
1944-2866	POLICY & INTERNET	A2
1540-5710	POPULAR COMMUNICATION. THE INTERNATIONAL JOURNAL OF MEDIA AND CULTURE	A2
1361-6609	PUBLIC UNDERSTANDING OF SCIENCE	A2
1050-9208	QUARTERLY REVIEW OF FILM AND VIDEO	A2
0034-7590	RAE (IMPRESSO)	A2

2178-938X	RAE (ON-LINE)	A2
1983-0807	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS (ONLINE)	A2
1809-239X	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	A2
1678-9857	REVISTA DE ANTROPOLOGIA	A2
1678-9857	REVISTA DE ANTROPOLOGIA - USP	A2
1806-9584	REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS	A2
1415-0549	REVISTA FAMECOS	A2
1415-0549	REVISTA FAMECOS (IMPRESSO)	A2
1980-3729	REVISTA FAMECOS (ONLINE)	A2
1980-3729	REVISTA FAMECOS (ONLINE)	A2
1132-1873	REVISTA GENERAL DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN	A2
0120-0976	REVISTA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECOLOGIA	A2
1980-3508	REVISTA INTERCOM	A2
1138-5820	REVISTA LATINA DE COMUNICACIÓN SOCIAL	A2
1390-1079	REVISTA LATINOAMERICANA COMUNICACIÓN CHASQUI	A2
0037-1998	SEMIOTICA (BERLIN)	A2
1534-6714	SMALL AXE (ONLINE)	A2
1464-9365	SOCIAL & CULTURAL GEOGRAPHY (PRINT)	A2
1350-4630	SOCIAL IDENTITIES (PRINT)	A2
0102-6992	SOCIEDADE E ESTADO (UNB. IMPRESSO)	A2
0038-0261	SOCIOLOGICAL REVIEW (KEELE. PRINT)	A2
1750-3280	STUDIES IN DOCUMENTARY FILM (PRINT)	A2
1980-542X	TEMPO (NITERÓI. ONLINE)	A2

Fonte: <https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/institucional/producao-cientifica/periodicos-cientificos>

ANEXO 03 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação B1.

ISSN	Título	Estrato
2374-3670	AFRICAN JOURNALISM STUDIES	B1
1516-1498	ÁGORA (PPGTP/UFRJ)	B1
0103-3557	AGORA (FLORIANOPOLIS)	B1
2175-7402	ALCEU (ONLINE)	B1
1518-8728	ALCEU (PUCRJ)	B1
1518-8728	ALCEU(PUCRJ)	B1
1807-0299	ALEA: ESTUDOS NEOLATINOS (IMPRESSO)	B1
1991-1653	ALEXANDRIA (PERU)	B1
1809-4422	AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)	B1
1130-2887	AMÉRICA LATINA HOY	B1
1413-1803	ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	B1
2183-1750	ANIKI: REVISTA PORTUGUESA DA IMAGEM EM MOVIMENTO	B1
1677-907X	ANIMUS: REVISTA INTERAMERICANA DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA	B1
2175-4977	ANIMUS: REVISTA INTERAMERICANA DE COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA	B1
1677-907X	ANIMUS (SANTA MARIA)	B1
1068-2341	ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES	B1
0100-2244	ARQUIVO E ADMINISTRAÇÃO	B1
1678-5320	ARS (SÃO PAULO)	B1
0730-7187	ART DOCUMENTATION	B1
0004-3249	ART JOURNAL (NEW YORK, 1960)	B1
1578-8946	ATHENEA DIGITAL	B1
1982-5765	AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	B1
1575-5886	BID. TEXTOS UNIVERSITARIIS DE BIBLIOTECONOMIA I DOCUMENTACIÓ	B1
1981-1640	BRAZILIAN JOURNAL OF INFORMATION SCIENCE	B1
1981-9854	BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH	B1
1808-4079	BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (IMPRESSO)	B1
1981-9854	BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (ONLINE)	B1
1981-3821	BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE REVIEW	B1
0103-4979	CADERNO CRH (UFBA. IMPRESSO)	B1
2177-6202	CALIDOSCOPIO (ONLINE)	B1
1519-0617	CIBERLEGENDA (UFF. ONLINE)	B1
1980-850X	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	B1
1518-8353	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
0100-1965	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (IMPRESSO)	B1
1518-8353	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ONLINE)	B1
1606-4925	CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN (ONLINE)	B1
1852-4699	CINE DOCUMENTAL	B1
2035-5270	CINÉMA&CIE	B1
1865-0929	COMMUNICATIONS IN COMPUTER AND INFORMATION SCIENCE (PRINT)	B1
1131-6993	COMPLUTUM (MADRID)	B1
1809-564X	COMUNICAÇÃO & INOVAÇÃO	B1
2178-0145	COMUNICAÇÃO & INOVAÇÃO (ONLINE)	B1

0101-2657	COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE (METODISTA)	B1
2175-7755	COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE (METODISTA)	B1
2183-3575	COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	B1
1645-2089	COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (UMINHO)	B1
2178-2687	CONEXÃO: COMUNICAÇÃO E CULTURA	B1
1677-0943	CONEXÃO (UCS)	B1
1809-9386	CONTEMPORÂNEA - REVISTA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	B1
1806-0269	CONTEMPORANEA (SALVADOR. IMPRESSO)	B1
1809-9386	CONTEMPORANEA (UFBA. ONLINE)	B1
2238-2577	CONTRACAMPO	B1
1414-7483	CONTRACAMPO (UFF)	B1
0716-162X	CUADERNOS DE INFORMACIÓN - FACULTAD DE COMUNICACIONES (IMPRESA)	B1
0719-367X	CUADERNOS.INFO	B1
0719-3661	CUADERNOS.INFO	B1
1578-4223	DESIGNIS (BARCELONA)	B1
2179-6483	DEVIRES - CINEMA E HUMANIDADES	B1
1679-8503	DEVIRES (UFMG)	B1
1813-9248	DIÁLOGOS DE LA COMUNICACIÓN	B1
1995-6630	DIÁLOGOS DE LA COMUNICACIÓN (EN LÍNEA)	B1
2177-2940	DIÁLOGOS (MARINGÁ)	B1
1415-9945	DIÁLOGOS (MARINGÁ. IMPRESSO)	B1
1808-5652	DISCURSOS FOTOGRÁFICOS	B1
1984-7939	DISCURSOS FOTOGRÁFICOS (ONLINE)	B1
1646-477X	DOC ON-LINE: REVISTA DIGITAL DE CINEMA DOCUMENTARIO	B1
0210-4210	DOCUMENTACION DE LAS CIENCIAS DE LA INFORMACION	B1
2177-5087	ECCOM - EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO	B1
0104-6160	ECO (UFRJ)	B1
1517-9702	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP. IMPRESSO)	B1
0104-4060	EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO)	B1
1518-2487	EPTIC ON-LINE (UFS)	B1
1518-2487	EPTIC (UFS)	B1
2316-4018	ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	B1
0103-166X	ESTUDOS DE PSICOLOGIA (PUCCAMP. IMPRESSO)	B1
1984-6924	ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA	B1
1984-6924	ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA (ON LINE)	B1
1806-6496	ESTUDOS EM JORNALISMO E MÍDIA (UFSC)	B1
2178-1494	ESTUDOS HISTÓRICOS	B1
0103-2186	ESTUDOS HISTORICOS (RIO DE JANEIRO)	B1
1980-4016	ESTUDOS SEMIÓTICOS (USP)	B1
0123-1022	FOLIOS	B1
0167-739X	FUTURE GENERATION COMPUTER SYSTEMS	B1
0100-6932	HISTÓRIA. QUESTÕES E DEBATES	B1
2236-1782	HISTÓRIA UNISINOS	B1
1577-3388	IBEROAMERICANA (MADRID)	B1
1888-0967	IBERSID (ZARAGOZA)	B1
1868-4238	IFIP ADVANCES IN INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY	B1
2175-8026	ILHA DO DESTERRO	B1
0101-4846	ILHA DO DESTERRO (UFSC)	B1
1807-8583	IN TEXTO (UFRGS. ONLINE)	B1
2178-2075	INCID: REVISTA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO	B1

2178-2075	INCID: REVISTA DE DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
1526-551X	INTERFACES (ONLINE)	B1
0969-5931	INTERNATIONAL BUSINESS REVIEW	B1
1099-1131	INTERNATIONAL JOURNAL OF COMMUNICATION SYSTEMS	B1
0883-0355	INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL RESEARCH	B1
1742-7509	INTERNATIONAL JOURNAL OF ELECTRONIC GOVERNANCE (PRINT)	B1
1947-3478	INTERNATIONAL JOURNAL OF HUMAN CAPITAL AND INFORMATION TECHNOLOGY PROFESSIONALS	B1
1614-1687	INTERNATIONAL REVIEW OF INFORMATION ETHICS	B1
1807-8583	INTEXTO	B1
1740-2743	JOURNAL FOR CRITICAL EDUCATION POLICY STUDIES	B1
0022-0671	JOURNAL OF EDUCATIONAL RESEARCH (WASHINGTON, D.C.)	B1
1467-6443	JOURNAL OF HISTORICAL SOCIOLOGY (ONLINE)	B1
1471-3802	JOURNAL OF RESEARCH IN SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS	B1
1466-1853	JOURNAL OF URBAN TECHNOLOGY	B1
1668-5628	LA TRAMA DE LA COMUNICACIÓN	B1
1665-8574	LATINOAMERICA. REVISTA DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS	B1
1665-8574	LATINOAMÉRICA. REVISTA DE ESTÚDIOS LATINOAMERICANOS	B1
0302-9743	LECTURE NOTES IN COMPUTER SCIENCE	B1
0261-4367	LEISURE STUDIES (PRINT)	B1
1778-4239	LES ENJEUX DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION	B1
1808-3536	LIINC EM REVISTA	B1
1982-4017	LINGUAGEM EM (DIS)CURSO (ONLINE)	B1
1982-2391	LOGOS (RIO DE JANEIRO. ONLINE)	B1
0104-9933	LOGOS (UERJ. IMPRESSO)	B1
1981-4070	LUMINA	B1
1516-0785	LUMINA (JUIZ DE FORA)	B1
1981-4070	LUMINA (UFJF. ONLINE)	B1
2183-5462	MEDIA & JORNALISMO	B1
1645-5681	MEDIA E JORNALISMO	B1
1989-0494	MEDIACIONES SOCIALES	B1
1848-5030	MEDIJSKE STUDIJE	B1
0122-5197	MEMORIA Y SOCIEDAD	B1
1984-3917	MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO	B1
1676-3939	MÚSICA HODIE	B1
0168-583X	NUCLEAR INSTRUMENTS & METHODS IN PHYSICS RESEARCH. SECTION B, BEAM INTERACTIONS WITH MATERIALS AND ATOMS (PRINT)	B1
1646-5954	OBSERVATORIO (OBS*)	B1
1807-1236	ORGANICOM (USP)	B1
1517-7599	PER MUSI (UFMG)	B1
2236-417X	PERSPECTIVAS EM GESTÃO & CONHECIMENTO	B1
2236-417X	PERSPECTIVAS EM GESTÃO & CONHECIMENTO	B1
1777-7852	PERSPECTIVE	B1
1981-0695	PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA	B1
1981-0695	PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA	B1
1981-0695	PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA	B1

	BIBLIOTECONOMIA,	
1932-6203	PLOS ONE	B1
1932-6203	PLOS ONE	B1
1981-6766	PONTODEACESSO (UFBA)	B1
1989-3469	PRISMA SOCIAL: SOCIOLOGÍA DE LA VIDA COTIDIANA	B1
0102-7972	PSICOLOGIA: REFLEXÃO E CRÍTICA (UFRGS. IMPRESSO)	B1
1984-6142	RAUSP - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO (SÃO PAULO. ONLINE)	B1
0080-2107	RAUSP-E - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO - ELETRÔNICA	B1
1605-4806	RAZÓN Y PALABRA	B1
1980-6949	RBBB. REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO (ONLINE)	B1
1981-6286	RECIIS	B1
1981-6278	RECIIS. REVISTA ELETRÔNICA DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO & INOVAÇÃO EM SAÚDE (EDIÇÃO EM PORTUGUÊS. ONLINE)	B1
1981-6278	RECIIS-REVISTA ELETRÔNICA DE COM. INFORMAÇÃO & INOVAÇÃO EM SAÚDE	B1
1980-6949	REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO (ONLINE)	B1
2178-4884	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA	B1
0103-3352	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (IMPRESSO)	B1
2238-2593	REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS	B1
1984-6398	REVISTA BRASILEIRA DE LINGUISTICA APLICADA	B1
2236-4781	REVISTA COMPOLITICA	B1
2236-4781	REVISTA COMPOLÍTICA	B1
2178-0145	REVISTA COMUNICAÇÃO & INOVAÇÃO (USCS)	B1
1678-9822	REVISTA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA	B1
2236-8000	REVISTA COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA (ONLINE)	B1
2236-4846	REVISTA CONTEMPORÂNEA	B1
2238-2577	REVISTA CONTRACAMPO	B1
0254-1106	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	B1
2182-7435	REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	B1
2307-2113	REVISTA CUBANA DE INFORMACIÓN EN CIENCIAS DE LA SALUD	B1
0034-7612	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IMPRESSO)	B1
1679-8503	REVISTA DEVIRES	B1
1678-765X	REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
2316-901X	REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS	B1
2175-8689	REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)	B1
1518-6113	REVISTA FRONTEIRA	B1
1984-8226	REVISTA FRONTEIRAS (ONLINE)	B1
1984-8226	REVISTA FRONTEIRAS (ONLINE)	B1
1983-5213	REVISTA IBERO-AMERICANA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
2174-3681	REVISTA INTERNACIONAL DE RELACIONES PUBLICAS	B1
1807-3026	REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN	B1
2238-1694	REVISTA LATINOAMERICANA DE CIENCIAS DE LA COMUNICACIÓN ONLINE	B1
2238-2593	REVISTA ORGANICOM	B1
1982-677X	RUMORES (USP)	B1
1135-3716	SCIRE (ZARAGOZA)	B1

1516-9294	SESSÕES DO IMAGINÁRIO	B1
1516-9294	SESSÕES DO IMAGINÁRIO (IMPRESSO)	B1
1980-3710	SESSÕES DO IMAGINÁRIO (ONLINE)	B1
2316-7114	SIGNIFICAÇÃO. REVISTA DE CULTURA AUDIOVISUAL	B1
2316-7114	SIGNIFICAÇÃO: REVISTA DE CULTURA AUDIOVISUAL	B1
2316-7114	SIGNIFICAÇÃO: REVISTA DE CULTURA AUDIOVISUAL	B1
2316-7114	SIGNIFICAÇÃO-REVISTA DE CULTURA AUDIOVISUAL	B1
1980-8194	SOCIEDADE E CULTURA (ONLINE)	B1
2238-3875	SOCIOLOGIA & ANTROPOLOGIA	B1
2236-7527	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	B1
1474-6689	SOUTH ASIAN POPULAR CULTURE (PRINT)	B1
1572-9451	TELECOMMUNICATION SYSTEMS	B1
2175-1803	TEMPO E ARGUMENTO	B1
1983-5116	TENDENCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
1983-5116	TENDÊNCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	B1
1321-6597	THE JOURNAL OF INTERNATIONAL COMMUNICATION	B1
0959-3543	THEORY & PSYCHOLOGY	B1
1981-7746	TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (ONLINE)	B1
1697-0101	TRANS Revista Transcultural de Música	B1
0101-3173	TRANS/FORM/AÇÃO (UNESP. MARÍLIA. IMPRESSO)	B1
1726-670X	TRIPLEC (VIENA)	B1
0120-4807	UNIVERSITAS HUMANISTICA	B1
1960-6176	1895: REVUE DE L'ASSOCIATION FRANÇAISE DE RECHERCHE SUR L'HISTOIRE DU CINÉMA	B1

Fonte: <https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/institucional/producao-cientifica/periodicos-cientificos>

ANEXO 04 - Periódicos contemplados no estrato Qualis CAPEs 2013-2016 na área de Avaliação: Comunicação e Informação com Classificação B2.

ISSN	Título	Estrato
2237-8723	ACERVO	B2
2237-8723	ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL	B2
0102-700X	ACERVO (RIO DE JANEIRO)	B2
1139-1979	ÁMBITOS (SEVILLA)	B2
0104-236X	ANOS 90 (UFRGS. IMPRESSO)	B2
1984-4921	ANTARES: LETRAS E HUMANIDADES	B2
1984-3356	ANTÍTESES (LONDRINA)	B2
1414-5235	ANUÁRIO DE LITERATURA (UFSC)	B2
2176-9575	ARGUMENTUM (VITÓRIA)	B2
0307-4722	ART LIBRARIES JOURNAL	B2
2178-3845	ARTCULTURA	B2
1516-8603	ARTCULTURA (UFU)	B2
1516-1692	ARTE & ENSAIO (UFRJ)	B2
2358-0437	ART&SENSORIUM	B2
2237-826X	ATOZ: NOVAS PRÁTICAS EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	B2
2237-826X	ATOZ: NOVAS PRÁTICAS EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	B2
1808-2386	BBR. BRAZILIAN BUSINESS REVIEW (ENGLISH EDITION. ONLINE)	B2
1980-4504	BOITATÁ	B2
0103-751X	BRASIL (PORTO ALEGRE)	B2
2245-4373	BRASILIANA : JOURNAL FOR BRAZILIAN STUDIES	B2
2245-4373	BRASILIANA: JOURNAL FOR BRAZILIAN STUDIES	B2
0007-9421	CADERNOS DE BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVISTICA E DOCUMENTACAO	B2
0717-554X	CINTA DE MOEBIO	B2
1518-7187	COGNITIO (PUCSP)	B2
1809-8428	COGNITIO-ESTUDOS (PUC-SP. ONLINE)	B2
1676-3475	COMMUNICARE (SÃO PAULO)	B2
1775-3546	COMMUNICATION & ORGANISATION	B2
2317-675X	COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO	B2
1415-5842	COMUNICAÇÃO & INFORMAÇÃO (UFG)	B2
0102-6925	COMUNICAÇÃO & POLÍTICA	B2
0104-6829	COMUNICACAO E EDUCACAO (USP)	B2
2183-2269	COMUNICAÇÃO PÚBLICA	B2
0719-1529	COMUNICACIÓN Y MEDIOS	B2
1981-9897	CONCINNITAS (ONLINE) (RIO DE JANEIRO)	B2
1980-332X	CONEXÃO LETRAS	B2
1718-5556	CONSERVERIES MEMORIELLES	B2
0122-8102	CUADERNOS DE LITERATURA EN CATÁLOGO	B2
1983-5930	CULTURA MIDIÁTICA: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO-UFPB	B2
1953-5930	CULTURAS MIDIÁTICAS	B2
1983-5930	CULTURAS MIDIÁTICAS	B2
1645-1384	CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS	B2
0147-2526	DANCE CHRONICLE	B2
2007-137X	DERECHO A COMUNICAR	B2
2007-137X	DERECHO A COMUNICAR (MEXICO)	B2
0315-2340	DOCUMENTATION ET BIBLIOTHÈQUES	B2
1982-596X	EDUCAÇÃO E FILOSOFIA (ONLINE)	B2

0102-6801	EDUCAÇÃO E FILOSOFIA (UFU. IMPRESSO)	B2
1676-2592	EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL	B2
2446-6190	ESFERAS	B2
2316-7122	ESFERAS	B2
2316-7122	ESFERAS - REVISTA INTERPROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DO CENTRO OESTE	B2
1315-0006	ESPACIO ABIERTO (CARACAS. 1992)	B2
1982-6524	ESPAÇO AMERÍNDIO (UFRGS)	B2
1705-1045	ESPRIT CRITIQUE (MONTRÉAL)	B2
1405-2210	ESTUDIOS SOBRE LAS CULTURAS CONTEMPORÁNEAS	B2
1851-1732	ESTUDIOS Y PERSPECTIVAS EN TURISMO (EN LÍNEA)	B2
1982-4718	ESTUDOS DE SOCIOLOGIA	B2
1646-4974	ESTUDOS EM COMUNICACAO	B2
1649-4974	ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO	B2
1270-6841	ETUDES DE COMMUNICATION	B2
1519-6895	EXTRAPRENSA (USP)	B2
2044-2823	FILM, FASHION & CONSUMPTION	B2
2044-2831	FILM, FASHION & CONSUMPTION	B2
1396-0466	FIRST MONDAY (ONLINE)	B2
1661-5719	FLUSSER STUDIES	B2
2179-1465	GEMINIS	B2
1806-9649	GESTÃO & PRODUÇÃO	B2
0104-530X	GESTÃO & PRODUÇÃO (UFSCAR. IMPRESSO)	B2
2176-4352	HISTÓRIA & PERSPECTIVAS	B2
2079-3871	IASPM JOURNAL (JOURNAL OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF POPULAR MUSIC)	B2
2260-2534	IBERIC@L: REVUE D'ÉTUDES IBÉRIQUES ET IBÉRO-AMÉRICAINES	B2
1984-1191	ILUMINURAS (PORTO ALEGRE)	B2
1852-9550	IMAGOFAGIA	B2
1984-5677	INTERFACES BRASIL/CANADÁ	B2
1980-5276	INTERIN (CURITIBA)	B2
1980-5276	INTERIN (UTP)	B2
1941-6253	INTERNATIONAL JOURNAL OF SOCIOTECHNOLOGY AND KNOWLEDGE DEVELOPMENT (IJSKD)	B2
1982-0836	IPOTESI (JUIZ DE FORA. ONLINE)	B2
1415-2525	IPOTESI (UFJF. IMPRESSO)	B2
1609-2694	JOURNAL OF FILM PRESERVATION	B2
0718-2724	JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT & INNOVATION	B2
1077-6958	JOURNALISM & MASS COMMUNICATION EDUCATOR	B2
1628-6731	LES CAHIERS ALHIM	B2
0101-3335	LETRAS DE HOJE (IMPRESSO)	B2
1125-1743	LETTERATURE D'AMERICA	B2
1517-3283	LÍBERO (FACASPER)	B2
1984-7238	LINHAS (FLORIANÓPOLIS. ONLINE)	B2
2027-1174	MAGIS (EDITORIAL PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA)	B2
1794-8886	MEMORIAS (BARRANQUILLA)	B2
2182-9543	MIDAS. MUSEUS E ESTUDOS INTERDISCIPLINARES	B2
0104-754X	MOVIMENTO (UFRGS. IMPRESSO)	B2
1982-8918	MOVIMENTO (UFRGS. ONLINE)	B2
1380-7501	MULTIMEDIA TOOLS AND APPLICATIONS	B2
1573-7721	MULTIMEDIA TOOLS AND APPLICATIONS (DORDRECHT. ONLINE)	B2

1982-8527	NAVEGAÇÕES (IMPRESSO) (PORTO ALEGRE)	B2
2238-7714	NOVOS OLHARES	B2
2238-7714	NOVOS OLHARES	B2
1516-5981	NOVOS OLHARES (USP)	B2
2176-7017	O PERCEVEJO ONLINE	B2
1695-7121	PASOS (EL SAUZAL)	B2
2175-7984	POLÍTICA & SOCIEDADE (ONLINE)	B2
1982-9507	PÓS: REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES	B2
0102-4442	PROJETO HISTÓRIA (PUCSP)	B2
1980-8623	PSICO (PUCRS. ONLINE)	B2
0103-6564	PSICOLOGIA USP (IMPRESSO)	B2
2318-6372	QUESTÕES TRANSVERSAIS - REVISTA DE EPISTEMOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO	B2
1022-3169	QUO VADIS ROMANIA?	B2
1982-7849	RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA (ONLINE)	B2
1809-2039	RAI : REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO	B2
2255-5919	REDES.COM	B2
1696-2079	REDES.COM (SEVILLA)	B2
1980-8585	REMHU (BRASÍLIA)	B2
1414-0594	REVISTA ACB (FLORIANÓPOLIS)	B2
2176-1507	REVISTA ALTERJOR	B2
2176-1507	REVISTA ALTERJOR USP	B2
1807-8214	REVISTA ÁRTEMIS	B2
2179-3255	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (ONLINE)	B2
1415-790X	REVISTA BRASILEIRA DE EPIDEMIOLOGIA (IMPRESSO)	B2
2176-6681	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP	B2
2176-3275	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA	B2
1519-5902	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	B2
2238-0094	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	B2
2238-3913	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA	B2
2238-5126	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA	B2
2238-5126	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA	B2
2238-3913	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA (RBHM)	B2
2238-5126	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA MÍDIA (RBHM)	B2
0719-5753	REVISTA CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN	B2
1980-4466	REVISTA CPC (USP)	B2
2411-9970	REVISTA CUBANA DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN	B2
1982-8527	REVISTA DE CULTURA E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.	B2
1809-2640	REVISTA DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (IMPRESSO)	B2
1807-1775	REVISTA DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (ONLINE)	B2
2178-2865	REVISTA DE POLITICAS PÚBLICAS DA UFMA	B2
1518-3483	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL (PUCPR. IMPRESSO)	B2
1983-6031	REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	B2
2238-2097	REVISTA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA UFMT	B2
2316-7122	REVISTA ESFERAS	B2
1647-7316	REVISTA :ESTÚDIO, ARTISTAS SOBRE OUTRAS OBRAS	B2
2236-3467	REVISTA EXTRAPRENSA	B2
2236-3467	REVISTA EXTRAPRENSA	B2
2179-1465	REVISTA GEMINIS	B2

1676-2584	REVISTA HISTEDBR ON-LINE	B2
1982-5587	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	B2
2446-8606	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	B2
1984-1191	REVISTA ILUMINURAS	B2
1852-9550	REVISTA IMAGOFAGIA	B2
2237-9843	REVISTA INTERDISCIPLINAR DA MOBILIDADE HUMANA	B2
1851-8931	REVISTA LIS - LETRA, IMAGEN, SONIDO (1851-8931)	B2
1989-872X	REVISTA MEDITERRANEA DE COMUNICACION	B2
2447-4266	REVISTA OBSERVATÓRIO	B2
1623-6572	REVUE DES SCIENCES SOCIALES - UNIVERSITÉ DE STRASBOURG	B2
2263-0856	REVUE FRANÇAISE DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION	B2
2318-406X	RIZOMA	B2
1984-0470	SAÚDE E SOCIEDADE (ONLINE)	B2
0104-1290	SAÚDE E SOCIEDADE (USP. IMPRESSO)	B2
1516-4039	SCRIPTA (PUCMG)	B2
2178-5368	SEMEIOSIS: SEMIÓTICA E TRANSDISCIPLINARIDADE EM REVISTA	B2
0101-1812	SIGNO (UNISC. IMPRESSO)	B2
1984-5057	SIGNOS DO CONSUMO	B2
1562-384X	SINCRONÍA (GUADALAJARA)	B2
1466-0970	SOCCER AND SOCIETY	B2
2056-3051	SOCIAL MEDIA + SOCIETY	B2
1262-2966	SOCIÉTÉS ET REPRÉSENTATIONS	B2
1576-4192	SPHERA PÚBLICA	B2
1477-965X	TECHNOETIC ARTS	B2
1758-9533	TECHNOETIC ARTS: A JOURNAL OF SPECULATIVE RESEARCH	B2
1984-9036	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	B2
1984-9036	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS (ONLINE)	B2
1746-8256	THE INTERNATIONAL JOURNAL OF DIGITAL CURATION (ONLINE)	B2
0022-4189	THE JOURNAL OF RELIGION	B2
2318-5694	TRÍADE: COMUNICAÇÃO, CULTURA E MÍDIA	B2
1414-5731	URDIMENTO (UDESC)	B2
0103-1414	VERSO E REVERSO: REVISTA DA COMUNICAÇÃO (UNISINOS. IMPRESSO)	B2
1806-6925	VERSO E REVERSO (UNISINOS. ONLINE)	B2

Fonte: <https://ichca.ufal.br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao/institucional/producao-cientifica/periodicos-cientificos>

ANEXO 5. Política Nacional Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais

**Ministério da Saúde**
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o direito à saúde garantido no art. 196 da Constituição Federal;

Considerando o Decreto No- 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei No- 8.080, de 19 de setembro de 1990, e dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, especialmente o disposto no art. 13, que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS;

Considerando a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) no ano de 2009;

Considerando o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), que apresenta as diretrizes para a elaboração de políticas públicas;

Considerando as determinações da 13ª Conferência Nacional de Saúde (Brasil, 2008) acerca da inclusão da orientação sexual e da identidade de gênero na análise da determinação social da saúde;

Considerando a diretriz do governo federal de reduzir as desigualdades sociais por meio da formulação e implantação de políticas e ações pertinentes;

Considerando a prioridade na implantação de políticas de promoção da equidade, garantidas no Plano Plurianual (PPA) e nas diretrizes do Plano Nacional de Saúde;

Considerando a necessidade de promover a articulação entre as ações dos diversos órgãos do Ministério da Saúde e das demais instâncias do Sistema Único de Saúde, na promoção de ações e serviços de saúde voltados à população LGBT;

Considerando que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

Considerando que o desenvolvimento social é condição imprescindível para a conquista da saúde;

Considerando que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde;

Considerando que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias direcionadas à população LGBT (lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia) devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença;

Considerando a existência de dados que revelam a desigualdade de acesso aos serviços de saúde pelas lésbicas e mulheres bissexuais;

Considerando a necessidade de atenção especial à saúde mental da população LGBT;

Considerando a necessidade de ampliação do acesso ao Processo Transexualizador, já instituído no âmbito do SUS;

Considerando a necessidade de ampliação das ações e serviços de saúde especificamente destinados a atender às peculiaridades da população LGBT; e

Considerando a necessidade de fomento às ações de saúde que visem à superação do preconceito e da discriminação, por meio da mudança de valores, baseada no respeito às diferenças, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Art. 2º A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem os seguintes objetivos específicos:

I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres;

II - ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;

III - qualificar a rede de serviços do SUS para a atenção e o cuidado integral à saúde da população LGBT;

IV - qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

V - monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

VI - garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados;

VII - promover iniciativas voltadas à redução de riscos e oferecer atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais;

VIII - reduzir danos à saúde da população LGBT no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais;

IX - definir estratégias setoriais e intersetoriais que visem reduzir a morbidade e a mortalidade de travestis;

X - oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que façam parte da população LGBT;

- XI - oferecer atenção integral na rede de serviços do SUS para a população LGBT nas Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), especialmente com relação ao HIV, à AIDS e às hepatites virais;
- XII - prevenir novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico uterino e de mamas) entre lésbicas e mulheres bissexuais e ampliar o acesso ao tratamento qualificado;
- XIII - prevenir novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e transexuais e ampliar acesso ao tratamento;
- XIV - garantir os direitos sexuais e reprodutivos da população LGBT no âmbito do SUS;
- XV - buscar no âmbito da saúde suplementar a garantia da extensão da cobertura dos planos e seguros privados de saúde ao cônjuge dependente para casais de lésbicas, gays e bissexuais;
- XVI - atuar na eliminação do preconceito e da discriminação da população LGBT nos serviços de saúde;
- XVII - garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde;
- XVIII - fortalecer a participação de representações da população LGBT nos Conselhos e Conferências de Saúde;
- XIX - promover o respeito à população LGBT em todos os serviços do SUS;
- XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;
- XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral;
- XXII - incluir o tema do enfrentamento às discriminações de gênero, orientação sexual, raça, cor e território nos processos de educação permanente dos gestores, trabalhadores da saúde e integrantes dos Conselhos de Saúde;
- XXIII - promover o aperfeiçoamento das tecnologias usadas no processo transexualizador, para mulheres e homens; e
- XXIV - realizar estudos e pesquisas relacionados ao desenvolvimento de serviços e tecnologias voltados às necessidades de saúde da população LGBT.
- Art. 3º Na elaboração dos planos, programas, projetos e ações de saúde, serão observadas as seguintes diretrizes:
- I - respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação decorrentes das homofobias, como a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, consideradas na determinação social de sofrimento e de doença;
- II - contribuição para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBT por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança;
- III - inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território;
- IV - eliminação das homofobias e demais formas de discriminação que geram a violência contra a população LGBT no âmbito do SUS, contribuindo para as mudanças na sociedade em geral;

- V - implementação de ações, serviços e procedimentos no SUS, com vistas ao alívio do sofrimento, dor e adoecimento relacionados aos aspectos de inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas transexuais e travestis;
- VI - difusão das informações pertinentes ao acesso, à qualidade da atenção e às ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS;
- VII - inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde, os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais;
- VIII - produção de conhecimentos científicos e tecnológicos visando à melhoria da condição de saúde da população LGBT; e
- IX - fortalecimento da representação do movimento social organizado da população LGBT nos Conselhos de Saúde, Conferências e demais instâncias de participação social.

Art. 4º Compete ao Ministério da Saúde:

- I - apoiar, técnica e politicamente, a implantação e implementação das ações da Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos Estados e Municípios;
- II - conduzir os processos de pactuação sobre a temática LGBT no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT);
- III - distribuir e apoiar a divulgação da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde nos serviços de saúde, garantindo o respeito ao uso do nome social;
- IV - definir estratégias de serviços para a garantia dos direitos reprodutivos da população LGBT;
- V - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que promovam a atenção e o cuidado especial com adolescentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo sua saúde mental, assim como acolhimento e apoio;
- VI - articular junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais para a definição de estratégias que ofereçam atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação carcerária, conforme diretrizes do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário;
- VII - promover, juntamente com as Secretarias de Saúde estaduais e municipais, a inclusão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência doméstica, sexual e social nas redes integradas do SUS;
- VIII - elaborar protocolos clínicos acerca do uso de hormônios, implante de próteses de silicone para travestis e transexuais;
- IX - elaborar protocolo clínico para atendimento das demandas por mastectomia e histerectomia em transexuais masculinos, como procedimentos a serem oferecidos nos serviços do SUS;
- X - incluir os quesitos de orientação sexual e de identidade de gênero, assim como os quesitos de raça-cor, nos prontuários clínicos, nos documentos de notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e nos demais documentos de identificação e notificação do SUS;
- XI - promover, junto às Secretarias de Saúde estaduais e municipais, ações de vigilância, prevenção e atenção à saúde nos casos de violência contra a população LGBT, de acordo com o preconizado pelo Sistema Nacional de Notificação Compulsória de Agravos;
- XII - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

XIII -promover ações e práticas educativas em saúde nos serviços do SUS, com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, incluindo recortes étnico-racial e territorial;

XIV - fomentar a realização de estudos e pesquisas voltados para a população LGBT, incluindo recortes étnico-racial e territorial;

XV - apoiar os movimentos sociais organizados da população LGBT para a atuação e a conscientização sobre seu direito à saúde e a importância da defesa do SUS; e

XVI - disseminar o conteúdo desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT entre os integrantes dos Conselhos de Saúde.

Art. 5º Compete aos Estados:

I - definir estratégias e plano de ação para implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no âmbito estadual;

II -conduzir os processos de pactuação sobre a temática LGBT na Comissão Intergestores Bipartite (CIB);

III - coordenar, monitorar e avaliar a implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT, na esfera estadual, garantindo apoio técnico aos Municípios;

IV - promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT nos Planos Estaduais de Saúde e nos respectivos Planos Plurianuais (PPAs);

V - planejar, implementar e avaliar as iniciativas para a saúde integral da população LGBT, nos moldes desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

VI - incentivar a criação de espaços de promoção da equidade em saúde nos Estados e Municípios;

VII - promover ações intersetoriais da saúde integral da população LGBT, por meio da inclusão social e da eliminação da discriminação, incluindo os recortes étnico-racial e territorial;

VIII - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

IX -promover ações e práticas educativas em saúde nos serviços do SUS, com ênfase na promoção da saúde mental, orientação sexual e identidade de gênero, incluindo recortes étnico-racial e territorial; e

X - estimular a representação da população LGBT nos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde e nas Conferências de Saúde.

Art. 6º Compete aos Municípios:

I - implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município, incluindo metas de acordo com seus objetivos;

II - identificar as necessidades de saúde da população LGBT no Município;

III -promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais;

IV -estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de gestão e do impacto da implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

V -articular com outros setores de políticas sociais, incluindo instituições governamentais e não-governamentais, com vistas a contribuir no processo de melhoria das condições de vida da população LGBT, em conformidade com esta Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

VI - incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde;

VII - implantar práticas educativas na rede de serviço do SUS para melhorar a visibilidade e o respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; e

VIII - apoiar a participação social de movimentos sociais organizados da população LGBT nos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências de Saúde e em todos os processos participativos.

Art. 7º Ao Distrito Federal compete os direitos e obrigações reservadas aos Estados e Municípios.

Art. 8º Cabe à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) articular no âmbito do Ministério Saúde e junto aos demais órgãos e entidades governamentais, a elaboração de instrumentos com orientações específicas que se fizerem necessários à implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA